

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR ÀS  
PERDAS REGISTADAS PELO NOVO BANCO E IMPUTADAS AO  
FUNDO DE RESOLUÇÃO**

[Inquérito Parlamentar n.º 5/XIV/1.ª (BE)]

[Inquérito Parlamentar n.º 6/XIV/1.ª (IL)]

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIV/2.ª (PS)]

**Reunião n.º 30**

(Presencial e por videoconferência)

10 de maio de 2021

(15:09 h – 19:54 h)

**Ordem do dia:** Audição do Sr. Luís Filipe Vieira, Presidente do Conselho de Administração da Promovalor

**Presidente da Comissão:** Fernando Negrão (PSD)

**Deputados oradores:** Hugo Carneiro (PSD)

Mariana Mortágua (BE)

Duarte Alves (PCP)

Cecília Meireles (CDS-PP)

João Cotrim de Figueiredo (IL)

João Paulo Correia (PS)

Filipa Roseta (PSD)

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

*Eram 15 horas e 9 minutos.*

Antes de iniciarmos a audição do Sr. Luís Filipe Vieira, a quem agradeço a presença, queria submeter à consideração da Comissão a remessa das declarações do Sr. Eng.º António João Barão e do Sr. Dr. Bernardo Moniz da Maia para o Ministério Público.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados se opõe, incluindo os Srs. Deputados presentes por videoconferência.

*Pausa.*

Não há pedidos de palavra.

Abstenções, também não há?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra.

O Sr. **Presidente**: — É sobre a audição, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, as declarações serão enviadas para o Ministério Público.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, apenas para dar nota que o Grupo Parlamentar do PSD também vai requerer a audição do Dr. João Gama Leão, e faremos chegar um registo da Conservatória do Registo Comercial de Malta, que atesta alegadamente ou indicia a existência de *offshore* em nome de uma das pessoas que aqui foi ouvida.

E, portanto, pedimos que tenha o mesmo tratamento que estes duas audições que o Sr. Presidente agora referiu.

O Sr. **Presidente**: — Então, relativamente a isso, faremos o seguinte: a pessoa que o Sr. Deputado agora referiu, disse-me, no fim da audição, que mandaria para a Comissão uma nota sobre essa situação.

Eu vou falar com ele, para saber se sempre envia ou não, e, depois de recebida a informação, juntaremos ao que acaba de dizer e avaliaremos se enviamos ou não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O património das fundações, não é?

O Sr. **Presidente**: — Sim.

Como dizia há pouco, temos, hoje, a audição do Sr. Luís Filipe Vieira, Presidente do Conselho de Administração da Promovalor, que fará uma intervenção inicial um pouco mais longa daquelas que tem sido costume.

Tem a palavra para esse efeito.

O Sr. **Luís Filipe Vieira** (Presidente do Conselho de Administração da Promovalor): — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Dr. Fernando Negrão, Ex.<sup>mos</sup> Srs. Deputados, apresento-me, perante esta Comissão, a vosso pedido.

Chamo-me Luís Filipe Ferreira Vieira, tenho 71 anos, sou casado, pai de dois filhos e avô de cinco netos. Comecei a trabalhar com 14 anos, como paquete de serviço externo e, com muito trabalho, consegui iniciar uma atividade por conta própria, anos mais tarde. Cresci ao longo de mais de 42 anos, como empresário, primeiro na área dos pneus e, mais tarde, no imobiliário.

Digo-vos isso para que seja esclarecido que quem se apresenta perante vós é uma pessoa com uma história de vida pessoal, familiar e empresarial.

A minha vida não foi criada com o BES (Banco Espírito Santo) ou com a minha vinda para o Sport Lisboa e Benfica, a partir de 2001. Na verdade, já era um reconhecido e prestigiado empresário quando comecei a trabalhar no Sport Lisboa e Benfica.

Primeiro, em maio de 2001, como gestor de futebol; depois, em outubro de 2001, como Presidente do Conselho de Administração da Benfica Estádio, SA; em 2002, como Presidente da SAD (Sociedade Anónima Desportiva) do Benfica; e, finalmente, a partir de outubro de 2003, como Presidente do Sport Lisboa e Benfica.

No decurso e anteriormente a todas estas etapas, insisto eu, Luís Filipe Vieira já era um empresário de renome e relevância na área do imobiliário e dos pneus, em Portugal.

Nessa altura, os fornecedores todos e os bancos, com quem trabalhava, conheciam-me e apoiavam-me. Em particular, o Banco Espírito Santo, que era e sempre foi um dos principais bancos com quem trabalhei, juntamente

com o BCP (Banco Comercial Português), instituições que me apoiaram, ao longo da minha vida profissional.

Nessa mesma altura, o Sport Lisboa e Benfica encontrava-se numa situação financeira muito delicada, como nunca antes tinha vivido, na sua história.

Penso que todos têm presente as dificuldades, fragilidades e tristes acontecimentos vividos, à data, por uma instituição quase com 100 anos, que era e continua a ser marcante na vida de milhões de portugueses e um símbolo único na divulgação e promoção do nome de Portugal no mundo. A maior marca portuguesa.

Os desafios que encontrei no Sport Lisboa e Benfica obrigaram-me a uma dedicação quase exclusiva, incompatível com a gestão das minhas empresas. Pelo menos, na forma como sempre nelas me habituei a trabalhar.

Em resultado do meu compromisso, cada vez mais absorvente, na gestão do Sport Lisboa e Benfica, vi-me forçado a reduzir gradualmente o meu envolvimento na condução direta das minhas empresas.

Optei, face aos desafios que a liderança do Sport Lisboa e Benfica me colocava, por profissionalizar a gestão das minhas empresas, constituindo e organizando o então Grupo Inland/Promovalor.

Nessa transformação, continuei a ter a confiança do sistema bancário, através de palavras de incentivo e apoio no financiamento aos projetos que fomos desenvolvendo.

Deixe-me clarificar que, para mim, é importante que se esclareça: investi na constituição do Grupo Inland/Promovalor quase tudo o que até então tinha amealhado com o meu trabalho. O Grupo Promovalor foi fundado com capitais próprios de 35 milhões de euros.

Não foi dinheiro dos bancos, foi património pessoal e das minhas empresas, fruto do meu trabalho e do trabalho de todos aqueles que me apoiaram, nos mais de 30 anos que já levava como empresário.

Permitam-me insistir neste ponto que, para mim, é crucial: comecei o Grupo Inland/Promovalor com capitais próprios de 35 milhões de euros. Dinheiro meu, não da banca!

Quero com isto vincar que, quando fui para o Sport Lisboa e Benfica, tinha já uma vida empresarial consolidada e merecia, como sempre mereci, a confiança do setor bancário.

Uma nota, a este respeito: a minha ida para o Sport Lisboa e Benfica não é apenas uma vontade e um orgulho da minha parte; foi também um pedido de várias instituições financeiras, interessadas na viabilização do Sport Lisboa e Benfica.

Interpretei isso como um pedido e uma prova de confiança nas minhas capacidades e na minha palavra, tendo em conta a situação de extrema fragilidade que o Sport Lisboa e Benfica atravessava no ano 2000.

Regressemos às minhas empresas: a partir de 2007, com a constituição do Grupo Promovalor e a profissionalização dos quadros de gestão, fui acompanhando a sua evolução na medida do possível.

Continuei a contar com o apoio dos bancos, não por ser presidente do Sport Lisboa e Benfica, mas, naturalmente, porque os projetos que eram apresentados mereciam uma análise positiva, por parte do sistema bancário, para serem financiados e eu, naturalmente, merecia a confiança dos bancos.

Desde a sua constituição, o Grupo Promovalor investiu, em Portugal, Espanha, Brasil e Moçambique, em projetos que foram realizados e em ativos que existem.

Não são imaginações, são realidades. São factos, são provas! Está tudo documentado e auditado, inclusive pelo fisco, nas várias inspeções que fomos fazendo às minhas empresas, ao longo de anos.

Em 2011, no início da crise económica e financeira, cujos impactos todos nós conhecemos, o valor dos ativos do Grupo Promovalor ultrapassava os 754 milhões de euros.

Permitam-me repetir este facto, que me parece importante: no ano da crise financeira, que levou à falência do País e ao pedido de uma ajuda externa do FMI (Fundo Monetário Internacional), o valor dos ativos do Grupo Promovalor ultrapassava os 754 milhões de euros.

Mas há ainda outro lado, que penso ser importante dizer, que tem a ver com juros e cumprimento das obrigações bancárias, por parte das minhas empresas, e que merece ser destacado: entre 2006 e 2017, entre o momento da constituição do Grupo Promovalor e a data do acordo de transferência do seu património para os bancos, o Grupo Promovalor pagou mais de 161 milhões de euros em encargos financeiros ao Novo Banco.

Pagou! Não lhe foram perdoados, nem tinham de ser. Pagou mais de 161 milhões de euros de encargos financeiros, não houve nenhum perdão, não houve nenhum facilitismo para com o Grupo Promovalor.

Até 2017, o Grupo Promovalor concluiu 28 projetos imobiliários e promoveu a aquisição e desenvolvimento de outros 20.

Em 2011, o ano do resgate internacional da economia portuguesa, os ativos imobiliários — terrenos e edifícios detidos pelo Grupo Inland/Promovalor — contemplava o desenvolvimento de projetos com uma expectativa de área bruta de construção superior a 1 000 000 de m<sup>2</sup>.

Estamos a falar de projetos obtidos com as devidas entidades públicas, analisados pelas instituições financeiras e contratados com conhecidas e experientes equipas de profissionais do mercado.

Os valores dos financiamentos obtidos junto das instituições financeiras, em particular do Banco Espírito Santo (BES), do Banco Comercial Português (BCP) e da Caixa Geral de Depósitos (CGD), foram utilizados na atividade imobiliária, na compra de terrenos e edifícios a serem desenvolvidos do ponto de vista empresarial.

Não gastei esse dinheiro, nem em iates, nem em aviões, nem em mordomias. Não desviei esse dinheiro para contas pessoais, seja aqui, em Portugal, ou em qualquer outra parte do mundo. Canalizei esse dinheiro, por inteiro, até ao último cêntimo, para o desenvolvimento da atividade empresarial que sempre acreditei.

Acreditei eu e acreditaram as instituições, que me colocaram esse dinheiro à disposição. Investi nas empresas, na criação de valor económico e postos de trabalho.

O resultado dos financiamentos que me foram concedidos traduziu-se na aquisição dos ativos imobiliários, que chegaram a ter o valor, insisto, de 754 milhões de euros.

Mas voltemos, com mais pormenor, ao trajeto do Grupo Promovalor/Inland. À crise de 2008/2009, sucedeu a crise de 2011, em Portugal; a chamada crise das dívidas soberanas europeias.

Esses tempos, implicaram a paralisação do setor imobiliário, a suspensão de muitos projetos e, naturalmente, o aumento do risco para todos.

A partir de 2011, o Grupo Promovalor procurou novos mercados no estrangeiro, em resultado da crise económica e financeira que se vivia em Portugal.

Nesse sentido, apesar das dificuldades, o Grupo expandiu-se no mercado brasileiro e moçambicano e iniciou uma estratégia de desinvestimento em Portugal, a pedido dos bancos e com o objetivo de



acompanhar uma tendência imposta pelo sistema bancário e pelas entidades de supervisão naqueles tempos de crise.

No Brasil, o Grupo Promovalor investiu em Pernambuco/Recife, onde desenvolveu projetos na Reserva do Paiva, com uma área bruta de construção de 227 000 m<sup>2</sup>, dos quais 197 000 em parceria.

Ainda em Pernambuco/Recife, em regime de associação, o Grupo Promovalor desenvolveu um *master plan* na Barra da Jangada, com uma área bruta de construção na ordem de 525 000 m<sup>2</sup>.

Em Moçambique, Maputo, o Grupo Promovalor desenvolveu projetos com uma área bruta de construção de 42 000 m<sup>2</sup>.

Estes são alguns dos exemplos da atividade do Grupo Promovalor, auditado por consultoras internacionais, como era seu dever, numa atividade sindicada publicamente.

Apesar deste movimento de internacionalização, a crise de 2011 e as limitações de créditos à atividade imobiliária em Portugal foram bloqueando, aos poucos, a atividade do Grupo Promovalor e de muitos outros grupos económicos, ligados ao setor da construção, à imagem do que aconteceu à economia geral com a chegada da troica a Portugal.

O mercado brasileiro entrou, também ele, numa fase de paralisação e, em Moçambique, a atividade económica estagnou.

Em face do avolumar da crise internacional da queda do BES, a partir de agosto de 2014, o Grupo Promovalor procurou encontrar uma forma de cumprir com as suas obrigações, em particular com o Novo Banco.

Encetou-se, então, um trabalho conjunto da Promovalor com o Novo Banco, cujas soluções desenhadas mereceram o acompanhamento e autorização das entidades de supervisão do Novo Banco, nomeadamente do Fundo de Resolução.

Esse trabalho conjunto conduziu à seguinte resolução, em setembro de 2017: o Grupo Promovalor procedeu à entrega dos seus ativos para pagamento integral das suas dívidas.

Sublinho: esta foi a decisão tomada pelo Novo Banco e pelo Fundo de Resolução para pagamento na totalidade — repito, na totalidade — das dívidas da Promovalor ao Novo Banco.

Não pedi perdões de dívida, nem perdão de juros, nem eles me foram dados. É de conhecimento público que muitos empresários tiveram perdões de capital e de juros. Não foi o meu caso!

É do conhecimento público que muitos viram perdoadas dívidas, muito superiores àquelas que foram contraídas pela Promovalor. Isso não aconteceu comigo. Não tive nenhum perdão de capital nem nenhum perdão de juros. Nem eu, nem o Grupo Promovalor.

É muito fácil colocar o Luís Filipe Vieira como o grande devedor, que não cumpriu. É muito cómodo, para muito boa gente, colocar o presidente do Benfica como grande devedor da banca, que não cumpriu; cómodo para uma certa sociedade, que precisa de encontrar culpados, mas só certos culpados. Por muito que seja cómodo, publicamente, colarem-me às perdas do Novo Banco e às perdas dos contribuintes portugueses, tudo isso não passa de uma tentativa de alterar a realidade.

Não tive nenhum perdão de capital, nem nenhum perdão de juros! Nem eu, Luís Filipe Vieira, nem o Grupo Promovalor!

Cumpri com tudo o que me foi pedido e mais: entreguei todos os ativos. Não tive qualquer perdão de juros ou de capital. Mantive o meu aval pessoal e ainda investi mais capital, a ajudar na recuperação.

Digam-me uma só operação de reestruturação feita neste País com as condições tão ou mais vantajosas dos bancos? Torno pública esta afirmação com total transparência, respaldado no facto de, em setembro de 2017, o

Grupo Promovalor ter acordado com o Novo Banco a dação dos seus ativos para pagamento de todas as suas dívidas ao Novo Banco.

Repito: não houve perdões de dívida, e repito-o para contrariar uma falsidade que muita gente tem dito, como se soubesse do que fala, ou se fala com outras intenções, que não são seguramente as desta Comissão de Inquérito.

Por essa razão, pela confiança que deposito no vosso trabalho, aqui estou, para esclarecer tudo o que considerarem necessário.

Em setembro de 2017, volvidos vários anos de paralisação e de crise económica e financeira na economia portuguesa, o Grupo Promovalor celebrou um acordo de transferência do seu património para um fundo de investimento, constituído com esse objetivo e controlado pelo Novo Banco.

Esse acordo de transferência do património da Promovalor foi precedido de várias avaliações dos bens, por parte do Novo Banco, e foi precedido também da aprovação de um plano de negócios que contemplava o desenvolvimento de alguns desses ativos imobiliários e a venda dos outros.

Um plano de negócios a ser desenvolvido através desse fundo, controlado pelo Novo Banco, e que tinha por objetivo rentabilizar e maximizar os ativos entregues pela Promovalor.

O desenvolvimento imobiliário desses ativos entregues ao fundo permitiria ainda — de acordo com um plano de negócios, na altura, estudado e aprovado pelo Novo Banco — pagar a totalidade do endividamento da Promovalor ao Novo Banco, ou seja, saldar, inclusivamente, o endividamento que decorria dos empréstimos obrigacionistas que tinham sido contraídos por parte da Promovalor ao Novo Banco.

Este plano de negócios foi participado e aprovado pelo Novo Banco, que contemplava, assim, a venda de alguns dos ativos imobiliários e a promoção imobiliária de outros, no seu conjunto.

Essa estratégia, assegurava o pagamento na totalidade das dívidas da Promovalor.

Foi esse o plano definido e assinado, e por isso enfatizo: este plano garantia o pagamento de todo o endividamento que tinha sido contraído pelo Grupo Promovalor.

Vamos aos factos concretos e aos números envolvidos: em setembro de 2017, a dívida do Grupo Promovalor, no Novo Banco, ascendia a 227,3 milhões de euros, sendo 217 milhões de euros referentes a capital, 8,9 milhões de euros referentes a juros e 8,4 milhões de euros relativos a comissões bancárias.

Esses valores não incluíam os empréstimos obrigacionistas, que ainda não se venceram e cujo capital ascende a 160 milhões de euros, empréstimo cujo pagamento está assegurado pelo desenvolvimento imobiliário dos ativos da Promovalor entregues ao fundo.

Assim, face ao plano de negócios aprovado pelo Novo Banco, o desenvolvimento imobiliário dos ativos entregues pela Promovalor garante duas coisas: primeiro, realizar dividendos, que pagam a dívida assumida pelo fundo; segundo, permitir ainda distribuição remanescente, capaz de liquidar o referido empréstimo obrigacionista tomado pelo então BES.

O banco está sempre garantido, com controlo total destes dividendos, uma vez que as obrigações são convertíveis em capital da Promovalor.

Em suma, o fundo recebeu a totalidade de patrimónios para pagamento da dívida, juros e liquidação do referido empréstimo obrigacionista.

O Novo Banco recebeu tudo o que era preciso para liquidar o que restava, em termos de dívida, tendo eu saldado tudo o que me foi pedido. Sublinho: eu, Luís Filipe Vieira, saldei tudo o que me foi solicitado, ainda que mantivesse as minhas garantias pessoais.

Passo a enumerar como foram salgadas as dívidas: 133,9 milhões de euros foram convertidos em unidades de participação (UP) do fundo; o fundo assumia 85,9 milhões de euros de dívida, de acordo com um plano de desenvolvimento dos ativos imobiliários entregues pela Promovalor; a Promovalor ficou devedora do montante de 7,5 milhões de euros, sendo que acionistas individuais da Promovalor e eu próprio entregámos 5 milhões de euros para capital desse fundo, garantindo assim uma parte da liquidez para o seu funcionamento; além disso, tal como foi descrito e acordado pelo Novo Banco, o plano de negócios e dividendos resultantes da sua execução viabilizavam o pagamento do restante passivo da Promovalor ao Novo Banco; por último, a passagem do património para esse novo fundo permitiu, ainda, um reforço de garantias ao Novo Banco.

A Promovalor transferiu para esse fundo de imóveis que, no início, não tinham qualquer hipoteca a favor do Novo Banco. O caso do hotel no Brasil e o edifício de escritórios em Moçambique, o que é inaudito, se nós atendermos à forma como outros processos similares foram resolvidos.

A Promovalor, para além da entrega de património que estava hipotecado e que resultou do investimento com base nos empréstimos que contraiu, entregou património ao fundo que não estava onerado e não estava hipotecado.

Por fim, não menos importante, entregou ainda património individual dos seus acionistas e 5 milhões de euros do património individual, entregue em dinheiro ao Novo Banco.

É a maior prova de que, ninguém mais do que eu, procurou saldar e resolver, junto do sistema bancário, as dívidas que foram contraídas no âmbito da atividade económica da Promovalor. Não só procurei, como saldei.

Permitam-me recapitular o que de mais essencial vos quero aqui dizer: entreguei o património do Grupo Promovalor ao referido fundo, controlado pelo Novo Banco em 96%; entreguei dois ativos, que não estavam onerados; entreguei 5 milhões de euros, do meu património pessoal, para a recapitalização do fundo e deixei de ter controlo sobre a gestão e sobre o seu desenvolvimento.

De acordo com as avaliações promovidas pelo Novo Banco, em 2017, o referido plano de negócios não projeta qualquer perda para o Novo Banco; logo, para os contribuintes. Vou ressaltar esse ponto: não se projeta ter qualquer perda para o Novo Banco; logo, para os contribuintes.

A evolução do mercado imobiliário, no entanto, é algo que é sempre imprevisível, nomeadamente depois da pandemia.

O património entregue ao fundo paga a totalidade da dívida e permite obter os meios para saldar o empréstimo obrigacionista.

Uma vez mais, permitam-me vincar: sem perdão, sem descontos, sem favores!

Desde 2017 que não tenho controlo sobre a atividade do fundo, tendo apenas um representante no Comité de Investimento, determinado pelo Novo Banco, que não tem voto vinculativo, e tenho um voto na Assembleia de Representantes, sem controlo algum. Disponho cerca de 3% do capital do fundo, mas a minha palavra vale zero na gestão e nas decisões que são tomadas.

O fundo é controlado pelo Novo Banco. Nenhuma decisão de gestão pode ser tomada sem a aprovação do Novo Banco. O fundo é gerido por uma sociedade gestora, atualmente denominada por C2 Capital Partners e, anteriormente, denominada Capital Criativo.

À data do nascimento, em 2017, esta sociedade gestora apresentava-se no mercado como uma entidade completamente competente para o desenvolvimento das atividades do referido fundo.

Além disso, nessa sociedade gestora, o meu filho Tiago Vieira detinha uma pequena participação de capital e integrava o conselho de administração, o que permitia à Promovalor manter-se próxima da gestão do fundo, no futuro.

Uma vez que o Novo Banco exigiu o afastamento da equipa de gestão da Promovalor de toda e qualquer responsabilidade na implementação da gestão futura do fundo, o meu filho deixou a administração da sociedade gestora e vendeu a respetiva participação.

Assim sendo, para concluir, quero sublinhar que a intervenção da Promovalor neste fundo está limitada a um representante no Comité de Investimento, sem poder vinculativo, como antes referi, e à presença na Assembleia de Participantes.

Para terminar, quero deixar bem claro que não desisto e não fujo das minhas responsabilidades.

Por ser presidente do Benfica, com toda a exposição pública que tal representa, tenho sido vítima de calúnias, mentiras e especulação neste processo.

No campo de certas elites, há quem não perdoe duas coisas: ter vindo do povo e ter vencido, tanto na vida pessoal como na vida empresarial e no Benfica.

Mas quero dizer, de uma forma muito frontal, o seguinte: sou a pessoa mais orgulhosa em ser presidente do Benfica. É uma das coisas mais felizes da minha vida, mas quem dizer que isso me trouxe benefícios empresariais, mente.

Paguei mais juros que qualquer outro empresário. Não me foi perdoado rigorosamente nada, ao contrário do que aconteceu a muitos outros empresários, que passaram pelo anonimato.

Apenas por ser presidente do Benfica, fui escrutinado até à exaustão e os resultados são inequívocos. Os ativos que foram financiados estão aí, à vista de todos, não se evaporaram, não estão em *offshore*.

A reestruturação feita é única, por comparação a qualquer outra no Novo Banco ou de outros bancos: zero perdão de dívida, capital e juros; reforço de garantias hipotecárias; manutenção do meu aval pessoal; reforço de liquidez para recuperar os ativos com o meu contributo.

Vivo em Portugal, sempre dei a cara, sempre tive total colaboração, tudo no interesse do Novo Banco e no interesse do meu bom nome. Nunca senti nem nunca pedi tratamento privilegiado, e também nunca o recebi. Paguei os encargos e os juros que os bancos pediram nos projetos que os bancos avaliaram e aprovaram.

Estou, naturalmente, disponível para contribuir para o esclarecimento de todos e quero responder de forma o mais eficiente possível para o apuramento da verdade.

Nesse sentido, solicito que me concedam a possibilidade de poder esclarecer mais tarde alguma questão que hoje não consiga clarificar de forma completa e cabal.

Há, seguramente, questões para as quais vai ser necessário recorrer a documentação da empresa e a informações dos meus colaboradores.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão, Dr. Fernando Negrão, Ex.<sup>mos</sup> Srs. Deputados, estou, agora, à vossa disposição, para esclarecer o que considerarem relevante.



O Sr. **Presidente**: — Antes de entrarmos diretamente na audição, queria só referir que o Sr. Luís Filipe Vieira vem acompanhado do seu advogado, o Sr. Dr. Luciano Marcos.

Vamos, então, iniciar a audição, com as perguntas.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Luís Filipe Vieira: Antes de mais, gostava de lhe dar nota que a convocatória para estar cá hoje é na qualidade de empresário Luís Filipe Vieira e não de dirigente do Benfica.

Gostava que ficasse claro, atenta a sua intervenção, que nós não estamos aqui a interrogar nada relativamente ao Benfica; apenas na sua qualidade de empresário e no âmbito da sua relação com o BES e, depois, o Novo Banco — esta é a primeira nota.

Segunda nota: ao longo de muito tempo, fruto da relação que criou com a banca, nomeadamente com o Novo Banco, desenvolveu um conjunto de subscrição de crédito junto do, então, Banco Espírito Santo.

A primeira pergunta que gostava de lhe fazer é se confirma que a exposição total, ao longo de todos estes anos, ascendeu a 760 milhões de euros, relativos à Promovalor e a todas as empresas onde participava.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Do Banco Espírito Santo, posso-lhe dizer que nós tínhamos mais exposição.

Nós tivemos um projeto, chamado Verde Lago, que tinha um consórcio bancário de três bancos — o BES, a Caixa Geral de Depósitos e o BCP — de 270 milhões de euros.

Em 2014, o máximo que atingimos de dívida, no Novo Banco, foram 382 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E antes do Novo Banco?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Antes de novembro?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, temos o Banco Espírito Santo e o Novo Banco. Desde o início, a sua exposição total ao Banco Espírito Santo, que depois transitou para o Novo Banco, ascendeu ao máximo de quanto?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — No Novo Banco, está em 387,284 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu julgo que é um bocadinho mais, mas lá iremos.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Se considerar empréstimo obrigacionista?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tudo, a exposição total, de todas as empresas onde participava, direta ou indiretamente.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não sei onde é que o Sr. Deputado pode ver esse número.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — No relatório da Ernst & Young — só para lhe dar um exemplo — a 31 de dezembro de 2014, a exposição ascendia a 487 milhões de euros. Superior, por exemplo, ao valor que acabou de referir — isto só para lhe dar um exemplo.

Uma vez que tinha uma relação especial com o Banco Espírito Santo e com o BCP, imagino que também tivesse uma relação especial com o Dr. Ricardo Salgado.

Gostava que me confirmasse se era assim, ou não, e qual era a circunstância dessa relação.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Primeiro, para clarificar, era bom que o senhor, depois, nos colocasse a pergunta por escrito sobre os 480 e tal milhões de euros, pois, de certeza, que não atingimos esse montante com o BES. Era importante, isso.

A relação especial que eu tinha com o Grupo BES, se quer pôr assim, era completamente transparente e já vinha do passado, da Iberpneus.

Primeiro, curiosamente, não era com ele que eu lidava e onde houve uma aproximação mais de perto foi quando foi o financiamento do Estádio da Luz.

Os financiamentos que poderiam passar pelo Banco Espírito Santo eram negociados pelos nossos operacionais, pelo nosso diretor financeiro e, normalmente, era com o Bernardo Espírito Santo ou com o António Souto que eram discutidos, e com o Dr. Vítor Madureira, e depois, eram aprovados em conselho.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E nunca reuniu com o Dr. Ricardo Salgado para discutir os seus negócios particulares e o financiamento às suas empresas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, vamos lá ver: se me perguntar, Sr. Deputado, se, por vezes — num jantar ou num almoço em que fosse convidado para estar —, se falava como é que estavam os negócios, como é que iam e como é que não iam, logicamente que falava com ele, mas isso não tem nada que ver com a parte da empresa e como é que ela funcionava.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — BES Vida. A determinada altura, foi vendido um fundo imobiliário à BES Vida. Quer explicar-nos a circunstância deste negócio?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Em que ano é que foi esse, que está a dizer?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em 2012.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso tem a ver, curiosamente — penso eu — com a dificuldade, não sei porquê, pela troica, ou porque era, nós fizemos esse empréstimo obrigacionista dos 160 milhões de euros. Salvo erro, foi em 2011. Passado um ano, chamaram-me do banco a dizer que gostariam de adquirir determinados ativos que nós tínhamos.

Se me pergunta, hoje, se fiz mal, fiz mal! Mas também por respeito e porque o dinheiro era deles, também não podia dizer que não.

Só para lhe dar uma ideia, um dos ativos hoje, só a Matinha, se calhar, pagaria todo o endividamento meu e sobrava dinheiro.

Foi o pior erro de gestão que fiz, mas, como lhe digo, quando temos uma relação empresarial com um banco, não vale a pena criarmos um contravapor. Quando eles dizem que há uma necessidade de eles próprios fazerem essa operação... Essa operação teve uma pequena rentabilidade para nós, teve um lucro pequeno, mas entendi que devia fazer assim.

Volto a frisar que, em termos empresariais, foi um grande erro que fiz!

Não tenho dúvidas nenhuma que, naquela altura, era eu quem tinha o melhor património imobiliário em Lisboa. Era meu, com o dinheiro do banco, vamos ser claros.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Então, porque é que vendeu?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Como acabei de lhe dizer.

Se você têm um financiador, que é o banco, que fala consigo e diz que há todo um interesse — não me pergunte qual é o interesse que existia, que eu não quis perguntar —, ao fim e ao cabo, em adquirir determinado ativo que você tem... Bom, deram alguma margem de rentabilidade ao nosso grupo e nós não dissemos que não, pronto.

Era um dos grandes principais banqueiros nossos... Não tínhamos nada que dizer, mas foi um mau negócio.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Confirma que a venda foi por 147 milhões de euros e isso permitiu uma redução da exposição das suas empresas ao Banco Espírito Santo acima dos 100 milhões de euros?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Foi mais de 147 milhões de euros a venda.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Qual é que foi o valor, então?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não sei. Assim de cabeça, não sei.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E permitiu uma redução da exposição ao Banco Espírito Santo?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Permitiu uma redução, mas, entretanto, já me tinha feito um de 160 milhões atrás.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pois, não coloco isso em causa.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nunca vim a saber porquê, mas olhe, fez.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Já lá vamos aos VMOC (Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis).

Neste fundo de investimento, participou, a determinada altura, também a Rioforte.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A Rioforte é depois.

Sr. Deputado, estas perguntas, assim muito técnicas, seria melhor pô-las por escrito, para eu, depois, lhe dar a resposta certa, não vá eu estar a divagar e, sem querer, estar a dizer alguma mentira. Eu não quero isso!

Se quiser, o Sr. Deputado pode pôr tudo o que for por escrito, que nós enviaremos a resposta direita e rápida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Filipe Vieira, as suas respostas são para ser dadas com toda a informação que tiver agora.

Portanto, agradecia que desse a resposta e mencionasse a parte que acha que falta para, depois, mandar por escrito, mas que faça os possíveis por responder à pergunta.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu acho que esse fundo, numa primeira fase, nasceu com o Grupo Promovalor e com... Não foi com a Rioforte, foi com o Grupo Espírito Santo; nós tínhamos 55% de capital e eles tinham 45%.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, em 2011, a BES Vida não compra uma parte à Rioforte e, em 2012, compra o resto à Inland. Não foi assim?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não sei.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não se recorda.

Depois, se puder fazer chegar o detalhe dessas vendas, agradecia.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Tudo. Faça perguntas, pode pôr o detalhe de tudo, que nós iremos responder de imediato.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quem, no banco — uma vez que a venda foi à BES Vida — lhe pediu para vender esse fundo?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Quem, do banco, me informou sobre isso? Primeiro, foi o Dr. António Souto.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O grupo estava com dificuldades e foi por isso que decidiram vender esse fundo de investimento, ou não?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não. Nessa altura, nem estávamos com dificuldades. Nós tínhamos até vendido uma parte dos 240 000 m<sup>2</sup> à Fadesa e a outra empresa espanhola, a Realia, tínhamos vendido 100 000 m<sup>2</sup>, pelo montante praticamente do custo que nós tínhamos comprado os terrenos todos, veja bem. Por isso, não estávamos assim com muitas dificuldades. Não teve nada a ver com isso.

A venda é clara. É uma opção deles, não é nossa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas, em 2011, no negócio dos VMOC, isso foi uma forma de contornar dificuldades financeiras que o grupo estava a atravessar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, foi uma maneira de contornar uma situação de determinados empreendimentos que tínhamos de lançar mais rápido.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas o Novo Banco, ao entrar nesse negócio dos VMOC, deteriorou a sua posição, enquanto credor, perante as suas empresas.



O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Deteriorou?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Na medida em que se, por um lado, era credor e, por outro lado, passa a estar numa posição em que, quando muito, poderia vir a ser acionista, se não houvesse cumprimento das obrigações...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Deputado, isso foi uma opção do banco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Disse que ainda não se tinham vencido. Foi isso que disse há pouco, pelo que percebi da sua intervenção inicial.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — As VMOC? Ainda não se venceram, não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o prazo era de 10 anos.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso vai vencer. Se não for este ano, é para o próximo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E estará em condições de liquidar integralmente as VMOC?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Está feito um acordo de reestruturação todo, aquele que fizemos agora.

No acordo de reestruturação, está lá bem explícito o que é que vai suceder com as VMOC.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Está-me a falar do FIAE (Fundo Investimento Alternativo Especializado)?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Que, este ano, tinha de pagar 60 milhões ao Novo Banco, e que não vai conseguir cumprir, aliás, com as informações que já nos foram dadas pelo Dr. Nuno Gaioso Ribeiro, aqui nesta Comissão.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Deputado, não é este ano.

É em 2022 e acho que vai ser prolongado, por causa da pandemia. Deve ser prolongado...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O fundo que foi criado para reestruturar a dívida não estará em condições de cumprir o *business plan* que foi definido entre os diferentes intervenientes na construção desse fundo, nomeadamente o Novo Banco.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Estou a dizer-lhe: por causa do estado da pandemia, o fundo já está a negociar, precisamente, mais dois ou três anos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Entre agosto de 2014 e a constituição do fundo — portanto, a reestruturação — quanto é que foi reembolsado ao

Novo Banco? Disse-nos aqui que nunca teve incumprimentos, mas quanto é que foi reembolsado ao Novo Banco?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Deputado, só um momento.

Nesse período, nós reduzimos, mas depois pedimos mais um financiamento, que aumentou a dívida para 387 milhões de euros, para acabar a Quinta do Aqueduto.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Reduziram. E reduziram quanto. Sabe?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — À volta de 5 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o Novo Banco reforçou os financiamentos?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Para acabarmos a Quinta do Aqueduto.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Se esse financiamento não fosse reforçado, a Quinta...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Parava.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E, portanto, haveria uma desvalorização do ativo.

Na altura, o Novo Banco tinha alguma hipoteca sobre esse ativo?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Tinha hipoteca deles todos.

Mas, Sr. Deputado, qualquer financiamento que nós tivemos, deixávamos sempre a hipoteca feita e concretizada logo. Podia não ser no mesmo dia, mas passado dias ou um mês, ir-se-ia fazer a hipoteca.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Relativamente à venda do fundo imobiliário à BES Vida, o valor que foi gerado por essa venda foi parar onde?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Para dentro da empresa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o que é que fez a esse dinheiro? Reinvestiu ou liquidou dívidas?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Amortizámos dívida.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — No Novo Banco?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — No Novo Banco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Na altura, Banco Espírito Santo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Banco Espírito Santo, lógico.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em 2011, fez uma reestruturação da dívida.

Pode-nos explicar em que é que consistiu essa reestruturação? Como é que sucede esta história das VMOC?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — As VMOC é muito simples. Nós tínhamos uns ativos que queríamos desenvolver, havia a opinião de os desenvolvermos faseadamente, mas tivemos uma opção de desenvolvê-los mais rapidamente e, então aí, o banco, até para futura tesouraria, fez esse empréstimo obrigacionista de 160 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas isso foi uma reestruturação que fez à dívida das empresas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não é bem reestruturação; aquilo foi mesmo para financiar. Foi mesmo pedido pelo Novo Banco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Foi pedido pelo Novo Banco.

O Novo Banco quis colocar-se nesta posição de obrigacionista.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Foi pedido pelo Novo Banco, e pode. Deve haver documentação nossa. Há contratos feitos. Não temos problema nenhum...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não Novo Banco, mas Banco Espírito Santo.

160 milhões de euros nas VMOC: confirma esse valor?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Confirmo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Que, entretanto, foi registada totalmente a imparidade deste valor nas contas do Novo Banco.

Portanto isto, no Novo Banco, hoje vale zero.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso não fale comigo, das imparidades, que eu não sei o que é que é isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Claro.

A entrada no Brasil e a família Brennand. Como é que conhece a família Brennand e como é que surge esta oportunidade de entrada nos negócios do Brasil?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Quem está no Brasil é o meu sócio, Dr. Almerindo Duarte. Nós só podíamos ir para o Brasil se tivéssemos oportunidade de encontrar um parceiro credível para trabalharmos.

Dentro disso, o Almerindo conheceu essa família no Brasil, que eram os detentores de praticamente todos os terrenos da Reserva do Paiva, onde tinha, como promotor, a Odebrecht, em troca de produto acabado, ou seja, eles promoviam em troca de produto acabado. Eu sei que naquela altura, salvo erro, a família Brennand recebia 17% sobre a construção e nós, depois, fizemos uma parceria 50-50 com a Odebrecht.

Mas isso, do Brasil, eu tenho pouco conhecimento. O meu sócio é que acompanhava o Brasil todo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas esta ligação com a Odebrecht é um dos focos de conflitos que existem no Brasil e que preocupou bastante o

Novo Banco e o fundo, o FIAE, na salvaguarda do património, nomeadamente da Reserva do Paiva.

Pode-nos explicar estes conflitos?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Está tudo resolvido.

Eu acho que o Dr. Nuno Gaioso, quando esteve aqui — foi ele que já fez essa negociação, por sinal... E ficou tudo resolvido com eles.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas qual era o motivo desses conflitos? O que é que estava na base desses conflitos?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A única coisa que lhe poderei adiantar, mas tenho a certeza que é isso — o Dr. Nuno sabe isso melhor que eu —, mas tinha que ver com o preço da empreitada, nomeadamente do hotel.

Nós entendíamos que, pela demora que houve, não deveríamos estar a ser tão penalizados no preço final.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E ligação que existe com a Odebrecht e com a família Brennand é pela mão do seu sócio, que os conhecia no Brasil. É isso?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim, mas não é só com a família Brennand. Com a Odebrecht, conheci só os quadros que trabalhavam lá, na Reserva do Paiva.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O Grupo Espírito Santo não ajudou nestes contactos?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, aí não teve nenhuma ajuda. Teve ajuda no financiamento.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A determinada altura, existem investigações à Odebrecht, no Brasil, de matéria criminal, e havia três sociedades que eram detidas em conjunto com a Promovalor, Desenvolvimento Imobiliário.

Em que pé é que estão estes processos? O que é que isto deu, se é que deu alguma coisa, para o lado da Promovalor, ou foi tudo arquivado?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não temos conhecimento de nada disso.

De certeza que não há nenhuma ligação connosco, em termos de crime. Não temos conhecimento disso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas isso é difícil não ter conhecimento, porque a KPMG colocou reservas nas contas da Promovalor, referindo-se precisamente a estas investigações criminais.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não podem existir investigações nossas, em relação à Odebrecht. Só se eles quiseram lá pô-las, mas não temos nada com a Odebrecht.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas tem conhecimento desta opinião da KPMG às contas da Promovalor.



O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Como disse, o Dr. Almerindo é que poderá saber isso melhor que eu, mas eu nunca ouvi, dessa parte, alguma relação de crime com a Odebrecht.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu não estou a dizer que foram cometidos crimes com a Odebrecht; o que eu estou a dizer é que havia uma investigação criminal no Brasil e que isto levou a que também fossem investigadas as empresas que eram detidas em parceria com a Promovalor, em conjunto com a Promovalor.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas isto tinha a ver com a Odebrecht, não tinha a ver connosco, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E isso foi tudo arquivado?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — De certeza que o nosso grupo nunca foi chamado a isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não foram arrestados bens da Promovalor?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nada, nunca fomos chamados a nada disso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A determinada altura, para resolver o problema com a Odebrecht, decidiram entregar — e não sei se foi assim

que isto terminou — o Terraço Lagoon, Novo Mundo e Flats, este último avaliado em 3,7 milhões de euros.

Como é que terminou o conflito com a Odebrecht? Foi com a entrega destes bens?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, isso já foi negociado com a sociedade gestora.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tem que falar mais alto.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso, que está a acabar de me dizer, foi negociado já com a sociedade gestora, já com a Capital Criativo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Foi a Capital Criativo que resolveu este problema?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E foi com entrega destes bens ou da parte que tinham nestes bens?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Foi negociado com eles.

Como já lhe disse, através do fundo eu não tenho ligação nenhuma.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas um dos sócios da Capital Criativo, inclusivamente, tem uma grande proximidade grande consigo,

portanto, não quero acreditar que não saiba exatamente o que é que eles vão fazer.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — O Sr. Deputado está a confundir uma coisa: as pessoas podem ser amigas, podem ser o que for... Como deve calcular, isto é um trauma para mim. Eu, com o Nuno Gaioso, evito falar disto tudo. É um trauma! Está aqui o meu advogado, que sabe isso perfeitamente, é o meu filho. Eu não falo com eles.

Para quem levou a notícia que eu levei, em dezembro de 2015, é lógico que eu nem queira falar. Isto é a mesma coisa que entrarmos num elevador e o elevador cair, por isso é natural que eu não queira mesmo aprofundar nada disso.

**O Sr. Hugo Carneiro (PSD):** — Mas nós estamos hoje, aqui, para falar sobre estes assuntos. Compreende isso.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Nesse caso, não tem problema nenhum.

Chamem o Dr. Nuno Gaioso e ele poderá explicar. Ele sabe perfeitamente que eu não tenho conhecimento nenhum disso.

**O Sr. Hugo Carneiro (PSD):** — Eu acho difícil que não tenha conhecimento, uma vez que também é parte interessada e é participante no fundo, não é? Mas quem sou eu para duvidar disso.

O Hotel Reserva do Paiva está hoje liberto de quaisquer ónus? Tem esta informação?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Qualquer terreno que esteja dentro do fundo está livre de todos os ónus. Estão bem arrumados, como eu costumo dizer.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Passemos aos negócios da Imosteps.

A Imosteps é uma sociedade comercial, que detém 50% da OATA, empresa onde participa o BCP, o Novo Banco, a Promovalor e o grupo empresarial AFA. Como é que surge este negócio?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Só uma coisa: da Imosteps falo para todos, pode ser? Para, depois, não me estar a repetir e vou explicar porquê e já vai entender: a dívida da Imosteps já existia dentro do banco, que era da Opway. Então, um dia, como sabiam que nós andávamos no Brasil, esse grupo Opway tinha um terreno no Rio de Janeiro.

E, então, eles pensavam que podiam ter lá um determinado tipo de construção e pensavam, pela avaliação que aquilo tinha, que tinha um determinado ativo que, na realidade, não existia. Como nós estávamos no Rio de Janeiro, o Dr. Ricardo pediu-me se, na realidade, nós podíamos olhar para aquilo.

O que é que sucedeu? Nós empenhámo-nos naquela situação, olhámos devidamente, aquilo estava numa zona que foi considerada, depois, reserva ecológica. Como devem imaginar, havia também outros detentores de terrenos ali e conseguimos chegar a acordo com o Prefeito de, noutra área, conseguirmos 102 000 m<sup>2</sup> de construção, o que quer dizer que aquilo tem um valor.

Quando já estávamos em Portugal, não sei se foi um mês antes ou um mês depois, caiu o BES. E qualquer pessoa dentro do BES sabe esta história, não é fantasiosa.

Aquilo é uma dívida que eu não considero minha. Não considero mesmo minha! A HIS tinha como sócios, o BCP, o próprio BES... Eu sei é que resolvi um problema ao banco. Aquilo que me tinham dito para ter autoridade para falar, passavam o valor para dentro da... Nós ficaríamos com 50% da Imosteps, mas, depois, quando aprovássemos, o que viesse, na parte final, o banco iria entender-se connosco.

O que é certo é que, depois, houve a queda do BES e quando começámos a falar sobre a reestruturação chegámos a pôr em cima da mesa reestruturar também a Imosteps, porque nós sabemos o valor que aquilo tem.

Nunca nos disseram nada. Nunca houve vontade alguma de a incluir na reestruturação e ficou por aqui, durante uma temporada e eu também não fiz mais perguntas.

O que é que sucedeu? Há uns meses, apareceram ao José Gouveia — o diretor financeiro — aqueles fundos abutres, a tentar negociar aquilo connosco. Eu ainda telefonei para o banco, mas disseram: «Eh pá, não. Isso foi vendido, salvo erro, no célebre Nata 2». Foi o que me disseram.

Resultado: andei a trabalhar, mais o meu sócio, viabilizámos algo que vale dinheiro e que foi vendido no Nata 2. E eu fiquei confrontado com uma situação, como se costuma dizer... Bom, tenho aqui uma dívida que não foi minha, que não fui eu que a criei e toda a gente sabe que não fui eu — eu, neste caso, a Imosteps, tanto que nem apareceu aval da minha mulher, era só meu e do meu sócio, porque nós avalizávamos sempre as coisas.

Entretanto, o meu financeiro, o José Gouveia, disse que não valia a pena fugirmos a isso: «Luís Filipe, a dívida está assinada por si. É você que a vai pagar. Vai suportá-la e tem de resolver. Temos de negociar isto com as pessoas». E eu disse: «Mas como é que vamos negociar? Eu também não quero que, um dia, alguém venha dizer que eu fiz um negócio para benefício meu, próprio, reconhecendo o valor que aquilo tinha».

Então, a única maneira era falar com quatro ou cinco pessoas para comprarem a Imosteps, e foi o que acabou por suceder. Alguém comprou a Imosteps, aquilo tem um determinado valor, na minha ótica não sei porque é que o banco não quis reestruturar, honestamente, eu entreguei as minhas ações e entregaram-me os avales e o ativo, neste momento, é detido por um fundo que tem rosto. Logicamente, tem rosto.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Então, quem são os detentores das participações sociais da Imosteps, neste momento?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — As participações são detidas por um fundo de capital de risco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E, portanto, nem o Sr. Luís Filipe Vieira, nem a família, detém nenhuma participação social na Imosteps.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, e resgatámos os avales. Isso não tem problema nenhum.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E por quanto é que isto foi vendido?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Salvo erro, por 8 ou 9 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E esse dinheiro foi parar onde?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Para onde foi o dinheiro? Foi para o fundo, que teve que se pagar.

O BES vendeu e quem comprou pagou ao BES e vendeu a outro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, o Novo Banco ficou com os 8 ou 9 milhões, é isso que está a dizer?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, isso ficou.

Podia-me perguntar é se podia ficar com mais. Se calhar, ficava com mais.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Então, na sociedade comercial Oata, neste momento, por si, pela sua família, ou pelas suas empresas, direta ou indiretamente, não têm nenhuma participação na Oata ou na Mural.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nada. Não tenho nenhuma participação, de certeza.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Do que eu percebi há pouco, do que disse, existia uma empresa Opway, que é conhecida, que lhe vendeu a sua participação social na Imosteps e vocês...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Vendeu, entre aspas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas, então, é daqueles grandes devedores que não recebeu favores do Banco Espírito Santo, mas fez um favor ao Banco Espírito Santo. É isso?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Aquilo não era um favor, era um negócio que eu achei que conseguiria resolver e, a partir daí, tinha duas opções: ou comprava; ou devolvia, e ficava com uma pequena margem de lucro do negócio.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E teve algum lucro com isto?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não. Por acaso, no fim, não tivemos lucro nenhum. Pelo contrário, tivemos mais dores de cabeça, tivemos aqueles senhores a bater-nos à porta, que são incómodos e arrogantes...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E porque é que a cadeia de sociedades que aqui está envolvida foi constituída em jurisdições *offshore*? Por exemplo, a Mural estava constituída...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Olhe que eu não constitui nenhuma *offshore*. Não é do meu tempo. Eu nunca tive uma *offshore*. Nem me pergunte, que eu não sei.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A Mural era uma empresa incorporada no Delaware, por exemplo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso foi o BES e o BCP que fizeram.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, o BES e o BCP usaram...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não tenho nada com essas *offshore*, não.



O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... jurisdições *offshore* para montar essa operação, muito bem.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — E acho que ainda há lá mais. São umas quantas *offshore*.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Alguma vez deteve alguma *offshore* nas suas empresas ou a título pessoal, ou da sua família, que tenha conhecimento?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nunca tive nenhuma *offshore*.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não tem, nem teve.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Reconhece que o FIAE, que foi constituído para reestruturar a dívida das suas empresas, não está em condições de assegurar o cumprimento do *business plan*, que foi desenhado em 2017.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não está, nem condições de...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não vai fazer nenhum pagamento, este ano, de 60 milhões de euros ao Novo Banco?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não é este ano, é para o próximo ano. Mas quero-lhe dizer que eles vão prolongar o prazo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Deixe-me dizer, também, que foram anulados 7,5 milhões de euros de juros da Promovalor.

Quando, há pouco, dizia que não tinha sido perdoado capital ou juros, foram perdoados 7,5 milhões de euros, segundo a informação que temos nesta Comissão.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não. Sr. Deputado, devo os 7,5 milhões de euros. Não foi perdoado

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A informação que nós temos é que foi perdoado.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Está incorreta.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pode estar incorreta, mas terei oportunidade de confirmar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Posso confirmar, sim senhor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Última pergunta que lhe gostaria de fazer.

Podemos considerar que o Sr. Luís Filipe Vieira era um empresário e um promotor imobiliário, que fez os seus negócios com recurso ao crédito da banca. Podemos concluir isso?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Poderá concluir que eu sou um dos muitos que tinha recurso ao crédito da banca. Não sou eu, isolado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E que, particularmente, eventualmente teria garantias em alguns bens, o que contrasta com outros devedores, mas que isto correu mal.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Acho que o negócio imobiliário tem sempre o seu risco e os próprios bancos sabem que tem esse risco.

Nós, por exemplo, ainda agora, quando estávamos a ver um determinado ativo, se as coisas não forem desenvolvidas dentro dos prazos que se estão a prever, logicamente que não vai dar a rentabilidade que estávamos a pensar ter.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, agora, creio, que é a minha vez.

O Sr. **Presidente**: — Tem razão. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.  
Muito boa tarde, cumprimento-os todos.

Sr. Luís Filipe Vieira, em 2018, tinha uma exposição total, se incluirmos o fundo que vendeu ao BES, de cerca de 380 milhões de euros. Já aqui disse que deu um aval pessoal para várias das suas dívidas, que nunca ninguém executou, pelo que eu presumo que, se deu esse aval pessoal, é porque tinha património.

Nós temos um parecer interno, de 2019, que nos diz que o único bem em seu nome é uma casa para palheiro, com uma área de 162 m<sup>2</sup> e com logradouro.

Gostaria de lhe perguntar se, tendo dado o seu aval pessoal, o único património que tem, de facto, é esta casa para palheiro, identificada nos pareceres internos do Fundo de Resolução.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não estou em incumprimento com o Novo Banco, nunca fugi, apareci sempre e, quando chegar a altura, se eu estiver em incumprimento, estarei presente e saberemos negociar isso tudo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que eu lhe estou a perguntar é diferente.

Deu o seu aval pessoal, o Novo Banco já pensou, várias vezes, em executar esse aval, mas essa decisão não foi tomada porque, em seu nome, tem — segundo a avaliação feita pelo banco — uma casa com destino a um palheiro.

Não estou a inventar, é o que está escrito num documento oficial da Comissão de Acompanhamento do Novo Banco, por isso, pergunto se confirma que este é o seu património.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não é verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não é verdade a informação que está aqui escrita.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não está. Nem nunca me tentou executar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Repare, é pouco relevante, neste momento, se tentou ou não executar; o que eu quero confirmar é qual é o património que está por detrás deste aval que deu.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu volto a frisar que eu, neste momento, não estou em incumprimento com o BES, nem com ninguém.

No dia em que estiver, em que tiver que chegar a alguma situação com o BES, logicamente que tenho de cumprir com aquilo que está acordado, mas quero-lhe dizer que não é esse o património que tenho.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, tem mais património em seu nome.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Tenho.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe dizer-nos qual é o valor do património em seu nome?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não sei qual é a necessidade de ter de dizer o meu património, neste momento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu estou-lhe a perguntar, porque o seu património é dado como aval para uma série de dívidas e há um documento interno, no Novo Banco, em que, por alguma razão, a informação que foi disponibilizada ao Novo Banco e à Comissão de Acompanhamento é que o único bem em seu nome, eu vou citar: «... no facto de o único bem em nome de Luís Filipe Vieira ser uma casa para palheiro, com área coberta de 162 m<sup>2</sup> e logradouro de 458 m<sup>2</sup>»

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Onde é que é essa casa?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não sei se tem aqui alguma referência da localização.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não é nada disso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, se alguém executar o seu aval...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Vou dizer-lhe: não tenho necessidade de dar, porque não estou em incumprimento, mas posso-lhe dizer que tenho património, não moro aí, nunca morei aí e nem sei o que é isso, tão-pouco.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu calculo que não more numa casa para palheiro.

A pergunta que lhe faço é se tem património, além daquele que é identificado no Novo Banco e, já agora, a única razão pela qual nunca entrou em incumprimento nas dívidas com o Novo Banco e com o BES é porque elas foram sempre reestruturadas.

Portanto, há uma razão para lhe fazer esta pergunta sobre o seu património.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — E eu acho, também, que há uma razão para eu lhe dizer que o que existe dentro do BES, se for desenvolvido — eu sei o que lhe estou a dizer —, o dinheiro que vai resultar daquilo dá para pagar a totalidade da dívida do BES e ainda sobra dinheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu ainda estou no seu património e aquilo que quero compreender é o património que tem, porque me diz que esta informação que tenho não é verdadeira.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, essa não é verdadeira. Eu não vivo aí, tenho mais que uma casa.

Eu estou a dizer-lhe que não há necessidade de estar hoje a dizer-lhe o que é meu ou da minha família por causa de um aval que eu não tenho, neste momento, nenhuma incompatibilidade com o Novo Banco, nem com ninguém.

Estou a dizer-lhe que tudo o que está, o que se fez, o plano que está feito para a resolução do meu caso, chega e sobeja dinheiro; tem é que ser bem gerido.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu quero saber do seu património.

Alguma vez o Novo Banco fez um levantamento do seu património?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Acho que nunca ninguém me pediu o levantamento do meu património, nunca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem quando deu um aval, nem depois. Nunca fizeram um levantamento do seu património?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nunca.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que responde à minha segunda questão...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas sabe uma coisa? Nesta atividade, as pessoas conhecem-se e, normalmente...

Eu não tenho a culpa do que me sucedeu. Desculpe, deixe-me dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada: eu tenho 42 anos de empresário. Nunca tive um incumprimento com ninguém... Eu fui apanhado de surpresa. Acabei de dizer, ainda há bocado, ao Sr. Deputado, que é a mesma coisa que eu entrar num elevador e o elevador cair até cá baixo. Está a compreender?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me tentar compreender outra coisa: o Sr. Luís Filipe Vieira não...



O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nunca tive um incumprimento com banco algum — vamos ser claros nisto! — e já são muitos anos, tanto nos pneus, como na área imobiliária, como em tudo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não recebe da Imosteps que, aliás, nunca produziu 1 cêntimo deste negócio ruinoso no Brasil; a Promovalor não dá lucro desde 2008 ...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nem podia dar!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e, em 2012, já tinha sido reestruturada três vezes; também não recebe do Benfica, porque tem um cargo não remunerado.

A minha pergunta é: do que é que vive? Presumo, então, que viva do seu património.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Do que é que eu vivo?

Olhe, tenho outros negócios, tenho uma boa reforma... Vivo bem! Por acaso, veio uma coisa curiosa: ainda foi reforçada a conta com 2 milhões e tal de euros, que eu recebi do fisco.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, tem rendimentos, além das suas empresas que nós conhecemos, que foram dadas como penhor e que estão em insolvência.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho algumas sociedades com outras pessoas. Umhas estão em vias de dar rendimentos... Olhe, uma,

brevemente, se for vendida, para mim, deve-me dar à volta de 2,5 milhões de euros, só.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, são sociedades que não estão penhoradas ao Novo Banco.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, nem devem estar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tem noção que, só na Imosteps, o Novo Banco vendeu uma dívida sua de 54 milhões, com uma perda de 52 milhões assumida pelo banco.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A dívida não era minha.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, sabe a quem é que tem de falar? É com o Novo Banco, não é comigo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que eu sei é que o Novo Banco assumiu perdas, em seu nome, de 200 milhões ou mais, e o que me está a dizer aqui é que tem património e rendimento.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — 200 milhões de dívidas minhas? Mas onde é que o banco assumiu 200 milhões de perdas minhas?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Só das VMOC, que não vão ser pagas, já estão assumidos 160 milhões de perdas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — 160 milhões de onde?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Do que não pagou pelas VMOC.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Das VMOC, eu não paguei... Está lá escrito. Eu, se quiser, até nem as pago. Está lá escrito! É reestruturado!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas é reestruturado porquê, se você deve ao Novo Banco?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É reconvertido em capital.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe, as VMOC são obrigações, só é convertido em capital se elas não forem pagas, mas é uma dívida.

O senhor deve ao Novo Banco 160 milhões e o que me está a dizer é que tem várias empresas, tem vários patrimónios, mas, simplesmente, não paga a sua dívida.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Os 160 milhões de euros são pagos com a reestruturação que nós fizemos agora, porque é por aí que o banco vai buscar o dinheiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E por que é que não pagou, simplesmente, a dívida? Por que é que não pagou?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não paguei, porque não tinha para pagar. Então...!?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não tinha rendimentos para pagar a sua dívida.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Se eu lhe estou a acabar de dizer que nós reestruturámos tudo, onde estão as VMOC incluídas, o que é que a gente vai fazer? Se eu já tenho de esperar, daqui a 10 ou 15 anos, pelo desenvolvimento do projeto, que é longo... Se eu paguei ou se não paguei...

Estou a dizer-lhe é que tudo o que existe ali... Se não conhecer os ativos que estão no fundo é bom conhecer os ativos, faça contas e, depois, vai ver quanto é que eles todos podem gerar.

Agora, tem de entender que não sou eu que faço vendas rápidas. Não sou eu! Imagine que, amanhã, o banco toma uma decisão e diz assim: «Vamos vender aquilo tudo do fundo ao desbarato»...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — As VMOC são uma dívida de 160 milhões e foi emitida em 2011. Estamos em 2021. 10 anos depois, nunca pagou o que devia ao Novo Banco, nem ao BES...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não estão vencidas, ainda.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vencem em agosto.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Pronto, e em agosto... Mas nesta operação, está reestruturada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Claro. E foi sempre reestruturando. É por isso, aliás, que nunca pagou as dívidas que contraiu.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Tem de ser reestruturada. Mas, oiça: há algum problema nisso? Quantos empresários, em Portugal, fazem o mesmo, e os bancos depois vêm receber o dinheiro?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Neste momento, os bancos registaram todas as perdas, mas não vou entrar em discussão consigo, porque as perdas estão registadas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não vale a pena estarmos a entrar em discussão, também acho bem.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não vale, porque elas são factuais.

Disse-nos aqui, há pouco, que em 2012 a Imosteps comprou 50% da Oata, e que foi um favor que fez ao BES. Pergunto: comprou à Opway?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Foi à Opway, foi.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quanto é que pagou?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não me recordo.

Eu respondo a isso tudo certo, quando trouxermos as respostas todas. Eu sei que foi à Opway que se pagou.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas pagou à Opway?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Creio que fizeram um financiamento e foi diretamente para a Opway que foi o dinheiro, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada vai ter essa resposta certa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Depois de ter comprado 50% das ações da Oata, a Imosteps recebeu 54,3 milhões de euros de crédito para apoiar o investimento na Oata, nomeadamente fez 43 milhões em suprimentos, ou seja, recebeu 54,3 de crédito e injetou 43 milhões.

O que é que fez aos 11,3 milhões da diferença entre o que a Imosteps recebeu de crédito e aquilo que foi investido na Oata?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Da Oata, também vamos esclarecer isso, isso foi tudo através do BES e do BCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não lhe perguntei isso.

O que eu lhe perguntei foi qual foi o destino dos 11,3 milhões de euros, que não foram injetados na Oata, porque recebeu um crédito de 54 e só injetou 43.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Tinham de ser injetados na Oata, lógico.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não foram.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, não foram?

Então, não sei. Essa, não sei. Não lhe posso responder. O que é que hei de dizer...?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Recebeu 54 milhões em crédito e só injetou, em suprimentos, 43 milhões. Há uma diferença de 11 milhões de euros.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O meu sócio sabe isso de certeza. O Dr. Almerindo Duarte é que estava no Brasil e sabe isso de certeza.

Deixe lá, que ele não fugiu.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vou-lhe ler um documento do Banco de Portugal, que diz: «De acordo com o Novo Banco, parte dos créditos concedidos pelo Novo Banco foram alocados ao pagamento do serviço de dívida da empresa e à transferência de determinados montantes para contas pessoais dos acionistas. Foi identificado, entre outras, uma transferência de 8 milhões para Luís Filipe Vieira.»

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Oiça, de certeza que eu nunca levantei dinheiro para mim.

Pode pôr aí que eu nunca levantei um tostão para mim!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não há nenhuma transferência deste crédito para contas suas?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Para contas minhas, de certeza que não há nenhum dinheiro desse. Nenhum dinheiro da empresa para a minha conta, de certeza!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Novo Banco parece escrever ao Banco de Portugal a dizer que houve uma transferência de 8 milhões.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É o Banco de Portugal averiguar para onde é que foi o dinheiro. Se foi para a minha conta, por onde é que ele passou.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E não foram feitos desvios destes créditos para a Promovalor.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não foram desvios nenhuns de créditos para a Promovalor, de certeza.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem a Imosteps emprestou este dinheiro à Promovalor.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — De certeza que não emprestou.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas é estranho, porque a Imosteps registava uma dívida de 8 milhões da Promovalor.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada acabou de dizer que eu levantei 8 milhões dessa empresa. Eu estou a dizer-lhe que não levantei



dinheiro nenhum dessa empresa em meu nome, nem nenhuma empresa passou dinheiro para mim. Nem essa tinha nada para me vender, nem eu para lhes vender a eles para me pagarem. Não tinha nada disso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não recebeu, em seu nome, nenhum dinheiro deste crédito à Oata.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nenhum crédito desse e de outros.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nem a Promovalor recebeu dinheiro que era destinado à Oata.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas que necessidade é que a Promovalor tinha de receber dinheiro para a Oata? Só se era algum pagamento que tinha de fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que eu sei é que, nas contas da Imosteps, diz que esta, depois de ter recebido um crédito de 8 milhões do BES, os emprestou à Promovalor.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Então, se a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a afirmar isso, nós vamos ver o que se passou.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me esclarecer: o Novo Banco afirma que foram feitos pagamentos ao acionista Luís Filipe Vieira, no valor de 8 milhões. É isso que o Novo Banco diz, num documento interno do Banco de Portugal.

Já me garantiu que não é verdade...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não levantei dinheiro nenhum.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e eu fiz-lhe outra pergunta, uma vez que negou essa possibilidade: esse dinheiro foi para a Promovalor?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vamos trazer as respostas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não sabe o que é que aconteceu aos 11 milhões de financiamento, que não foi utilizado para o seu fim.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Os 8 milhões que a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a dizer, não sei.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, permite-me que a interrompa?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sempre, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Filipe Vieira, até na sua defesa, na defesa da sua imagem, nós não podemos continuar nesta ausência de perguntas com o senhor a dizer «Eu vou responder por escrito», porque saímos todos mal daqui. Sai a Comissão, mas sairá principalmente mal o Sr. Luís Filipe Vieira.

Peço-lhe que faça o maior esforço possível para responder às perguntas de uma forma clara e objetiva.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: — Eu sei o que é que me vai dizer, Sr. Luís Filipe Vieira.

Eu sei que está a fazer um esforço para responder, mas eu peço-lhe que faça três esforços, para nós sairmos deste beco onde nos estamos a meter, que é: «Eu mando-lhe por escrito, daqui a uns dias». Não podemos entrar neste processo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse que eu levantei 8 milhões de euros para mim, mas eu não levantei 8 milhões nenhuns!

O Sr. **Presidente**: — Pronto, é essa a resposta que tem de dar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso, tenho eu a certeza que não levantei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Filipe, é essa a resposta que tem de dar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso, eu tenho a certeza que não levantei dinheiro nenhum para mim!

Agora, se alguém fez um movimento entre empresas... Não sei. Vou confirmar isso. Agora, eu levantar 8 milhões de euros para mim, garanto que não levantei! Isso, tenho a certeza absoluta!

O Sr. **Presidente**: — Está a resposta dada, da sua parte.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O que se passou lá, depois, internamente, isso...

Eu acho, Sr. Presidente, que tenho dado as respostas que sei. Fugir, não vou fugir a nenhuma. Posso-lhe garantir — aliás, quem me conhece sabe que eu não fujo a nenhuma pergunta; agora, posso é não saber.

O Sr. **Presidente**: — Vamos retomar.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada.

A dívida de 54,3 milhões que a Imosteps contraiu para financiar a Oata nunca foi paga — ela valia 73,7 com juros vencidos —, em 2019, o Nata 2 oferecia entre 2 e 4 milhões por ela, a AFA, que era outro acionista da Oata, oferecia entre 5 e 7 milhões, e aparece um fundo, chamado Iberis Semper, que oferecia 9,9 milhões.

Conhece este fundo?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu não conheço o fundo. Sei quem comprou.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem comprou o quê?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Quem comprou. Quer dizer, quem, no fundo, comprou. Conheço a pessoa que pôs o dinheiro no fundo. É a única coisa que eu sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Este fundo, não comprou a dívida. É preciso esclarecer-nos.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu esclareço. Acredite que ninguém vai fugir.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não, o problema não é com...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, é que não vá a Sr.<sup>a</sup> Deputada pensar que eu estou a fugir à pergunta. Posso não compreender, mas explique-me lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O meu tempo é que me está a fugir.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas deixe estar, que eu tenho tempo para estarmos aqui todos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho eu.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não tem problema. Se quiser, venho cá outro dia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Filipe Vieira, nós estamos todos aqui, à vontade, para fazermos o nosso trabalho, mas eu peço — assim como peço aos Srs. Deputados e a mim próprio — para não estarmos demasiado à vontade.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu referi-me a um fundo, que aparece a oferecer muito mais do que todos os outros — aparece a oferecer 10 milhões pela dívida da Imosteps — que se chama Iberis Semper.

Perguntei-lhe se conhece este fundo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O que tentei transmitir foi conheço a pessoa que comprou, que pôs o dinheiro; agora, se foi esse fundo, não me pergunte, que eu não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é a pessoa que financiou este fundo e que queria oferecer 10 milhões pela dívida da Imosteps?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — José António Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — José António dos Santos é acionista da SAD Benfica.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E é seu sócio, noutros negócios.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em que negócios é que é seu sócio?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Numa urbanização em Lisboa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quer-me explicar porque é que o seu sócio, e também sócio da SAD Benfica, aparece a oferecer 10 milhões de euros por uma dívida que é sua e para ficar com o seu aval pessoal nessa dívida?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, o aval pessoal devolveu-me, que eu disse-lhe que era um bom negócio para ele.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, avisou-o dessa possibilidade.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Avisei. Então, como apareceu mais gente interessada e avisei-o dessa possibilidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E ele, milagrosamente, está disponível a oferecer por aquela dívida aquilo que mais nenhum, nem sequer os sócios daquela sociedade, estão dispostos.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Então, mas ele pagou. Oiça, eu acho que ele fez um ótimo negócio.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ele não comprou a dívida, porque esse processo foi travado pelo Fundo de Resolução, mas ele ia comprar essa dívida.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, ele comprou a dívida através de um fundo que apareceu lá.

Aquilo que lhe disse anteriormente foi que eu, por diversas vezes, disse ao banco para reestruturar a Imosteps, mas, meses depois, fui confrontado, a baterem-me à porta — foi o Zé Gouveia, até, que os recebeu —, com esse célebre fundo.

Agora, não sei se vieram 4 ou 5 milhões... Não sei quanto é que pediram, mas acho que ele não pagou 10 milhões; pagou 8 milhões de euros, salvo erro, por aquilo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O seu sócio, José António dos Santos, aparece a comprar a sua dívida ao Novo Banco; o Novo Banco trava esse processo, não a vende por 10 milhões e vai vendê-la, no Nata 2, por 4 milhões; depois, o seu sócio aparece a comprar a sua dívida ao Nata 2 e a dívida que o Novo Banco vendeu por 4 milhões é comprada ao Nata 2 pelo seu sócio por 8 milhões.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Desculpe lá, Sr.<sup>a</sup> Deputada, estou a fazer confusão. A única coisa que eu sei é que quem comprou...

Eu tinha duas hipóteses: ou ia recorrer a mais outras pessoas para comprarem aquilo e garantia que aquilo valia o valor, aquilo são 102 000 m<sup>2</sup> no Rio de Janeiro. Se 102 000 m<sup>2</sup> no Rio de Janeiro não valem 8 milhões de euros, então não sei o que é que vai valer...



A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Acabou de dizer que tinha de recorrer a qualquer possibilidade para recomprar aquilo. Comprou aquilo de volta, portanto.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não comprei.

O Nata 2, quando apareceu, disse-nos por quanto é que nos vendia aquilo, e nós dissemos: «Não estamos interessados. Neste momento, não temos dinheiro. Não fazemos o negócio, mas vamos arranjar comprador para isso», e o comprador foi precisamente esta pessoa, que comprou através de um fundo, que constituiu... De resto, não sei mais. Estou-lhe a dar a resposta com toda a clareza, não estou a fugir a ela.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Certo. O que eu lhe estou a dizer é que um seu sócio comprou de volta a sua dívida ao Nata 2, por um valor superior àquele que o Nata 2 tinha comprado ao Novo Banco.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas eu não sei por quanto é que o Nata 2 comprou ao Novo Banco.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por 4 milhões.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não sabia. Então, o Nata 2 ganhou dinheiro, também. Vê? É um grande negócio! Podia era perguntar por que é que o Novo Banco o fez, mas isso não é comigo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi o Sr. Luís Filipe Vieira que coordenou, com o seu sócio, a compra deste crédito?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu não coordenei, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Que lhe deu indicação deste...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não disse, eu não.

Eu dei indicação, disse: «Olhe, fulano de tal poderá estar interessado nisto. Apresento-o, fale com ele», e foi assim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E também foi o Sr. Luís Filipe Vieira que avisou esse seu sócio que o Novo Banco estava a vender ações da SAD Benfica, em 2017, por pouco mais de 1 €?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — As ações da SAD do Benfica já dão que falar há muito tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Elas foram vendidas pelo Novo Banco. Eu quero saber se esse negócio passou por si.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ele comprou as ações. Nem eu sabia...

Só soube no Estádio da Luz, que ele tinha comprado as ações, telefonei para ele e disse: «Ó Zé, tu compraste ações do Benfica?». Resposta «Comprei!» e a resposta que ele me deu, quer que eu diga? «Enquanto estiveres aí, isso vai ser rentável».

Eu até estranhei que ele comprou mais caro do que o que estava na bolsa, até, por sinal. Mas isso não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Ele é benfiquista, quer ter ações do Benfica, tem dinheiro... Ele que faça o que quiser ao dinheiro dele.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me só esclarecer uma coisa, que o meu tempo está a acabar.

Depois disto, fez várias reestruturações de dívida: uma em 2009, uma em 2011 e uma em 2012.

Disse-nos aqui, há pouco, numa resposta, que a reestruturação de 2012, em que vendeu empresas suas a uma empresa do BES... Aliás, não deixa de ser curioso porque a Benagil — que foi vendida — valia menos 70 € por ação e foi vendida a 106 € por ação e o Fundo Fimes valia 1 € por unidade de participação e foi vendida a 1,60 € por unidade de participação.

Vendeu várias destas empresas ao BES e isto é apresentado como uma reestruturação. Disse-nos aqui, há pouco, que foi o BES que lhe pediu para vender essas ações. Confirma isso?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Confirmo isso mesmo.

Confirmo mesmo, e foi um péssimo negócio que eu fiz.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu tenho aqui o documento do Banco Espírito Santo em que essa operação é proposta.

É um documento Promovalor Investimentos, Banco Espírito Santo, «Venda de ativos com redução de dívida». É apresentado como um documento de reestruturação de dívida, tal como a emissão das VMOC é, portanto nunca é apresentado como um negócio imposto pelo BES, mas

como um projeto de reestruturação por causa da dívida excessiva do seu grupo.

Ao contrário do que disse, que seria o BES que teria grande interesse neste negócio, este documento diz que esta reestruturação é apresentada porque a Promovalor tem um peso de encargos financeiros que não lhe permite fazer face à sua dívida — coisa que, aliás, acontece desde 2008 e isto é em 2012 — e, depois, diz o seguinte: «É neste contexto que o Grupo Promovalor demonstrou interesse em alienar os ativos anteriormente descritos a um investidor que revele capacidade para manter em carteira os projetos em apreço».

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Acha que era o banco que ia escrever isso?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe, eu tenho um documento, em que diz que foi o Grupo Promovalor...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas acha que era o banco que ia escrever esse documento? Não era o banco que ia escrever esse documento, pois não?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não percebo a sua pergunta.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não era o banco que me ia escrever esse documento.

Posso-lhe garantir que a operação que o banco fez connosco foi a pedido deles e foi, nomeadamente, três terrenos bastante importantes: um, tinha 94 000 m<sup>2</sup>, outro 68 000 m<sup>2</sup> e outro 243 000 m<sup>2</sup> de construção.

O que eu disse ao Sr. Deputado Hugo Carneiro foi que eu, da maneira com me foi pedido, não tinha forma de dizer que não. A única coisa que existiu, neste negócio, foi lucro, que tivemos algum, mas o lucro não era nada de significativo. Eles é que escrituraram tudo, fizeram tudo, levaram... Pronto, mas eu também não tinha problema nenhum. O dinheiro era deles!

A Sr.<sup>a</sup> Deputada pode dizer uma coisa: «Atenção, vocês tinham um endividamento já bastante alto», mas não foi por causa disso que eles fizeram isto, porque eu, então, preferia dar-lhes outros ativos — não sei se está a ver — para reduzir o endividamento, e ficava com estes. Foram colocados, em cima da mesa, estes três ativos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que eu lhe estou a dizer é que há um documento em que é dito que foi o Grupo Promovalor que quis vender esses ativos.

Portanto, ou me está a dizer que esse documento é falso...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não é falso. Não é o banco que me vai dizer que me vai comprar... Acho eu.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Acabou de dizer que foi o banco que lhe disse que ia comprar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, o banco é que comprou, mas nós propusemos, porque eles é que nos disseram para fazer assim o documento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ah! E, portanto, escreveram o documento que dizia...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Disseram: «Ó Luís Filipe, o documento tem de ser feito assim. Faz uma proposta ‘assim’, ‘assim’, ‘assim’, ‘assim’ e o negócio está fechado», e nós fizemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E confirma que a Benagil, que é uma das empresas que foi vendida neste negócio, que foi tão desinteressante para a Promovalor, que tinha um capital próprio negativo, que valia, aliás, menos quase 80 € por ação, é vendida a um belo preço e é reavaliado no mesmo mês a 106 € por ação?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — E o terreno não vale esse dinheiro?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu estou-lhe a perguntar qual foi a mais-valia que teve, porque tinha uma empresa registada, nas suas contas, por um valor negativo, que é vendida por dezenas de milhões de euros.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — São 12 milhões de euros, salvo erro. Não foi? Tem aí os apontamentos todos, veja lá se não foi.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os apontamentos que eu tenho é que encaixou 150,8 milhões de euros com esta venda ao banco, pagou a dívida de 122 e, já agora, pode-me dizer o que é que fez ao resto.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Foi todo para dentro da empresa, não foi para o bolso de ninguém.

Foi para dentro da empresa. Mas continuo a dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que fizemos um péssimo negócio.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ele está a pesar no Novo Banco, ainda!

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Estes ativos? Como? São os melhores terrenos de Lisboa! Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, sabe por quanto se está a vender o m<sup>2</sup> lá?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não sou especialista em imobiliárias.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas sabe por quanto é que se está a vender o m<sup>2</sup> lá? Quase a 7000 €/m<sup>2</sup>. Agora veja bem o péssimo negócio que eu fiz.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, com a paciência que é necessária.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Luís Filipe Vieira.

Nós estamos aqui numa Comissão de Inquérito, em que o nosso objetivo é sobretudo perceber o que é que o banco fez para recuperar as dívidas.

A verdade é que o senhor tem dívidas que chegam a centenas de milhões de euros ao Novo Banco, daí que, ao olharmos para todos estes documentos, dos vários negócios que teve, vemos que este valor das dívidas não é resultado de uma operação que correu mal, ou de um negócio que não foi bem-sucedido, mas, sim, um resultado de uma sistemática renegociação e reestruturação dos créditos.

Nós olhamos aqui para estas sociedades do Grupo Promovalor — Expoland, Imocochão, Inland, Overbick, Quinta do Aqueduto, Quinta dos Fidalgos — e não há uma única sociedade que não tenha vários processos de reestruturação da dívida.

A minha primeira pergunta é: como é que explica que o seu negócio fosse permanentemente reestruturado?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso é a partir de 2008, tudo?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Começa em 2008, 2010, 2013...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É natural. Foi aí que nós começámos com os problemas todos.

É natural que isso fosse assim, mas eu acho que não foi só o nosso grupo. Acho que foi geral, nesta atividade.

E depois tivemos em 2011, também.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, foi até agora.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — E como é que os bancos iam resolver o meu ou outros casos, se não fosse com reestruturações?



O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Aqui a questão é: se fosse um negócio que estava a correr mal, ou dois, ou três; mas são todos. Todos eles são reestruturados, uns atrás dos outros. Como é que é possível que não haja um que funcione bem? Ou seja, como é que é possível que não haja um em que o financiamento necessário para aquele projeto chegue ao fim conforme estava acordado?

É essa a questão que ainda não percebemos, mas isto são tudo coisas ainda do tempo do BES e nós queríamos passar precisamente à parte do Novo Banco e à atuação deste, nesta altura.

Queria começar na reestruturação de 2017, a tal que envolveu o fundo Capital Criativo, Promoção e Turismo.

À data desta operação, queria-lhe perguntar qual era a sua relação com o Nuno Gaioso Ribeiro, que veio a administrar estas dívidas da Promovalor ao Novo Banco.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Conheci o Nuno Gaioso através do meu filho, num almoço. Ficámos com uma relação... Pronto, uma questão de simpatia. Falei com ele diversas vezes, era uma pessoa que frequentava o Centro de Estágios do Benfica, porque tinha lá um filho a jogar futebol. Era um grande benfiquista e, depois, não lhe vou esconder que continuámos a falar periodicamente, até porque ele — aqui para nós — tinha «febre de Benfica» e eu criticava-o muitas vezes, até, por sinal.

Um ou dois meses antes de me candidatar, propus-lhe ficar na nova direção, até porque o Nuno Gaioso é uma pessoa com uma grande capacidade e, de certeza absoluta, que prestou um bom préstimo ao Sport Lisboa e Benfica e graciosamente, como todos nós.

Foi assim que conheci o Nuno Gaioso.

Em relação à situação do BES e como se passou, foi a primeira pessoa, quando eu saí do banco — tinha escritórios ali perto — quando recebi a notícia, já ao fim da tarde, telefonei ao Nuno e disse-lhe: «Tenho de falar contigo, com urgência».

Fui falar com ele ao escritório, contei-lhe a notícia que tinha recebido e, como deve imaginar, para alguém que nunca tinha tido um problema destes, foi um embate muito forte e o que ele me disse foi: «Eh pá, tem calma. De certeza que a empresa tem ativos suficientes para nós depois começarmos a falar numa situação dessas».

A partir daí, ele começou a falar com os quadros da nossa empresa, depois, falou com os quadros do próprio banco e foi a partir daí que nasceu a situação da reestruturação toda da dívida do Grupo Promovalor.

Acho que foi uma reestruturação bem feita. Pelo menos, o banco está feliz — por aquilo que penso — e o Nuno, além de ser meu amigo, é bastante conceituado nesta atividade.

Como deve imaginar, naquela altura, eu não iria ter com outra pessoa sem ser ele. Quer dizer, era a pessoa com quem eu estava identificado e podia-lhe contar abertamente o que é que se estava a passar. Não tinha de estar inibido. Ao falar com outra pessoa qualquer, eu ficaria inibido de estar a contar o que é que se tinha passado, e com ele tive à vontade para falar e foi assim que se processou tudo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas estamos a falar de uma dívida que era de 230 milhões, na altura. Era uma coisa séria e que exigiria também alguma seriedade nesse tratamento.

Conhecia o Sr. Nuno Gaioso por uma via pessoal, familiar, era uma amizade sua, e também pela ligação que tinham na direção do Benfica, com um cargo que ele assumiu, sendo o seu vice-presidente.

Queria-lhe perguntar se, além da Capital Criativo, portanto de Nuno Gaioso, contactou com mais alguma entidade para estudar soluções para esta dívida de 230 milhões de euros.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A partir daí, foi o banco que começou nessa negociação com ele. A opção era do banco; o banco até podia ter outras opções, não era aí que... Mas acho que a opção foi logo ele. Penso que o banco nem nunca falou em outra opção, foi só com ele.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pois, ao que parece nem falou com mais ninguém. Ficou-se pela...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não sei. Acho que o banco não falou com mais ninguém.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A perceção que temos, dos documentos, é que não falou com mais ninguém.

A Promovalor, Sr. Luís Filipe Vieira, contacta a Capital Criativo, Nuno Gaioso, apresenta uma solução ao banco e o banco simplesmente aceita a solução que é dada...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não foi assim tão fácil! Aquilo demorou...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não falou com mais ninguém, essa é que é essa.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas não apresentou uma solução de qualquer maneira... Aquilo foi negociado e de que maneira, eles andaram a negociar muito tempo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E nunca considerou que podia haver incompatibilidades pelo facto de o seu filho, Tiago Vieira, ser sócio da Capital Criativo junto com Nuno Gaioso? Isto, antes do Novo Banco lhe colocar a questão.

Por sua própria iniciativa, ou por iniciativa de Nuno Gaioso, ou por iniciativa do seu filho, nunca percebeu que podia haver aqui uma incompatibilidade pelo facto de ele ser sócio?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — As incompatibilidades, às vezes, é complicado, mas quero-lhe dizer que foi o próprio banco — não tem nada a ver, conheço o meu filho perfeitamente e era impensável uma coisa destas — que pediu para não ter ninguém da Promovalor neste processo e o meu filho, imediatamente, abandonou. Aliás, como é que nós entrámos numa situação da Capital Criativo, ao princípio? Foi através do meu filho. Lembrome perfeitamente, nessa altura, o Nuno tinha dito que era capaz de vir a ter um ramo imobiliário e o Tiago é que devia ficar como administrador dessa posição e, assim, nós entrámos na sociedade Capital Criativo.

Paralelamente a isso, nunca se veio a ativar a parte imobiliária. O Tiago, pronto, era lá administrador — penso que até sem vencimento, era mais pela relação que tem com o Nuno — e, quando se processou uma situação destas, o Tiago imediatamente saiu do percurso todo, deixou de ser administrador e penso que vendeu as ações passados uns meses.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Já tínhamos percebido, na sua intervenção inicial, que depois o Novo Banco colocou essa questão.

A minha questão era se, antes disso, alguma vez essa questão tinha sido colocada pela sua parte, porque este era um fundo que ia gerir a sua dívida ao Novo Banco, que ia limpar a sua dívida do balanço do Novo Banco e que acaba por ser gerido por uma entidade que tem uma relação direta com o próprio devedor, que é a Promovalor, através não só da amizade de Nuno Gaioso, mas também através da ligação familiar que tem com esse acionista na altura.

Pergunto-lhe também se nos sabe dizer por que valor é que foi vendida a participação do seu filho na Capital Criativo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso é o meu filho que sabe.

Mas deixe-me dizer que a vantagem que havia, do banco, de estarmos nós lá, no processo todo, é que tínhamos o histórico daquilo tudo, não é? Era a vantagem que existia.

Agora, se o meu filho, no dia em que vendeu as ações ao Nuno... Por quanto é que ele as vendeu, não sei.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Depois, faz-nos chegar essa informação também.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Posso perguntar ao Tiago por quanto é que ele vendeu as ações.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Apesar de tudo, era um fundo que já tinha este negócio alinhavado com o próprio Novo Banco e com a Promovalor, portanto talvez...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, espere. O meu filho, quando comprou isto, não tinha nada a ver. Nem ele sonhava o que é que viria a suceder, pelo amor de Deus!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas, quando vendeu, sabia que já havia este negócio remunerado a 600 000 €/mês para gerir a dívida que tinha junto do banco.

Passando adiante, mas ainda sobre este tema.

Esta proposta é apresentada pela Capital Criativo e nós temos aqui um documento interno do Novo Banco de análise da proposta, onde a fonte desta análise interna é o próprio documento da Capital Criativo, o que não deixa de ser curioso o facto de o banco utilizar como fonte quem propõe e não procure outro tipo de informações.

São apresentadas aqui três hipóteses: a hipótese de uma reestruturação clássica de crédito; a conversão de parte de crédito em capital; e, por fim, a constituição deste fundo, que foi o que acabou por ser a solução avançada.

São analisadas, para cada hipótese, as vantagens e desvantagens. E, neste documento interno do Novo Banco, cuja fonte é a Capital Criativo, aparece como vantagem da reestruturação clássica a possibilidade de manutenção dos avales dos sócios da Promovalor e, nas desvantagens deste fundo que acabou por ser criado, indica-se que esta solução não permite a manutenção dos avales dos sócios.

A nossa pergunta é: afinal, o seu aval pessoal passou ou não para o fundo?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Passou.

**O Sr. Duarte Alves (PCP):** — Nuno Gaioso Ribeiro também já nos tinha dito isso, mas estranhámos é que isso contradiga o que diz aqui neste documento interno do Novo Banco.

Passou como aval pessoal, ou foi substituído por outra forma jurídica?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não, passou como aval pessoal para lá.

Eu só estranho é que vocês tenham algumas dúvidas. Eu acho que o presidente do banco, antes, o Stock da Cunha, disse o que disse sobre esta reestruturação — aliás, o atual presidente falou diretamente sobre esta reestruturação, a dizer que foi exemplar.

Não sei quais são as dúvidas que possam existir sobre esta situação! Acredite que, às vezes, faz-me confusão, porque quem conhece aqueles ativos somos nós.

Agora, isto põe-se como outros casos que têm sucedido. Há, se calhar, situações que se têm passado na venda de ativos que, se fizerem uma venda rápida, logicamente que vão tirar valor.

Se esses ativos forem devidamente desenvolvidos e tiverem o seu tempo normal de desenvolvimento, de certeza que recuperam tudo. É fazer contas simples.

Ainda hoje estava a falar aqui com o Luciano e estava a dizer: «Nós temos, salvo erro, 82 000 m<sup>2</sup> de construção em Alverca. Em Alverca, neste momento, não existe nada para vender e um T3 hoje está a ser vendido a

3200 €/m<sup>2</sup>». Ou seja, se os ativos estiverem parados ou, então, postos em pacotes para vender de qualquer maneira, isso...

Agora, a culpa é de quem fez o acordo. Sabem de quem é a culpa? De quem assinou o acordo com a Lone Star. A culpa é desses. Quem fez aquele acordo é que sabe o que é que fez para os contribuintes portugueses. Não é quem é o devedor. O devedor parou num dia, porque ruiu isto tudo.

A partir daí, se fizessem um pouco do que também se fez em Espanha, que é: empresas organizadas, que tenham estrutura, que têm pessoas à altura em termos profissionais, eles entraram no capital dessas empresas e hoje já saíram do capital dessas empresas e elas estão a funcionar normalmente. Aqui, em Portugal, a grande maioria fechou.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Estamos a ir um bocadinho fora da minha pergunta, mas não tem problema.

Não deixaremos de responsabilizar quem tomou as opções políticas, naturalmente, por essas decisões, no entanto queremos perceber exatamente estes contornos todos.

Disse que os avales passaram. Foram assinadas novas livranças para esses avales? Porque as únicas livranças que aqui temos são para o Novo Banco, não há nenhuma para o fundo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, nós assinámos novas livranças.

Estou a dizer-lhe que não estava cá, foi a minha mulher que foi lá. E digo-lhe isto pessoalmente: a minha mulher até saiu de lá bastante traumatizada até pela maneira como a trataram.

Eu não estava em Portugal. Se eu pensasse que era assim que a iam tratar, não tinha saído e tinha ficado cá. A única coisa que está garantida...



Esteve cá o Nuno Gaioso, que é o responsável do fundo, de certeza que até lhe deu as garantias do que é que fez, como foi a operação, como não foi, etc. Ele, de certeza, sabe dizer isso melhor que eu. Mas garanto-lhe que assinei os avales, que estão anexos ao contrato.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, esses avales pessoais estão, ainda, ativos.

Depois, um outro fator que é interessante neste documento interno do Novo Banco é que, nesta avaliação das vantagens e desvantagens da reestruturação clássica — e não através deste fundo — aparece, como desvantagem, o facto de os sócios da Promovalor sentirem que essa opção não trazia incentivos. Diria que, para pagar dívidas, não é preciso ter incentivos: deve-se pagar as dívidas que se tem, sem ter nenhum incentivo adicional para o fazer.

Depois vemos como um dos argumentos para avançar com este fundo à parte, criado e detido pelo Novo Banco, foi que esta era a solução que tinha o acordo dos sócios da Promovalor.

Uma questão que tenho e que gostaria que me pudesse esclarecer, é a seguinte: então, se esta era a opção que os sócios da Promovalor defendiam e que tinham uma relação direta com o Novo Banco, porque é que não foram diretamente ter com o Novo Banco e este, depois, que arranjasse alguém que tivesse na disponibilidade de gerir o fundo? Por que é que foi através de Nuno Gaioso Ribeiro que se fez esta proposta?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas não acha que não foi o banco que escolheu? De certeza que foi o banco que escolheu.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Escolheu, mas não viu mais nenhuma hipótese.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Se alguém tinha capacidade para ter mais hipóteses era o próprio Novo Banco. Eles é que tinham.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas por que é que não foi diretamente? Se tinha uma relação bilateral com o Novo Banco, por que é que a Promovalor não foi diretamente negociar com o Novo Banco? Por que é que foi através de Nuno Gaioso Ribeiro e da Capital Criativo?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ele já tinha a atividade que tem. Eu não dominava essa atividade, de maneira nenhuma e também estava bastante traumatizado... Aliás, isso foi mais conduzido até pelo José Gouveia e pelo meu filho.

Vocês fazem-me aqui perguntas, com algumas dúvidas e eu acho que, se aquilo não estivesse bem feito e se não estivesse completamente transparente, o banco não o faria. E eu acho que isto só foi bom para o banco, não foi para mais ninguém! Esta reestruturação, daquilo que eu tenho ouvido e daquilo que falo com as pessoas, só foi boa para o banco. Todos dizem o mesmo, não se sentem penalizados.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Vamos ver. Ainda não foram desenvolvidos os ativos, vamos ver que resultado é que terá.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Deputado, se é para vender em pacote, não traz nada.

Se é para desenvolver, no período em que tem de ser desenvolvido, de certeza que o valor está lá.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Quando é criado este fundo, detido em 90% pelo Novo Banco, o senhor também tem uma participação no fundo, e aquilo que é aqui dito é que a Promovalor não tinha disponível todo o valor imediatamente.

Queríamos saber se, entretanto, arranjou os 500 000 € que faltavam e quem é que financiou essa participação no fundo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Fui eu que pus lá o dinheiro, fui.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Com recurso a crédito ou recursos próprios?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não. Dinheiro meu.

Acha que o banco ainda ia financiar?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Eu já vi tudo.

Em relação aos 500 000 € que faltavam...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Se calhar, a outros financiou e até perdoou, até deixou passar...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o senhor entrou com 5 milhões de euros...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sabe uma coisa, que é giro? O Sr. Deputado está-me a fazer perguntas e sabe o que é que revolta nisto tudo? É que há gente que anda a passear, tem iates, tem aviões e pediram insolvência... Oiça, é aos milhões e passam pela esquina. Quem tentou fazer contas para aquilo que deve e deu a cara, tem de vir para interrogatório.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nós vamos ouvindo algumas pessoas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não se importa?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Faça favor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Filipe Vieira, se tiver a identificação dessas pessoas e factos, agradecia que nos fizesse chegar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Presidente, é tão fácil... Se quiserem ver, é tão fácil.

O Sr. **Presidente**: — Isso não nos cabe a nós, não é? Cabe às autoridades judiciais. Mas se, porventura, tiver elementos, nós faremos chegar a quem de direito.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não me cabe a mim identificar, mas olhe que é fácil identificar e é revoltante.

O Sr. **Presidente**: — Cabe identificar no meio onde V. Ex.<sup>a</sup> se move, não no meio onde eu me movo, por exemplo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Presidente, não. Até no próprio banco; é tão fácil identificá-los...

O Sr. **Presidente**: — Queria continuar, Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas esteja à vontade para desenvolver.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não me compete.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Continuando aqui, neste caso concreto, que é o que estamos a analisar...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu tento é não ser esquecido. Eu não venho aqui com... Eu não quero é ser esquecido!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nós também não estamos aqui a fazer nenhum tipo de avaliação moral, nem nada disso; estamos a querer perceber os factos, para apurar as responsabilidades, que é esse o trabalho de uma Comissão de Inquérito.

No ano 2017, é feita esta reestruturação, com este fundo, ou seja, as suas dívidas passam para o fundo, o Novo Banco detém o fundo, mantém os ativos, mas também todo o risco, ou seja, todo o risco fica, à mesma, no Novo Banco.

No mesmo ano em que é feita esta reestruturação, o Novo Banco também deixa de ter qualquer participação na Benfica SAD.

Este é um ano em que podemos dizer que o Sr. Luís Filipe Vieira e o Sr. Nuno Gaioso Ribeiro, ao mesmo tempo que faziam parte de uma estrutura — que era a Benfica SAD — em que o Novo Banco estava a vender ativos, que era a sua participação de 8%, estavam a falar com o Novo Banco para resolver o problema da Promovalor.

Gostava de perguntar, mais uma vez, se nunca se levantou algum tipo de incompatibilidade ou situação estranha, quando ia ao Novo Banco, por um lado, como presidente da Benfica SAD e, por outro lado, como devedor, que queria reestruturar o seu crédito.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Olhe, uma das coisas boas que tenho na vida é que, pelas empresas onde nós passámos, a obra está lá sempre feita e está liquidada.

O Benfica, quando cheguei lá, não estava minimamente organizado. Toda a gente deve conhecer o que era o Benfica.

Das primeiras coisas que fiz, quando fizemos auditoria, pela KPMG, ao Benfica, foi profissionalizá-lo. A partir daí, o Benfica, ao estar profissionalizado, tem os seus canais próprios de trabalho e o Benfica, além do CEO (*Chief Executive Officer*) tem um diretor financeiro e até à construção do estádio, fui eu que estive muito à frente dessa área, mas a partir da construção do Estádio, nada mais tive que ver com isso.

Uma das coisas que me pode dizer é se havia diretrizes para liquidar. Sim, porque eu, quando disse que o Benfica terá que ser dos sócios, ou o que entrar no Benfica é nosso, terá de ser entregue aos sócios, uma das coisas que era importante para mim era o património do Benfica passar todo para a SGPS (Sociedade Gestora de Participações Sociais) do Benfica. Isso é verdade.

Agora, quem andou a fazer contas e quem lidou com os bancos foram só os dois: o Diretor Domingos Soares de Oliveira e o Miguel Moreira.

E quero dizer-lhe, como benfiquista que sou, e não sei se o senhor é benfiquista ou não, mas, se for, deve estar muito orgulhoso, porque foi o único clube português que hoje tem património. E, se calhar, se não tivesse pagado, como os outros não pagavam, estávamos aqui, agora, a prestar contas também.

Há hoje clubes em Portugal que, se calhar, eu gostava de os ver aqui também e ainda não estão cá. E são milhões, que não sei se já estão perdoados ou não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ó Sr. Luís Filipe Vieira, eu não estou aqui a fazer perguntas sobre o Benfica.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, perguntou diretamente.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Perguntei diretamente sobre uma situação em que, no mesmo ano, o Novo Banco vende os 8% que tinha na Benfica SAD, curiosamente a José António dos Santos — que era seu sócio —, e, ao mesmo tempo, o Sr. Luís Filipe Vieira está a negociar com o Novo Banco as suas dívidas particulares, da sua empresa, com o seu vice-presidente envolvido.

O Sr. Luís Filipe Vieira: — Ó Sr. Doutor,...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, nós temos de questionar, precisamente para lhe dar oportunidade de esclarecer como é que explica esta

coincidência de, no mesmo ano, se passar isto tudo. Falava com as mesmas pessoas dentro do banco?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Deputado, não vamos por esse caminho, porque essa é como uma ofensa que o senhor me está a fazer e eu não vou por esse caminho.

Vou-lhe deixar aqui, então, o resumo de como é que o Benfica pagou tudo, para o saber que eu não tive nada a ver com isso.

*Neste momento, o depoente levanta-se e tenta entregar um documento.*

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Luís Filipe Vieira, deixe-se estar sentado que ninguém vai ficar com o documento.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Fica aqui, que é para o senhor saber!

Aquilo é um clube sério, é um clube que tem os seus colaboradores e os seus profissionais. Fica aqui esse documento, tem aqui até os capitais próprios do Benfica, como é que foi a evolução da dívida do Benfica, como é que o Benfica pagou toda a dívida bancária...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Filipe Vieira, por acaso não fui eu, mas foi o Sr. Deputado Hugo Carneiro quem chamou a atenção — e bem! — para o facto de nós estarmos aqui para tratar de assuntos que não dizem respeito ao Benfica.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Então, mas está a falar do Benfica...



O Sr. **Presidente**: — Não.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Falou.

O Sr. **Presidente**: — Mas são coisas diferentes.

Portanto, eu agradecia que nós deixássemos o Benfica — por quem eu tenho muito respeito, assim como todos os outros clubes — de fora disto e nos ativéssemos só ao tema que é objeto desta Comissão.

Dou, de novo, a palavra ao Sr. Deputado Duarte Alves, para retomar a audição.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, eu não tenho mais nenhum comentário.

Apenas quero dizer que eu não me refiro à gestão do Benfica, pois isso não é tema desta audição; o tema é a venda de participações do Novo Banco no Benfica, no mesmo ano em que se faz esta reestruturação, e era apenas sobre isso que eu pedi esclarecimentos.

Não é sobre a gestão do Benfica, como é óbvio, e, portanto, não tenho mais perguntas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ó Sr. Deputado, se for ao banco, pergunte como é que foi. O banco é que lhe pode responder a isso, não sou eu. Eu não tenho nada a ver com o Sr. José António, se compra ou não compra; ele faz o que quiser ao dinheiro dele. Mas sócios de quê?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não é seu sócio?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas é sócio em quê, nisso? Tenho alguma coisa a ver que o José António tenha ações? Eu não tenho nada a ver com isso! O Sr. José António é proibido de comprar ações do Benfica, ou do Sporting, ou do Porto, ou de quem ele entender? Isso tem que ver com a minha reestruturação?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não sei.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não sabe, não. Acho que não deve é levantar essas suspeições, como está a levantar, compreende? O senhor está a levantar só suspeições. Diga-me lá o que é que tem de provas que isso seja assim?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ele só fez uma pergunta, não está...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Então, pensou. Pensou... Olhe, por causa de nós pensarmos, às vezes, coisas estranhas, é que andamos todos ao contrário.

Sr. Presidente, deixe-me só dizer uma coisa, já agora: eu tenho a noção exata que estou aqui por ser presidente do Benfica, senão não estava cá. Tenho essa noção exata! Bastou ver o aparato que eu vi hoje, todo, na comunicação social. Tenho a certeza!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Filipe Vieira, o que se passou lá fora não nos interessa absolutamente nada!

Quero dizer-lhe o seguinte, para mantermos a disciplina desta audição: o senhor não está aqui por causa do Benfica; para nós, o senhor não está aqui por causa do Benfica.

Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Queria começar por cumprimentar o Sr. Luís Filipe Vieira e deixar muito claro o seguinte: o senhor está aqui porque, se nós olhamos para uma lista das perdas imputadas, acumuladas, que são pagas por todos os contribuintes, o senhor é o segundo maior devedor responsável por essas perdas. É por isso que está aqui hoje.

Da mesma forma que estiveram aqui outros devedores, antes de si, que eu não faço a mínima ideia se veem ou não futebol, se têm ou não clube, isso é completamente indiferente, estamos aqui para tratar dos créditos e do crédito malparado do Novo Banco.

Começo por lhe fazer uma pergunta, indo a factos, porque eu percebo que não queira que lhe imputem nada.

Disse-nos aqui que nunca entrou em incumprimento e que nunca teve em incumprimento, e eu gostava de lhe perguntar se quer rever essa afirmação, porque eu tenho aqui uma carta, que lhe foi enviada no dia 29 de setembro de 2017, a respeito de um crédito de 53 milhões de euros de que o senhor é avalista, informando-o de que ele tinha tido vencimento antecipado com fundamento no não pagamento das prestações de juros vencidos, respetivamente de 30 de junho de 2016 e de 30 de junho de 2017.

À luz disto, gostava de lhe perguntar se não quer rever as afirmações que aqui fez.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Quando recebi essa carta, sabe o que é que me disseram? Sai automaticamente e já andavam a tratar da reestruturação. Foi o que me disseram.

Já agora, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que eu estou muito intrigado, senão o banco caiu por minha causa: sou o segundo maior devedor de perdas do banco?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O segundo maior, de perdas acumuladas de 181 milhões de euros, com referência a 31 de dezembro de 2018, aos créditos que não pagou e que já estão dados como perdidos.

É, basicamente, isto.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas quais é que eu não paguei?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já lá iremos. Eu não queria era sair deste, porque este é exemplo de um que não pagou.

Vou-lhe explicar porquê: este crédito de 53 milhões de euros foi feito em 21 de junho de 2014, tinha vencimento a 30 de junho de 2020 e previa que começasse a ser reembolsado a partir de 2015.

Ora, em 2015, mesmo antes de começar o reembolso, não houve reembolso nenhum, houve, sim, uma revisão de taxa de juro em baixa.

Ora, eu gostava de lhe lembrar que também disse que nunca houve revisões de juro, mas houve inúmeras e eu posso apresentar já aqui os documentos. Portanto, eu sugiro que reveja aquilo que disse, porque nós temos aqui prova de incumprimento e prova de baixa de juro.

Houve baixa de juro e houve o reembolso, que deixou de ser por prestações e passou a ser todo no fim do prazo, e eu imagino que isto esteja envolvido na reestruturação.

Disse aqui que nunca entrou em incumprimento e eu volto a explicar-lhe que está aqui um exemplo — temos vários, aliás, podíamos estar duas horas só com isto —, mas eu acho que era mais sensato rever o que nos disse.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

É mais sensato dizer-lhe aquilo que vou dizer, porque se passou comigo: isso eram créditos que se venciam, logicamente que eles sabiam que eu não tinha maneira de cumprir. Aquilo era um amontoar, caía uma linha, caía uma linha... Aliás, a queda da Promovalor gera-se precisamente por eles cortarem o crédito, ou seja, eles só financiaram mais um empreendimento, não financiaram mais nenhum. Por isso, tudo o que caísse, deixava cair, porque eles disseram: «Ó Luís, isso é automático. Vamos resolver, mais à frente». Foi sempre assim a conversa e o banqueiro ainda está lá. O banqueiro que falou comigo ainda está lá.

Foi assim que se passou. Eram cartas que eu recebia em casa, registadas, em meu nome e da minha mulher. Em incumprimento, eu ficava em incumprimento, mas eu dei a cara e resolveu-se o problema, ou não se resolveu?

**A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP):** — Para já, não. Pode ser que se venha a resolver um dia, mas assim, no imediato, não. Não, não resolveu!

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, então não sou o segundo maior... Há tantos e tantos que não pagaram nada e ninguém fala. Ainda há dias vi aqui um, que até me custou vê-lo.

Como é que é possível eu ser o segundo? Isso até me está a assustar. Quer dizer, é o Luís Filipe Ferreira Vieira que mandou o banco abaixo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É a informação que tenho, não lhe posso dizer mais que isso.

Como é que é possível é aquilo que eu também estou a tentar apurar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu estou a dizer-lhe: recebi essas cartas, falei para o banco e eles disseram: «Luís, vais receber mais cartas. Não te preocupes.»

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, nunca foi executado, com base neste incumprimento, nem noutros.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nunca fui executado. Nunca.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era só isso que eu queria perceber.

Mas percebe que o que está agora a dizer é «Eu não consigo cumprir». Há uma diferença muito grande entre uma pessoa dizer «Eu não entrei em incumprimento» e «Eu não consigo cumprir». Para não se conseguir cumprir, pressupõe-se que se sente em incumprimento.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu quando recebi aquela notícia, naquele dia, a partir dali entrei em incumprimento.

A partir daquele dia, já sabia que tudo o que se vencesse ia cair, mas o presidente do banco deve vir cá e pergunte-lhe. Faça essa pergunta ao presidente do banco, que ele deve vir cá.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já lhe fiz várias e farei mais outras, mas agora estamos a fazer-lhe a si e não ao presidente do banco. Cada coisa tem o seu tempo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, mas isso é tal e qual como lhe estou a dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sobre a dívida, porque queria saber de onde é que vem e eu gostava de confirmar a informação que eu aqui tenho, de um ponto de situação a 31 de maio de 2017, na altura em que houve a reestruturação, mas ainda não tinha havido, que diz: «Exposição total do banco, 440 milhões de euros, a saber: Promovalor, 267 milhões de euros de crédito». Confirma?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Essa, está certa.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Inland, Promoção — 71 milhões de euros de crédito.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Total, em 31 de julho de 2014, eram 382 868 e em 30 de setembro de 2017 eram 387 284.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu imagino que isso seja excluindo a Imosteps, não é?

Se somar os 54 milhões da Imosteps, chegamos aos 440 milhões, que é precisamente a informação que eu tenho. Portanto, os números batem certo. Era só isso que eu queria...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A Imosteps não está cá, não.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos, agora, tentar perceber de onde é que vem esta dívida.

A primeira nota que eu tenho é de uma reestruturação, com apoio do BES, em 2009. Lembra-se desta reestruturação? Isto aconteceu?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Em 2009?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Um contrato de financiamento de 138 milhões de euros que, entretanto, foi alterado em janeiro de 2010, em março de 2014, em outubro de 2014 e em junho de 2015, com baixas de juros variadas e prorrogações de prazo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Diga lá outra vez.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em 2009, tenho informação de uma reestruturação, com apoio do BES, que envolveu a celebração de um contrato de financiamento com o BES de 138 milhões de euros, para consolidação do passivo remunerado, que é como quem diz rearranjar a dívida.

Lembra-se disto e com quem negociou? Confirma isto?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso foram alterações de condições. Não aumentou a dívida, de certeza.



A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Houve inúmeras.

Mas lembra-se disto, em 2009. Com quem é que negociava, pode-me dizer?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Com o Dr. Bernardo Espírito Santo, principalmente, e havia um colaborador, que era o diretor, o Dr. Vítor Madureira.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Depois, em 2011, há a emissão das obrigações convertíveis.

Qual foi o objetivo destas obrigações, que já foram aqui hoje muito faladas?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nas obrigações convertíveis? As VMOC?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vou explicar a pergunta.

Foram 160 milhões de euros. Esse dinheiro foi utilizado para quê?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso foi para reestruturar a nossa dívida e é a pedido do banco também.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quem é que pediu, no banco?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Foi mesmo com o Dr. Bernardo Espírito Santo, essa primeira.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, o Dr. Bernardo Espírito Santo tinha renegociado uma consolidação da dívida, digamos assim, de 138 milhões de euros e, depois, passados dois anos, por iniciativa dele, disse que preferia passar isto a VMOC.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não estava cá, naquela altura... Era o que eu ouvia, não sei se era ou não, mas tinha a ver com o banco continuar autónomo, para não ser injetado capital no banco, ou uma coisa qualquer e pediram para se reestruturar a dívida.

Oiça, eu não sou muito técnico nisto. Eu lembro-me só das coisas vagas, mais nada. Técnico, não sou.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Talvez possa ter que ver com o facto de as obrigações não serem consideradas crédito a clientes. Só se for isso.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ai era? Então, vê? Eu não sou técnico. Se estivesse aqui o José Gouveia, explicava isso melhor que eu.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Depois, em 2012, há o tal negócio — que também diz que foi iniciativa do banco — que descreveu como um péssimo negócio, o da venda do Fimes.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Esse, foi um péssimo negócio.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Também já disse que foi o banco que lhe disse para fazer essa proposta ao próprio banco.

Quem é que, no banco, dizia para fazer essa proposta?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sei que trouxe de lá a carta e tudo de como é que devia fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas foi alguém, no banco, que lhe disse que devia escrever uma carta a propor este negócio ao próprio banco? Quem foi essa pessoa?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Já não me lembro. Não me lembro mesmo, senão dizia-lhe.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas é uma proposta um bocadinho estranha. Percebe porque é que eu estou a fazer a pergunta, não é? Alguém, no banco, em vez de fazer a proposta, diz: faça o favor de fazer assim e assado e propor isto ao banco.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu compreendo isso e vou dizer-lhe, quando falei com o meu filho sobre este negócio — e dos negócios que ele não queria perder era a Matinha — ele disse: «Ó pai, vamos perder a Matinha. É dos melhores negócios que nós temos e vamos perder a Matinha, porquê?». E eu respondi: «Eh pá, eles querem assim.»

Ao fim e ao cabo, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é preciso ver qual é a minha mentalidade. O dinheiro é deles, não era meu. Eles emprestavam-me o dinheiro e se eles, depois, um dia, quisessem recuperá-lo rapidamente... Então, se eu fosse dizer que não, executavam-me logo.

Assim, se eles queriam fazer, eles lá sabiam as contas deles. Não era eu que devia saber as contas deles, não é?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, calculo que sim. O problema é quando tudo isto passou para a titularidade do Estado, não é? Aí é que a coisa ficou um bocadinho mais complicada.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O Estado aí porquê?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Porque o BES faliu e, portanto...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas os ativos estavam lá, não estavam?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Na esmagadora maioria dos casos, não. Neste, se estava ou não, é precisamente por isso que lhe estou a tentar fazer perguntas e perceber.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas estes estavam lá, tanto que acho que até... Bom, não interessa se foram bem ou mal vendidos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Depois, 2014 há novos créditos, há prorrogações, digamos assim, de créditos, e em setembro há uma nova reestruturação.

Com quem é que esta reestruturação foi negociada? Continuou a ser com o Dr. Bernardo Espírito Santo?

Olhe, eu só tenho as notas que tirei do ponto de situação e posso dizer-lhe o seguinte: em Portugal havia um endividamento de 111 milhões de euros, a que acresciam os VMOC de 160 milhões de euros, portanto estamos a falar de 200 e muitos, mais 130 milhões de euros no Brasil, mais 5,4 milhões de euros em Moçambique.

Portanto, já vê que é uma exposição relevante.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Como é que fazemos essa reestruturação?

**A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP):** — Pois, isso é o que eu lhe estava a perguntar. Não houve nenhuma reestruturação de dívida, em 2014?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não, houve, de certeza absoluta.

Há uma coisa, salvo erro em 2014, que foi o endividamento que tínhamos no Brasil que passou para Portugal e estava em reais e passou para euros. Acho eu que foi assim.

**A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP):** — Diga-me uma coisa: a Promovalor, além de muitas outras coisas, era também dona de 10% da Capital Criativo, Sociedade de Capital de Risco.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Tivemos que a vender.

**A Sr.<sup>a</sup> Cecília Meireles (CDS-PP):** — Mas esta Capital Criativo tem alguma coisa a ver com a Capital Criativo que, depois, faz o fundo FIAE, que ficou com a reestruturação?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Tem. É a mesma.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É a mesma. Mas, entretanto, já tinham deixado de ser sócios da Capital Criativo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Já tínhamos deixado de ser sócios. Aliás, deixe-me dizer: antes de começar, foi logo essa uma imposição que houve.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que é que foi uma coisa chamada Investimento Aquarius, que implicou a aquisição de créditos em três bancos? Consegue explicar?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Diga-me, mais em pormenor, qual é o ativo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Verde Lago.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, o Verde Lago.

Era um empreendimento que nós tínhamos, que passou para a Oxy, onde tínhamos um projeto aprovado — e está aprovado —, tínhamos um financiamento aprovado de 270 milhões de euros com três bancos e são 83 000 m<sup>2</sup> acima do solo e um campo de golfe.

Esse empreendimento começou agora a ser construído, mas nós entregámos à Oxy e ficámos com 25%, porque nós, nessa altura, não conseguíamos mesmo, naquele período, desenvolver um projeto daquela natureza, apesar de já estar a ser financiado e contratualizado.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas consegue explicar o que é que aconteceu ao terreno?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O terreno existe. Está a ser desenvolvido agora.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas foi uma venda?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não foi venda, não. Cedi o terreno à Oxy e fiquei com 25%.

Há de certeza a possibilidade também... Esses 25% vão cair precisamente na Promovalor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Passemos à frente.

Em 2015, antes de se chegar a esta reestruturação com o fundo, já com o Novo Banco, há uma tentativa de se fazer outro tipo de reestruturação. Houve uma baixa de *spread*, houve alterações de prazo... Tem memória disso?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas isso é uma reestruturação pequena, não é? É a alteração de condições.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos lá ver, se é pequena ou grande é isso que lhe estou a perguntar.

É uma alteração e, repare: chegou aqui e disse «Eu nunca tive baixa de juros». Teve, e teve inúmeras, ao longo do tempo dos seus créditos. Teve inúmeras, teve prorrogações de prazo e teve uma característica: há vários

créditos que eram pagos a prestações e, no momento em que se começa a vencer a primeira prestação, são alteradas as condições e passam ao chamado reembolso *bullet*, que é, no fim de um prazo, faz-se o reembolso todo de capital.

Tem memória disto?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu nunca tive um perdão de juros. Um perdão de juros! Pode ter a informação que quiser. Não tive um perdão de juros!

Baixarem-nos a taxa de juro, tinham que a baixar. Naquele momento, ao que ela estava, tinham de nos baixar a taxa de juro.

Não é por qualquer coisa que nós pagámos 161 milhões de euros de juros, veja bem. Veja a taxa média que nós tínhamos...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vejo que ela passou de 3,5 para 2,5 em vários momentos e depois ainda mais para baixo, noutros momentos.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Na altura em nós já estávamos a pensar na reestruturação. Aliás, a prova é qual a taxa que eles têm lá quando o banco fez a reestruturação para dentro do fundo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Repare numa coisa, nós continuamos aqui às voltas e eu vou-lhe explicar porque é que lhe estou a fazer estas perguntas todas.

A razão fundamental é esta: imagine que todos os desenvolvimentos correm bem, no fundo de reestruturação, e imagine que todos os projetos



correm como é suposto. Acha que o banco vai, algum dia, reaver tudo o que lhe emprestou?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Tem que ter prazo. Se é para me dizer que, em cinco anos, vai resolver isso, não vai resolver; agora, entre 10 a 15 anos, vai reaver tudo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tirando a parte da Imosteps, que já está a tirar aqui e várias outras pequenas coisas, que foram ficando pelo caminho.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas a Imosteps, a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de compreender uma coisa: aquilo foi um erro meu, foi uma estupidez minha. Eu nunca devia ter feito aquilo que fiz! A dívida nem era minha!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos, então, à Imosteps.

A Imosteps tinha uma dívida e o senhor ficou com a dívida. Certo?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Vamos lá ver se eu me consigo explicar, que acho que não me expliquei mal: fiquei com a dívida

Primeiro, não fiquei com a dívida, ou seja, primeiro, fomos ver o terreno para ver se tínhamos hipótese de trabalhar aquilo ou não e, quando fomos à Prefeitura, eu não ia levar procuração para falar de um terreno, ainda por cima com uma mistura de gente que estava para ali.

Então, sugeriram-me passar aquilo para nosso nome e até me foi dito: «Eh pá, fica em teu nome. Não tens problema nenhum, não é preciso o aval da tua mulher nem nada. Se vocês resolverem essa brincadeira, resolvendo

isso, nós cá estamos para fazer contas; se não resolverem, volta tudo ao normal». Foi assim!

Aliás, eu assisti à reunião, eu e o meu sócio — foi ele que ficou a tratar disso —, e nós, pensando nós que tínhamos feito um negócio fabuloso para quem era detentor daquilo — o BES, o BCP, o AF Lino, um madeirense que tinha, salvo erro, 25%, e era a Opway, ao fim e ao cabo, a grande maioria era tudo de dois bancos e da Opway, que era a mesma coisa, ou seja, a Opway era o BES — resolvemos o problema. Pronto, resolvemos.

Entretanto, dá-se a queda do banco. Quando se dá a queda e quando começamos a falar da reestruturação, um dos temas em cima da mesa foi sempre este: «Atenção, que está aí a Imosteps. É conveniente pôr a Imosteps aqui», porque nós sabíamos o que é que aquilo... Não nos puseram a Imosteps, porque sucedeu o que sucedeu.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos do princípio.

Quem é que, digamos assim, lhe apresentou o negócio e que o incumbiu de tratar disso?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Quem é que me apresentou o negócio? Foi o Dr. Ricardo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E o Dr. Ricardo disse-lhe: «Passamos isto para o teu nome, mas depois, se não se resolver, volta para o início»?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não é bem assim a conversa.

Vou-lhe dizer, isto é até um telefonema que eu faço — lembro-me perfeitamente — do Brasil, a dizer: «Atenção, isto não vai com procurações. Tem que aparecer aqui o proprietário disto». Resposta: «Então, quando chegares a Portugal, falamos».

E, quando chegámos a Portugal, falei, e ele disse: «Então, isso passa para vosso nome e, depois, quando resolverem o problema, cá estamos nós para resolver; se calhar, vai passar para outra empresa». Foi assim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu não estou a perceber. Está-me a dizer que a Imosteps nunca foi sua, porque tem a noção, por aquilo que me está a dizer, que...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não estou a confundir ninguém, nem quero ser confundido.

Vamos lá ver se eu explico, mais uma vez, para perceber, e não falo mais da Imosteps. A Imosteps era uma empresa de dois bancos e...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu sei.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Pronto. Pediram-me para fazer...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O Dr. Ricardo Salgado pediu, sim.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim, pediu se nós podíamos fazer uma abordagem, que estávamos no Brasil e fomos fazer essa abordagem.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Abordagem onde? À Prefeitura de?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — À Prefeitura do Rio de Janeiro.

E, então, passou-me uma procuração. Cheguei lá, a procuração não serve, mas, entretanto, fizemos contacto com pessoas lá, e essas pessoas disseram: «Atenção, há possibilidade de se resolver isso, mas vai demorar tempo».

Quando chegámos cá, foi-me claramente dito isto: «Então, pronto. Não tens problema nenhum. Isso passa para vós e, quando resolvermos isto, ou passa para esta empresa, ou passa para outra».

Pronto. Foi assim, tal e qual.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Esta empresa, qual?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A empresa que estava, a Opway. Ou, então, passava para outra.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Na realidade, ela só passou para seu nome para resolver o problema. Depois, era suposto voltar à titularidade dos acionistas iniciais.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Da Opway, acho que não ia para a Opway, ia para outro lado, mas nós íamos ser remunerados por isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, eu calculo que fosse ganhar alguma coisa com isso, senão não andava a tratar de problemas.

Já agora, qual era a remuneração?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ainda não estava feito o preço, mas depois de ter feito aquilo, garanto que iam pagar bem.

Por um terreno, onde não podiam fazer nada, levam com 102 000 m<sup>2</sup> de construção, em cima do mar...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Uma última pergunta.

Esta empresa tinha a dívida que já conhecemos. Avalizou esta dívida?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Só eu, pessoalmente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Essa parte é que eu não consigo entender, porque repare: aquilo que nos está a dizer é que o Dr. Ricardo Salgado lhe disse: «Pronto, passa-se isto para o teu nome e, depois, se o problema se resolver logo, logo se vê, mas volta a passar para o nosso nome».

A que propósito é que avalizou esta dívida? O seu aval pessoal e o da sua mulher?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, a minha mulher não avalizou isso, acho eu. Fui só eu e o Almerindo. Qualquer operação que havia, em qualquer banco, nós avalizámos sempre.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas aqui, o que está a dizer é que isto era uma operação muito *suis generis*, porque o que está a dizer é que a empresa ia voltar a passar para os acionistas iniciais.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Acho que não ia passar para aqueles acionistas.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não importa. Ia passar para quem o Dr. Ricardo Salgado mandasse, não é? Era ele que...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O que me pediram foi aquilo que eu fiz. Resolvemos o problema.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Está bem, eu acredito, mas se alguém chegar ao pé de mim e me disser assim: «Olha, importas-te de avalizar aqui esta dívida de uma empresa que é só para estar em teu nome, mas que, na realidade, não é tua?», eu era capaz de não dizer que sim; a não ser que houvesse uma remuneração muito significativa em cima da mesa.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu nunca imaginei que o banco caísse. Oiça, para o Estádio da Luz também avalizei. Agora, eu sabia que aquilo dependia de mim. Alguma vez passava pela cabeça de alguém que aquilo ia cair? A mim, nunca me passou pela cabeça, senão há coisas que eu nunca teria feito.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Uma última pergunta.

Já nos disse que avalizou muita coisa. Dos dados que temos aqui, é verdade. Alguma vez foi executado, em algum destes créditos?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Do BES?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Das dívidas que tem ao BES, nas várias empresas e nos seus vários avales.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não. Já lhe disse que, naquele período em que houve aquelas cartas que me enviaram para casa, aquilo era uma execução, ao fim e ao cabo...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não é uma execução, é uma notificação. Na maior parte dos devedores, o que se segue àquilo é uma execução, sim.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — As cartas, eu chegava aqui ao BES e eles diziam-me logo: «Não te preocupes, que isso depois vai-se resolver. Isto é automático, isto é automático, isto é automático...»

Que eu saiba, nunca fui executado.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era só isto. não. A resposta é não.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, pergunto-lhe se quer uma pausa.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Pode ser, sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, fazer uma pausa de 5 minutos.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, retomando a audição com a disciplina normal dos trabalhos, evitando excessos de à-vontade, dou, desde já, a palavra ao Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Luís Filipe Vieira, a quem saúdo, gostaria de dizer que o objetivo desta Comissão, como já foi dito mas eu vou sublinhar, é descobrir de que forma é que os interesses dos contribuintes têm sido acautelados por todos os intervenientes — decisores do banco, decisores políticos, devedores, todos.

Ao contrário de outros intervenientes, se isso me levar a questionar as relações entre devedores e clubes desportivos, não hesitarei. Vamos ver como é que corre a sua resposta.

Relativamente aos vários esforços de reestruturação que as suas dívidas tiveram — e eu não vou ao passado mais distante antes da resolução do Banco Espírito Santo — do ano de 2014, na sua própria intervenção inicial disse que, penso que a partir de setembro desse ano, começou a fazer esforços de abordar o Novo Banco para reestruturar a sua situação creditícia.

Que esforços é que foram feitos nesta altura, exatamente, e que propostas base — imagino que complexas — foram feitas ao Novo Banco?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Deputado, aquela que é profunda mesmo é no dia em que tenho aquela célebre reunião, naquela mesa redonda, onde estavam praticamente todos os administradores do Novo Banco em que me dizem: «Ó Luís Filipe, nós poderemos continuar a apoiar dois projetos, um que é o que falta acabar, em Maputo, e o Adarse...» — que eram umas



moradias que estávamos a fazer — «... mas para o resto, nós não podemos apoiar nada».

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Isso foi quando?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Foi nesse período, mais ou menos, foi quando eles deram uma notícia. A data precisa, não tenho...

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Mas finais de 2014?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Natal de 2015.

Eu marquei aquilo para mim, porque...

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Deixe-me ser claro: a data foi final de 2014 ou final de 2015?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — De 2015.

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Portanto, entre agosto de 2014, em que o banco é resolvido, e finais de 2015, que esforços de reestruturação de dívida houve?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — De reestruturação, não; o que houve nessa altura, em 2014, foi quando eles nos financiaram mais um pouco para acabar os dois edifícios que estávamos a concluir.

A partir daí, fechou tudo, e há uma reunião em dezembro de 2015, que é a célebre reunião onde dizem claramente: «Eh pá, nós não temos hipótese,

temos de ver como é que vamos resolver o problema que está aqui, de uma forma elegante e de uma forma deselegante também...» E eu disse: «Eh pá, eu não tenho dinheiro para pagar isso tudo. Não vale a pena vocês estarem a inventar, que eu não tenho dinheiro para pagar isso tudo. Se vocês cortarem agora... Agora, há maneiras de resolver isso», ao que me disseram: «Então, para a semana, vamos voltar a falar».

Foi quando eu saí dali e fui falar com o Nuno, logo, porque levei ali uma pancada bastante forte.

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Desculpe, não percebi.

Foi falar com?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — O Nuno.

Eu saí do banco, telefonei para ele — ele tinha escritório mesmo ali ao pé, praticamente em frente ao banco — e foi quando lhe dei a novidade, ou seja, a notícia que tinha recebido e como é que eu havia de resolver o meu problema, que eu próprio não sabia como é que o havia de resolver.

Então, ele disse: «Eh pá, vamos reunir as equipas todas da Promovalor. Aquilo tem lá os ativos e nós temos de estudar como é que vamos fazer uma reestruturação para a Promovalor».

Da maneira como foi e como não foi... Eu não queria estar presente... Sei que as reuniões foram dentro da nossa casa, com o José Gouveia, e depois houve reuniões entre o banco e a nossa estrutura, com o Nuno mais o Diogo, que era um colaborador do Nuno dentro da Capital Criativo — aliás, é a partir daí que está mais o Diogo nas reuniões que o próprio Nuno.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Portanto, para quem nos está a ouvir e possa querer seguir isto, o que se passa com o banco — que tem os problemas que são conhecidos — em agosto de 2014 até ao último trimestre de 2015, é que as coisas estão difíceis, mas tentam aguentar-se, sendo que não há nenhuma posição nem proposta concreta de reestruturar, nem da sua parte, nem do banco, e é nessa altura que lhe dizem: «Só podemos financiar estes seus projetos; o resto, vai ter de ser resolvido».

Depois, continua esse esforço, da parte da Promovalor, de encontrar uma solução baseada num fundo de reestruturação, sobre a qual só falou com Nuno Gaioso Ribeiro. Não falou com mais ninguém, na praça financeira.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não falei com mais ninguém e deve compreender porquê. Quando nós somos confrontados com uma situação destas, que nunca tinha sido, as pessoas ficam inibidas de ir contar a alguém.

Eu penso que a única pessoa com quem eu, depois, fui falar — já mais abertamente e que não tinha nada a ver com aquele banco — foi com o Dr. Filipe Pinhal. Ele é muito meu amigo e fui falar com ele sobre o que se tinha passado, mas para a reestruturação foi o Nuno.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Isso, para mim, já clarifica que há aqui um período em que — e isso na audição ao Dr. Nuno Gaioso Ribeiro também ficou claro — houve uma negociação muito longa entre a primeira abordagem feita ao Novo Banco e aquilo que veio a ser o desenho final do fundo de reestruturação, designado Promoção e Turismo.

Neste fundo de reestruturação, também teve ocasião de dizer na sua declaração inicial que tem muito pouco poder de decisão, para não dizer nenhum.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não tenho nenhum.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Mas tem informação regular sobre o que se passa neste fundo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A informação, como lhe digo, eu não quero olhar para aquilo; é o meu filho que a tem. Mas tenho informação, logicamente.

Ainda há dias, o Tiago estava a falar comigo de uma proposta que fizeram ao próprio banco para reestruturar o prazo. Ou seja, dentro dos prazos que estavam previstos, era difícil concluir o primeiro objetivo. E tinha a ver tudo com a pandemia, não é?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — O Dr. Nuno Gaioso Ribeiro disse-nos aqui que este fundo de reestruturação, embora pudesse não parecer, foi um excelente negócio para o Novo Banco, na medida em que manteve as suas posições creditícias e até reforçou a quantidade e a qualidade das garantias atribuídas aos créditos que, entretanto, passaram para o fundo.

Na sua intervenção, também falou concretamente de dois imóveis, de dinheiro que, entretanto, também foi colocado no fundo para suportar liquidez.

De uma forma geral, que garantias é que foram reforçadas, na altura da reestruturação?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Havia dois imóveis que não estavam onerados, em Moçambique, e o hotel de Pernambuco. Esses, não estavam onerados, mas mesmo antes de fechar a reestruturação, eu disse-lhes logo

que não fazia sentido algum, pois se íamos fechar a reestruturação, esses dois imóveis, eu não tinha nada a ver com eles, ficam dentro do fundo, à mesma, tinham de passar para dentro do fundo e, a partir daí, seriam do próprio fundo.

Qual foi a vantagem que eles tiveram? Fazer aquele fundo... A qualidade dos imóveis e dos terrenos que eles têm, são bastante bons. Se fossem para uma situação de executar, havia muita dificuldade nos processos.

Por exemplo: desipotocar um imóvel daqueles no Brasil é terrível, mesmo; em Maputo, as complicações que aquilo dava, nunca mais estaria resolvido.

Assim, com esta situação, facilitou-se tudo, ou seja, facilmente colocaram-se ativos limpos dentro do fundo, onde ele pode, neste momento, começar a construir — aliás, aprovados tem três projetos.

Agora, a grande dificuldade que penso que o fundo está a ter, neste momento, e acho que o banco está a fazer mal, é que, logicamente, aquilo precisa de financiamento. Aqueles ativos para serem desenvolvidos, precisam de financiamento e acho que é o Novo Banco que deverá financiar, ou, então, o Novo Banco perde a hipoteca para eles irem pedir financiamento a outro banco, para se financiarem para a construção daquilo.

Ainda ontem o Nuno estava comigo e eu estava-lhe a dizer: «Ó Nuno, neste momento tens uma oportunidade, que é Alverca. Além de aprovares a segunda fase de Alverca — neste momento não há nada em Alverca para vender —, e vendes aquilo a 3200 €/m<sup>2</sup>. E vendes aquilo no papel. Tens é de começar a andar com aquilo para a frente». E ele respondeu-me: «Mas quem é que vai financiar? Já fiz o pedido ao Novo Banco há dois meses e ninguém responde...».

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Já não é a primeira vez que, nesta audição, dá esse tipo de opinião que, ou o banco — neste caso — não está disponível para financiar coisas que, no seu entender, seriam mais que lógicas, ou não fez vendas em condições de mercado otimizadas, dando a entender que o banco está a fazer um mau trabalho.

Mas, na realidade, quem está a gerir o fundo Promoção e Turismo é a Capital Criativo, a C2 Capital Partners. Correto?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim.

Mas, Sr. Deputado, uma opinião que eu dei que, na minha ótica, que o banco fez mal, foi no caso do Brasil, a Imosteps. Neste caso concreto, o banco sabe perfeitamente que o fundo não tem fundo de maneio para desenvolver um projeto. Ele disse-me que há dois meses que tem lá o pedido de financiamento. Se os tempos vão-se passando, vão-se passando, aquilo perde oportunidade, não é?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Mas se eu disser que há decisões de gestão relativamente ao fundo que, neste caso, têm de ser imputadas à Capital Criativo, que são erradas, e que há decisões de financiamento do Novo Banco que não são tomadas e, portanto, também erradas, não estou a dizer nada que o Sr. Luís Filipe Vieira...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Erradas, do fundo? Eu não disse nada. Eu não disse nada de errado do fundo.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Portanto, se houver alguma coisa, é lentidão de resposta do banco relativamente a pedidos de financiamento.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É lentidão do financiamento, porque aquilo, para andar, precisa de financiamento; senão, não anda!

O Sr. Deputado já viu os ativos que estão lá? São todos para construir, tirando os ativos de Moçambique e do Brasil. Do Brasil, neste momento, não é nada fácil vender aquilo, nem o momento é propício para isso, não é? Em Moçambique, ele tem de alugar os escritórios todos e, depois, descontar aquilo no fundo, porque o edifício em si é mesmo o melhor de Moçambique.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Portanto, o Novo Banco consegue, juntamente com a Capital Criativo e com a parte da Promovalor que tem voz na matéria, constituir este fundo, e há um reforço de algumas garantias que mencionou, mas há muito património seu que não foi pedido — nem dado, obviamente — em garantia de dívidas que estão a descoberto e que foram para dentro deste fundo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sobre se eu mantinha as garantias que existiam, que eram os avales, e eu disse que sim, que não tinha problema nenhum em manter as garantias que tenho.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Mas disse-nos, também inicialmente, que mantém outros negócios e que goza de uma boa reforma.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — E nunca foi pedido que nenhum destes negócios ou rendimentos fossem...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, Sr. Deputado. Nunca pediram.  
Os ativos estão ali...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — A pergunta era simples, era se foi pedido ou não.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, nunca pediram, mas vou-lhe dizer que, normalmente...

Eu acredito mesmo que, se desenvolverem isto nos *timings* que têm de ser desenvolvidos, desde que haja meios de financiamento, eles, em 10 anos desenvolvem isto e o mercado, como está, absorve tudo.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Alguma vez a saída da Capital da Criativo da Benfica SAD foi posta em cima da mesa como parte das negociações para resolver a situação creditícia da Promovalor?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nunca.

Sr. Deputado, nunca teve e, quem me conhece, sabe que isto é impossível. É impossível! Há coisas que são casuais e que as pessoas insinuem, mas não podem fazer isso, porque não existem.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Vou tentar não insinuar, mas vou listar factos.



Neste mesmo ano em que se conclui a criação do fundo de reestruturação, José António Santos — já aqui referido — entra no capital da SAD, com uma posição que não sei qual foi, inicialmente, mas chegou a 12%.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Sr. Deputado, as ações...

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Eu vou chegar a um sítio que não tem nada a ver com a Benfica SAD, espero.

Pouco tempo depois, já nos descreveu aqui a situação em que a Imosteps teve para ser comprada por determinados fundos, recomendou ao seu amigo José António dos Santos que seria uma boa oportunidade, ele faz uma oferta, não é aceite — é, aliás, bloqueada pelo Fundo de Resolução — mas depois faz parte do portefólio do Nata 2, foi vendida por cerca de 4 milhões de euros e é comprada, por José António dos Santos, a esse mesmo fundo, que passou a gerir o Nata 2, por cerca de 8 milhões de euros, como aqui revelou, depois de indicações suas de que seria um excelente negócio, porque 102 000 m<sup>2</sup> no Rio de Janeiro, com frentes de mar, só podia ser um bom negócio.

Menos que um ano depois, penso que em novembro de 2019, a Benfica, SGPS lança uma OPA (Oferta Pública de Aquisição) à Benfica SAD, onde José António dos Santos — lá está! — tinha quase 3 milhões de ações, por um valor que era 60% acima do máximo da cotação que alguma vez tinha havido.

Portanto, José António dos Santos entra na SAD numa altura em que está praticamente a fazer um grande negócio — segundo as suas palavras — na Imosteps, e tem uma compensação possível, só que depois é bloqueada pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) por uma coisa

que lhe chamaram «financiamento ilegal» — e essa parte, não percebi muito bem, mas também não é para aqui chamada, porque não é das OPA da Benfica SAD que eu quero aqui falar, é de José António dos Santos e de que parcerias tem.

Esta descrição toda para perguntar se nos pode dizer aqui que não tem qualquer relação com José António dos Santos no que diz respeito ao futuro da Imosteps no Brasil?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não tenho nada e é importante o Sr. Deputado situar as coisas no tempo.

Primeiro, a compra das ações pelo Sr. José António eu soube pelo jornal. Honestamente, fez-me confusão, porque aquilo eram umas ações que eram do Manuel Vilarinho, que nunca as pagou ao banco e, então, as ações estavam ali. O banco, como andava naquela fase de se desfazer de tudo o que era futebol, como ele era cliente do banco, propôs-lhe as ações.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo (IL)**: — Mas foi por se desfazer de tudo o que era futebol que eu lhe perguntei se alguma vez tinha vindo para cima da mesa a saída do Novo Banco da Benfica SAD, porque eles tinham tanta ânsia... E de redução de dívida também; não era só de ações.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu vou-lhe dizer porque é que saiu da Benfica SAD.

O Sr. José António comprou as ações — eu soube depois — mais caras que na própria bolsa. Esse é um assunto que não tem nada uma coisa com a outra.

Ele comprou, eu ainda me comecei a rir com aquela brincadeira e ele comprou as ações todas do Manuel Vilarinho: foi o que ele comprou.

Sobre a Imosteps, foi agora...

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Agora não, foi em 2019.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Está bem, foi há pouco tempo, mas a Imosteps não foi falar com o banco nem foi falar com ninguém.

Apareceu o fundo americano a falar com o José Gouveia. O José Gouveia conta-me o que é que se está a passar. Nem sei se o fundo ofereceu 4, se 5, se 6 milhões, a quem é que foi; estou a dizer o que é que ele nos pediu a nós.

E, quando fez a oferta dos 8 milhões, fui eu que falei para o José António e disse: «Ó Zé, tu tens aqui uma oportunidade de ganhares dinheiro. Vê lá se estás interessado». Ele perguntou: «O que é?», ao que eu respondi: «São  $x$  m<sup>2</sup> no Rio de Janeiro. Mais a mais, na Barra». «E tu achas que isso é bom?», ao que eu lhe disse: «Eu acho que é bom». E ele continuou: «Mas o que é isso?», ao que eu lhe disse: «Era uma coisa que era minha, fui executado... Tu vê. Só quero é as garantias para este lado», foi a única coisa que eu lhe disse. E ele disse: «Eh pá, está bem. Eu vou ver isso», e foi assim.

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Desculpe, a expressão «Só quero as garantias para este lado» significava o quê?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Ele não ia comprar e depois ficava-me com as garantias. Eu queria era as garantias, queria-me libertar dos avales, não sei se está a ver? Percebeu?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Percebi agora. Nenhum outro comprador lhe ia libertar essas garantias, se tivesse comprado diretamente.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — A Nata 2 também não podia vender com esses avales?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não é assim.

O Nata 2 são fundos que vêm atrás de uma pessoa e não nos deixam descansados, segundo estão a dizer. Aquilo são piores que um rasto, sei lá de quê... Até são capazes de levar o calçado que você tem.

Estive com José António à noite, quando eu lhe faço a proposta, e disse-lhe: «Eh pá, ó Zé, o negócio é este. Vê se te interessa. Já te disse o preço» e ele perguntou-me: «Então, quem é que trata disso?». Lá lhe disse quem é que tratava disso e ele tratou.

Logicamente que o Nata 2, quando compra, compra a dívida com as responsabilidades, e o que eu disse ao Zé foi: «Mas as responsabilidades vais-me entregar a mim». Foi o que eu lhe disse e ele entregou-me aquilo a mim. Não tenho problema nenhum. Então, ele é que vai fazer o negócio e não tinha nada disso. Pronto.

Está claro, nesta parte?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Só para concretizar: no futuro, não vamos ver um negócio grande, no Rio de Janeiro, da Imosteps, com Luís Filipe Vieira, ou Tiago Vieira, ou alguém a negociar isso.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Esqueça isso, que não vai existir de certeza.

O negócio das ações da SAD, que estava a dizer que apareceu como uma mais-valia para ele depois, um dia mais tarde, eu acho que isso tem que ver com aquilo que eu pensava que era bom para o Benfica, vamos ser claros.

O que estava em cima da mesa foi uma OPA que o Benfica estava a fazer a si próprio, estávamos a ser assessorados pela Vieira de Almeida, onde era permitido haver dois preços, e nós tínhamos proposto comprar a 3 e a 5 €, ou seja, quem emitiu de entrada, tinha o valor inicial de 5 €; quem comprou depois, tinha de pagar só 3 €, e o Benfica só pagava 3 €.

Passados uns meses, a CMVM — e, por lei, é permitido fazer a dois preços — disse-nos que não era permitido fazê-lo, mas nós já tínhamos lançado aquela situação e avançámos.

Qual era o projeto que existia nisto? Não tinha nada a ver com o José António, nem estava preocupado com ele, nem com ninguém.

Eu defendo que o Benfica, face ao património que este clube tem, tinha que ter um modelo muito idêntico ao do Bayern de Munique, que era ter três grandes investidores — num bloco de 10% cada um — que dominassem a gestão a sério, de maneira a que fosse uma ponte para aquilo não voltar para trás mais nenhuma vez.

Se ele ia ganhar muito dinheiro ou pouco, eu não tinha interesse nenhum naquilo.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Não era essa parte de ser a três do Benfica que era para aqui chamada.

Esqueci-me de perguntar uma coisa: foi o Haitong que foi o intermediário financeiro nesta OPA, que depois não foi aprovada. Quem, concretamente, no Haitong, é que foi o contacto...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, isso não sei. Isso foi tudo tratado com o Miguel Moreira.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Luís Filipe Vieira, quando decidiu investir no Brasil e em Moçambique foi numa altura em que o seu grupo económico Promovalor já vinha em sucessivas reestruturações e em contraciclo com a crise no setor do imobiliário.

A pergunta que se coloca é a seguinte: estrategicamente, estando o Grupo Promovalor, nesses anos, extremamente endividado, já com sucessivas reestruturações — ou seja, já tinha falhado nos créditos que tinha contraído junto do BES — o que é que o levou a investir em Moçambique?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O mercado de Moçambique, naquela altura, estava a ser muito atrativo.

O Tiago esteve um mês em Maputo e comprou um bom terreno, numa via principal. O curioso é que, em termos de habitação, o Tiago vendeu tudo em papel, que era uma coisa que, para nós, não estava... Pouco ou nenhum financiamento tivemos no edifício de habitação, só no edifício de escritórios é que tivemos.

Pensávamos que, se Moçambique não estagnasse, aquilo seria um bom negócio e poderíamos ganhar dinheiro para cumprir compromissos que nós tínhamos.

No Brasil, acho que havia grandes hipóteses. Grandes hipóteses, mesmo — aliás, pela dimensão dos projetos que nós fizemos lá, a empresa ganhou dinheiro, mas, entretanto, também aquilo começou a parar e estagnou um bom bocado.

Agora, a sugestão de eu sair daqui de Portugal foi do próprio BES. Foi o próprio banco que me pediu para sair daqui, porque aqui em Portugal estava o tudo completamente parado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Pois. É que, na altura em que decide investir no Brasil e em Moçambique, o seu grupo económico Promovalor já estava extremamente endividado, já tinha falhado em grande parte dos compromissos de crédito que tinha com o BES e, portanto, já era objeto de reestruturação atrás de reestruturação.

Foram os 160 milhões de euros dos chamados VMOC de 2011 e, depois, em 2012, o BES dá-lhe uma ajuda enorme ao comprar aquelas unidades de participação no famoso fundo por 147 milhões de euros, o que lhe permite abater 121 milhões de euros à exposição que tinha ao BES e ficar com uma margem de lucro nessa operação.

Portanto, um grupo económico já muito endividado, numa altura em que o setor imobiliário estava em crise, o BES convida-o a ir para o Brasil

investir. E, depois, deixa no Brasil as sementes desse convite do BES e cria no Brasil negócios ruins para o Grupo Promovalor.

Confirma?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ruinosos, não foram. Em Moçambique, não são ruins e, no Brasil, tudo o que nós fizemos lá vendemos. A única situação foi o hotel.

Mas vamos supor que, no Brasil, a lei do jogo vai sair. No Estado de Pernambuco, só há um hotel que pode ter bingo, que é o único que tem 300 quartos. No dia em que sair a lei do jogo, aquele hotel triplica ou quadruplica o preço, logo.

Na minha ótica — e conheço bem o Brasil —, se não é o melhor, é dos melhores hotéis do Brasil. Na minha ótica, é o melhor hotel do Brasil.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Vou relembrar que parte dos ativos que foram objeto desse negócio do Brasil fazem parte do tal fundo de investimento especializado, onde estão aparcadas a maior parte das dívidas da Promovalor ao BES.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Só queria que o Sr. Deputado se concentrasse numa coisa que, para mim, é importante.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Desculpe, mas eu concentro-me naquilo que são as minhas perguntas, não é?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Está bem. Faça favor.



O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Vou-me concentrar, sim, num relatório do Banco de Portugal, uma nota informativa de 14 de novembro de 2018.

É um relatório que está classificado como confidencial, pelo que não vou poder ler *ipsis verbis* o que está aqui, mas partes deste relatório contradizem aquilo que disse o Sr. Luís Filipe Vieira, e, mais ainda, contradizem o que disse aqui o Dr. Nuno Gaioso, que teve aqui uma prestação — do meu ponto de vista — infeliz.

Segundo este relatório, elaborado em novembro de 2018, em setembro de 2018 o Grupo Promovalor — isto é um relatório do Banco de Portugal — tinha uma exposição bruta de 410 milhões de euros e uma exposição líquida de 208 milhões de euros.

Segundo este relatório do Banco de Portugal, a Promovalor tinha gerado uma imparidade até essa data, ou seja, depreciação e eliminação do valor destes ativos de 202 milhões de euros, isto é, repito, até setembro de 2018, o Grupo Promovalor tinha gerado perdas e, conseqüentemente, imparidades — que é uma classificação contabilística — de 202 milhões de euros.

Assim, cai por terra a tese de que nunca gerou perdas que levassem à chamada de apoio do Fundo de Resolução, ou seja, do dinheiro dos contribuintes.

Isto são dados do Banco de Portugal, não estou aqui a emitir opinião. São dados que estão aqui neste relatório, nesta nota informativa do Banco de Portugal.

Quando se dá a reestruturação da sua dívida, em 2017, o que é que aconteceu? Os VMOC — os tais veículos mobiliários obrigatoriamente convertíveis — de 160 milhões ficaram fora deste fundo, como também ficou fora a Imosteps. Já falarei, daqui a pouco, da Imosteps, porque há aí um

ângulo que não está explicado, mas o Banco de Portugal não deixa que escape.

A dívida ao Novo Banco dos VMOC era de 160 milhões de euros e a dívida da Imosteps era de quase 55 milhões de euros. Estas duas dívidas ficaram fora do fundo.

Portanto, o fundo o que é que tem? Tem créditos não cumpridos, por parte da Promovalor, de 134 milhões de euros, que transitaram para o fundo e foram titulados para o fundo, mais cerca de 85 milhões de euros de outros créditos. Portanto, o que está no fundo são 134 mais cerca de 85, o que ronda os 219 milhões de euros, mais os 160 dos VMOC, mais os 55 da Imosteps.

No dia em que foi criado o fundo, era este o montante da dívida do Grupo Promovalor, segundo dados do Banco de Portugal, e estou a citar esta nota informativa do Banco de Portugal.

Surge aqui uma pergunta: porque é que o negócio da Imosteps não foi incluído no fundo? Alguma vez deram essa explicação? Porque é que a dívida da Imosteps não foi incluída neste fundo?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Imparidades, são os bancos que as fazem, não sou eu, mas a experiência diz-me que, quando se começa a desenvolver um projeto, as imparidades desaparecem logo todas.

Por isso, as imparidades têm de existir contabilisticamente. Financeiramente, não existem, só se o ativo em si, na realidade, não existir. Por isso, isso das imparidades... Qualquer edifício ou terreno que seja desenvolvido pelo fundo e onde exista uma imparidade, garanto-lhe que desaparece logo.

Sobre a Imosteps, já fui muito claro. Não tenho nada que ver com a Imosteps. Perguntem ao banco o que é que se passou. Não sou eu, o banco é que sabe.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Os dois negócios de que mais se queixa foram pedidos que lhe fez Ricardo Salgado, portanto não estou a dizer nada de errado.

Segundo o que respondeu anteriormente, quer o negócio da venda da participação que tinha a Promovalor naquele fundo, que diz respeito ao armazém da Matinha — que foi comprado pelo BES Vida — mais esse negócio da Imosteps, foram pedidos de Ricardo Salgado.

Acontece que a Imosteps, segundo o que diz o relatório do Banco de Portugal, detinha — era o seu principal ativo — uma participação de 50% de uma sociedade brasileira, de que já falámos, Oata, SGPS, cuja atividade inclui o negócio imobiliário e de cemitérios.

Confirma?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É isso, é.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Portanto, o negócio desta sociedade brasileira era ramo imobiliário e cemitérios.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não é cemitérios; é cemitério.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Aqui, está no plural.

É um negócio estranho, não deixa de ser inusitado...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas eu não o quero.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não deixa de ser inusitado que tenha despertado ao Dr. Ricardo Salgado que assumisse este risco no lugar do BES. Aliás, parece-me — mas isto é uma conclusão minha, que não está no relatório — o que quis Ricardo Salgado foi reduzir a exposição do BES ao Grupo Espírito Santo (GES) nesse negócio, colocando-o a si e à Promovalor no lugar do BES e, se calhar, isso aconteceu muitas mais vezes, mas dessas vezes correu bem; desta, correu mal e, como correu mal, soube-se, mas encontra-se aqui um padrão.

Falando, agora, dos VMOC, estes estão provisionados, no balanço do Novo Banco, a 100%. Sabe o que isto significa? Significa que o Novo Banco não acredita que vá recuperar 1 cêntimo dessa dívida que a Promovalor tem, esses tais 160 milhões de euros.

E mais: é isso que mete em causa o plano de negócios do fundo, porque o relatório do Banco de Portugal faz uma apreciação muito crítica ao plano de negócios do fundo.

Na audição com o Dr. Nuno Gaioso, tive aqui alguma troca de galhardetes, digamos assim, porque o Dr. Nuno recusou-se a admitir algumas situações, mas eu vou aproveitar a sua audição para dizer o que diz esta nota informativa.

Nesta nota informativa, o Banco de Portugal desacredita neste plano de negócios, porque é uma falta de crença absoluta provisionar a 100% os VMOC, os 160 milhões — ou seja, o Novo Banco não acredita que vai buscar 1 cêntimo desses 160 milhões de euros —, e esperar que o fundo gere liquidez suficiente para pagar as unidades de participação do fundo, os 134 milhões mais os 85 milhões de euros e, além disto, ainda liberte 160 milhões de euros para remunerar as VMOC.

Se o próprio Novo Banco não acredita que vai buscar 1 cêntimo, como é que o Novo Banco validou um plano de negócios para criar um fundo que

acha que vai remunerar mais 450 milhões de euros em 25 anos? Aliás, do ponto de vista da estratégia do Novo Banco, o Novo Banco contrariou por completo tudo aquilo que foi fazendo com todos os outros ativos chamados problemáticos, que criou carteiras especiais para eles, imóveis e créditos, tentou vendê-los e vendeu-os num curto espaço de tempo e, no caso da Promovalor, criou um fundo.

Daquilo que tem sido dito pelo Sr. Luís Filipe Vieira e pelo Dr. Nuno Gaioso acerca da rentabilidade deste fundo e da liquidez que ele poderá gerar para pagar a dívida da Promovalor, que está lá dentro, mais a dívida dos 160 milhões de euros dos VMOC, é falso.

É a conclusão que se tira, numa leitura imediata, desta nota informativa do Banco de Portugal. Aliás, o Banco de Portugal não deixa escapar que a relação de proximidade que sempre existiu entre a Promovalor, os seus acionistas, o Sr. Luís Filipe e o Sr. Tiago Vieira, que também fazem parte desse fundo, pode pôr em causa o plano de negócios do fundo.

Portanto, gostaria que comentasse como é que olha para uma nota informativa do Banco de Portugal que dá um parecer — e agora sou eu que o digo, das conclusões que tiro destas conclusões — negativo ao fundo que foi criado.

O fundo, da forma como foi preparado e montado, e atendendo aos ativos que tem lá dentro, não vai gerar liquidez suficiente para remunerar, quer a dívida que lá está da Promovalor, que fará os 160 milhões de euros dos veículos mobiliários obrigatoriamente convertíveis.

Gostaria que comentasse.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Se é assim, diga-me só porque é que o Fundo de Resolução aprovou o plano de negócios?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Essas perguntas... Não me responde com uma pergunta. Eu pedi-lhe para comentar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Deixe-me acabar o resto.

Dentro desse espaço de 160 milhões de euros, desde que saibam trabalhar bem, podem reativar o *master plan* que está aprovado da Barra da Jangada, que tem 523 000 m<sup>2</sup> de construção. Só têm de se deslocar ao Brasil e ir renegociar novamente isso.

Não concordo nada com o que o senhor disse, porque os ativos que estão lá hoje mais os 25% do Verde Lago chegam e sobejam para pagar isso. Mas ainda está lá um fundo de maneiio, se alguma coisa corresse muito mal.

A primeira coisa que já deviam ter feito é ter ido para o Brasil e renegociar o *master plan* que lá está aprovado de 523 000 m<sup>2</sup>. Assinei-o eu.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas isso é uma profissão de fé, da sua parte.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Procissão de fé?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Profissão de fé, da sua parte, porque nem o Dr. Nuno Gaioso foi capaz, no alto do seu entusiasmo aqui na audição, de dar garantias tão sólidas da viabilidade e do sucesso deste fundo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, o Dr. Nuno Gaioso devia ter-lhe dito que garantias sólidas é no espaço de tempo que está e que temos de o prolongar. Isso é outra coisa.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O Dr. Nuno Gaioso disse até que não se lembrava de quem é que o tinha abordado para entrar neste negócio com o Novo Banco, de ser a sociedade dele a gerir este novo fundo que foi criado, onde estão aparcados parte das dívidas da Promovalor ao Novo Banco, mas hoje o Sr. Luís Filipe Vieira, certamente, refrescou a memória do Dr. Nuno Gaioso e lembrou-lhe que esteve a discutir e a debater com ele, e até falando no histórico destas dívidas, coisa que o Dr. Nuno Gaioso, na sua intervenção escrita, disse que nunca falou e nunca teve acesso ao histórico dessas dívidas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não teve acesso?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Foi o que ele escreveu. E disse-o aqui, várias vezes, durante a audição.

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O relatório do Banco de Portugal sobre o fundo que foi criado, eu acho importante, para quem nos acompanha em casa, saber qual foi o parecer do Banco de Portugal sobre este fundo que, do seu ponto de vista, é tão cor-de-rosa, diz o seguinte: «Não foi conduzido um processo competitivo e transparente para a seleção da sociedade gestora. Existem relações de proximidade entre a Capital Criativo e a Promovalor. O plano de negócios afigura-se ambicioso e pouco realista. Face ao cenário inicial, verifica-se que não foram obtidas garantias reais adicionais, por vista deste projeto de reestruturação», o que ainda é uma...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Deputado, então mas se o Fundo de Resolução e o banco aprovaram, qual é a sua dúvida e em quê?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu não tenho dúvidas que o fundo em causa não vai cumprir os objetivos para os quais...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, o senhor está convencido disso.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Estou convencido, porque a audição do Dr. Nuno Gaioso deixou essas reticências e dúvidas todas, como também esta nota informativa deixa de pé as maiores dúvidas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Digam ao Dr. Nuno Gaioso para vir cá.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Ele já cá veio.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, mas vem cá novamente explicar-lhe.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas ele teve oportunidade de explicar, porque as perguntas foram-lhe colocadas. Ele é que se recusou, a dizer que não se lembrava, ou não quis responder, portanto...

Ainda bem que, na documentação que nos foi enviada, conseguimos encontrar esta nota informativa do Banco de Portugal, que esclareceu um conjunto de questões que o Dr. Nuno Gaioso...



O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Então, quer dizer: o Banco de Portugal esclareceu toda a gente, não esclareceu o Fundo de Resolução.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Isto foi dia 14 de novembro de 2018, foi quando o Novo Banco pediu autorização para lançamento de descobertos bancários a propósito da operação do Brasil.

Como sabe, o fundo foi criado em novembro ou dezembro de 2017, portanto, o fundo já estava criado. Aliás, esta apreciação do Banco de Portugal é já *a posteriori*, tem essa vantagem: é mais sólida por causa disso.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Olhe, eu ouvi o ex-presidente do banco, Stock da Cunha, falar sobre este fundo. Sei o que é que ele disse. O atual presidente do banco, sei o que é que diz deste fundo...

Eu não vejo nele as dúvidas que vocês têm... Pode dizer-me é que, numa atividade imobiliária, nada é certo. Mas, na vida, nada é certo em todos nós. Hoje estamos aqui, amanhã posso cair para o lado. É das coisas que tem mais riscos, a atividade imobiliária. Às vezes, faz saltos. Agora, o que está hoje, estou-lhe a dizer: chega e sobeja para aquilo tudo.

O Sr. **Presidente**: — Isso já é repetição. Muito obrigado.

Vamos, agora, à segunda ronda. Considerando as características desta audição, é claro para todos nós que a segunda ronda tem de ser feita da mesma forma que fizemos a primeira ronda.

Os Srs. Deputados que entenderem fazê-la de uma forma, ou de outra, farão.

Dou a palavra, pedindo o cumprimento do tempo, que são 5 minutos, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Roseta.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Vou falar um pouco sobre duas questões: a desvalorização das propriedades e a Matinha. São as duas questões que vou tentar esclarecer consigo. Vamos falar só sobre o imobiliário, portanto julgo que nos pode ajudar, porque é a sua área.

Entre 2017 e 2018, só três propriedades e o seu fundo desvalorizaram 145,2 milhões. Isto não é: foram postos à venda e não se conseguiu arranjar comprador, não é... Desvalorizaram. Houve alguém que foi lá e disse que aquilo valia menos. Foram 145,2 milhões entre 2017 e 2018.

Eu vou focar-me no seu fundo, ele é responsável por 39 milhões destes 145 milhões, para tentar perceber por que é que isto desvalorizou entre 2017 e 2018.

Há pouco, já disse que isto não afetava os contribuintes, mas estas desvalorizações afetam os contribuintes. É uma ideia errada que as pessoas têm muito sobre a venda do banco.

Quando o banco foi vendido, em 2017, foi desta maneira: nós achamos que determinados ativos são maus, mas e até este valor nós pagamos, mas só pagamos na condição única de o banco estar em má situação financeira, ou não ter um rácio de capital que nós consideramos válido.

E, portanto, o que é que isto fez? Fez com que toda a atividade do banco contribua para as injeções de capital. Isto é bastante importante. Ou seja, estas desvalorizações têm impacto nas injeções de capital, principalmente porque, logo no primeiro ano, tudo o que era papel desapareceu — tudo o que estava no acordo de capitalização contingente e que não era propriedade desapareceu —, mas as propriedades temos dificuldade em acreditar que elas desvalorizem.

Vou pedir que explore um bocadinho e que me explique isto: a Quinta do Cochão, das informações que o Dr. Nuno Gaioso aqui nos deixou, já está a 80 €/m<sup>2</sup>, se eu considerar o potencial de construção. Acabou de nos dizer aqui, várias vezes, que em Alverca estamos a 3200 €/m<sup>2</sup>, portanto está a ver por que razão isto teve de desvalorizar para os 79 €/m<sup>2</sup>, o que até é difícil de perceber.

Mas, para já, pergunto-lhe: porque é que o seu Fundo de Investimento Alternativo Especializado desvalorizou tudo? Desvalorizou a Quinta do Cochão, a Parque Oriente, o Pinheirinho? Tudo! Aliás, o Parque Oriente também já está a 170 €/m<sup>2</sup> de potencial de construção, o que, considerando — como disse — que vai vender a 3200 €/m<sup>2</sup>, merece o seu esclarecimento, por favor.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, sobre as avaliações eu já disse que quem as faz são peritos, mas nunca incluem, normalmente, o desenvolvimento do projeto.

Imagine isto que lhe vou dizer, que é verídico, anteontem estive a falar com uma pessoa que comprou um andar em Alverca, em segunda mão, e, depois, eu fui confirmar com o Paulo Ferreira, que é o principal mediador daquela zona: como é que é possível desvalorizar-se uma coisa que existe e que tem hoje valores reais? Quer dizer, nós vamos a Alverca e perguntamos quanto é que custa um T3 ou um T4 e, por exemplo, um T3 pode custar 350 000 €. A senhora faz as contas, para ver quanto é que dá o m<sup>2</sup>, e vê que é 3200 €, mais ou menos.

Vai à Quinta do Cochão, não está lá nada a ser feito. Ora, logicamente, o padrão de referência é onde nós estamos a comprar, em Alverca. Por isso, se a Quinta do Cochão estiver a ser desenvolvida, logicamente que o preço não é aquele, é outro superior.

Oiça, não há hipótese! Quem faz as avaliações, se não há desenvolvimento, logicamente faz as avaliações por baixo.

Agora, quando se desenvolve um projeto, tem de ser isto. Não sei explicar de outra maneira...

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Mas está a entender a nossa perplexidade. É que os contribuintes estão a ser afetados por isso.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Estou a entender, mas quando começar a ser desenvolvida essa avaliação não existe.

Este empreendimento tem 483 fogos. Eu faço-lhe só umas contas por alto: imagine que, se hoje vender o terreno, se tiver infraestruturado, cada fogo destes não o compra por menos de 60 000 €. Não o compra.

Vá pensando nisto assim: se, porventura, só neste projeto — e não vou falhar muito em contas — cada apartamento T2 deve andar a uma média de 80 000 € de resultado positivo e o T3 dá 100 000 € de resultado positivo.

Ou foi um avaliador que não sabe nada de construção, ou então pensa que aquilo não é para ser construído, ou então pensa que é um terreno urbano... Não sei em que é que ele pode pensar daquilo... Agora, não faz sentido alguém fazer uma avaliação dessas. Isso são avaliadores que fazem para o fundo, não sei porque é que eles fazem isto. Depreciou no montante tal... Qualquer destes terrenos que estão aqui, a serem construídos e desenvolvidos, a Sr. Deputada acredite.

Basta só ver isso: não sei se repara que, quando se está a desenvolver um projeto destes, estão a fazer-se, simultaneamente, as infraestruturas e, às vezes, já lá está T2, preço tal. Por exemplo, perto do Seixal estão lá T2 a 230 000 €. Está lá escrito.

Basta só começar a desenvolver o projeto e a pôr os preços para vender, que são os preços de bandeira de entrada, para começar a vender, dispara logo essa avaliação.

Agora, se o terreno está parado, não estão máquinas no terreno... Você tem mais experiência que eu disso, mas eu não sei como é que eles fazem esses rácios para depreciar o terreno, como estão ali a dizer, em 100 e tal por cento.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Eu estou a dar voz à minha perplexidade e é precisamente por isso que eu estou a levantar todas estas questões sobre desvalorizações, porque eu tenho muita dificuldade em perceber como é que isto desvaloriza de 2017 para 2018.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu também não consigo explicar de outra maneira.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Outra coisa que eu queria esclarecer, porque é o problema principal, é, precisamente, porque é estes anos em que estamos a fazer as chamadas de capital que isto está desvalorizado. Quando começarem a construir, já não estamos lá para receber. Está a ver o problema? Nós, Estado. Portanto, nós estamos para entrar, enquanto isto está a desvalorizar....

É só a questão de saber como isto está montado. Eu estou a tentar perceber porque é que isto desvalorizou. Senão, realmente — como diz, e com razão — foi um avaliador que lá foi... Eu percebo isto, mas todo o sistema está montado com avaliadores que lá vão, mudam os valores dos terrenos, a pessoa aceita e nós pagamos? Esta é que é a questão.

E o Banco de Portugal não diz, a CMVM não diz e ninguém diz nada?

Essa é a minha pergunta, e ainda bem que está a esclarecer e a ilustrar aquilo que também é a minha perplexidade: onde é que estão as pessoas que, supostamente, deviam estar a olhar para isto. E espero que estejam, mas adiante.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu sei o que é que está a dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas não me compete a mim. Já vi tanta coisa... Também não ando distraído, mas não me compete a mim, compete ao Novo Banco.

Acredite nisto: essa avaliação Explique-me só uma coisa: é chamado capital para entrar, não é? Mas, depois, quando o terreno for desenvolvido, recupera ou não recupera?

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Não.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Olhe, então, quem assinou esse contrato, deve estar pendurado. Não sei quem foi. Pendurem-no! Não sei é que assinou...

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Está agora no Banco de Portugal, chama-se Mário Centeno.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que isto vale a pena dizer. Uma pessoa que fez uma coisa destas, devia ser enforcado. Assinar um contrato desta natureza, não se pode fazer!

Acredite: essas imparidades ou essas desvalorizações não existem. Existem contabilisticamente, acredite nisto.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Mas está a dizer que o banco está a falsificá-las?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não está nada a falsificar...

A Sr.<sup>a</sup> Filipa Roseta (PSD): — O que é isto quer dizer? O que é que quer dizer com «não existem»?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Como é que eu hei de explicar... Meta máquinas ali dentro e tenha lá escrito: construção demora 36 meses. Preço de referência de mercado: o T1, o T2 e o T3, e depois vai lá o avaliador e veja se aquilo não dispara logo tudo.

Agora, não estou a pensar que alguém faz avaliações deste género propositadamente. Atenção, não é? Nem é possível, isso era o descrédito completo da empresa que faz isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Oiça, eu estou só a tentar perceber o fenómeno. Não é só numa propriedade; é em várias. Estou só a tentar perceber porque é que isto acontece em várias. Não é só na sua, efetivamente. É na sua, nas Amoreiras, na Herdade do Rio Frio, na Herdade do Pinheirinho, é por todo o lado, portanto, não é propriamente só na sua.

Vamos à Matinha: sabe por quanto é que ela foi vendida?

Já sei que está chateado, mas ainda vai ficar mais. Não sei se posso dizer, mas são 142 milhões de euros, portanto, 500 €/m<sup>2</sup>. Ou seja, estamos a falar de 500 €/m<sup>2</sup> de potencial de construção, que vai vender — como disse,

e muito bem — e está ao lado de Braço de Prata com um valor de 7000 €/m<sup>2</sup>.  
É isto!

Já nos disseram que foi um grande negócio, que foi uma mais-valia de 2 milhões. Está a perceber tudo o que estou a dizer. Já percebo que o senhor percebe...

142 milhões, com mais um apoio para ajudar a desenvolver. Isto é uma das perguntas que tenho para si: sabe quem é que é a VIC Properties? A VIC Properties tem a Matinha, tem o Braço de Prata e tem o Pinheirinho. Conhece alguém que esteja envolvido neste fundo? Quem é que está por detrás disto?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Acho que é um fundo alemão que comprou.

**A Sr.<sup>a</sup> Filipa Roseta (PSD):** — Não conhece ninguém, não sabe de nada?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — O que é mais curioso é que, depois, ainda é financiado pelo Novo Banco.

**A Sr.<sup>a</sup> Filipa Roseta (PSD):** — Não sabe nada, não conhece ninguém, está completamente fora? Não há ninguém, nem o seu filho?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não, não sei. Honestamente, estou completamente fora disso.

**A Sr.<sup>a</sup> Filipa Roseta (PSD):** — Pronto.



Então, sobre a Matinha, vamos falar sobre o tal momento em que está muito chateado, e eu percebo, porque vendeu a Matinha logo no ano a seguir a terem aprovado o plano de pormenor.

O plano de pormenor foi aprovado em 2011 — que é o que valoriza, realmente, os terrenos — portanto, quando nós falamos de valorizações e desvalorizações, é urbanismo: há um plano de pormenor aprovado em 2011 e o senhor vende logo a seguir, o que é absolutamente bizarro e disse que não queria vender.

Portanto, eu quero que me explique melhor quem é que encontrou o terreno, quem é que escolheu o projetista, até isto ser vendido, quando é que começou o processo de desenvolvimento deste terreno até 2011, ou seja, até o senhor vender.

E, depois, explique-me melhor quem é que lhe disse que tinha de vender este terreno ao próprio banco.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Eu vou-lhe dizer. Estes terrenos eram todos da Galp e a Galp, já não me lembro o ano, precisava de ter mais-valias. Este terreno é, mais ou menos, comprado em outubro, e tinha de ser escriturado até dezembro desse ano.

**A Sr.<sup>a</sup> Filipa Roseta (PSD):** — Qual era o ano?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não me lembro o ano. Se quiser com precisão, posso responder depois, mas estou-lhe a dizer como é que esse negócio passou por mim, mas não me lembro de data, nem nada.

Já lhe vou dizer porque é que nós ganhámos, porque ficámos em quarto lugar no concurso.

O concurso, salvo erro, nasce em outubro, e tínhamos de fazer a escritura até dia 31 de dezembro, ou seja, a Galp iria fazer mais-valias, e, concretamente, o negócio tinha de ser escriturado.

Houve muita gente que concorreu, a criar limites, a dizer que tinha de dar  $x\%$  de construção, que o Plano Diretor Municipal tinha de ser alterado, mas nós comprámos aquilo a olho fechado, a dizer: «Pronto, isto vale  $x$ ». Não me preocupava quantos metros é que podia lá fazer ou não, porque também sabíamos a relação que tínhamos com as pessoas, sabíamos até onde podíamos chegar com aquilo, podíamos falhar um bocado, mas também este homem, que está aqui ao meu lado, percebe desta coisa.

Comprámos os terrenos. Isto foi muito badalado e os célebres terrenos todos, que eram financiados pelo BES, por isso é que aparece o Fimes, onde temos 55% e eles 45%.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Compram, financiado pelo BES. O dinheiro foi todo assim?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim, foi todo financiado pelo BES. Por isso é que, quando eu lhe disse, ainda há pouco, que eu não tinha voz ativa para estar a dizer... Porque o dinheiro era todo eles. Eles é que puseram lá todo o dinheiro. Ao fim e ao cabo, eu apareci como o homem para comprar e fazer o negócio à minha maneira.

Felizmente, fi-lo bem feito e posso-lhe dizer, como disse ainda há momentos, tinha vendido 100 000 m<sup>2</sup> futuros, naquela altura, pelo mesmo preço que tínhamos dado pela totalidade dele.

O desenvolvimento deste projeto foi entregue a um quadro do BES e a mais um quadro nosso — já não sei o nome dele — e começaram a tratar

disso tudo, ou seja, da relação com a câmara sobre o que é que se poderia lá construir.

E nós, facilmente, detetámos que aquilo podia chegar a uma área bastante substancial, que nos interessava também, e tínhamos ali outra particularidade: além daquilo, podíamos nos silos desenvolver hotéis e tínhamos a possibilidade de fazer mais seis torres, por cima disso.

Entretanto, as coisas passaram-se como se passaram, e nós perdemos o fio à meada disto tudo. Eu sei é que nós deixámos metade da aprovação do terreno feita, ou deixámos o traçado do caminho para a aprovação daquilo — estou a ver se me lembro do nome do homem do Fimes, mas não consigo — quando sucedeu isto do BES.

Esse terreno andou aí, salvo erro com o terreno de Campolide... Quando eu soube da venda disto, fiquei pasmado quando o Tiago me disse que estava tudo vendido, e, curiosamente, é ao mesmo fundo da Matinha.

Eles hoje, aquele grupo, tem a melhor fatia do mercado de Lisboa. Vão fazer o preço que quiserem. Agora, de certeza que esse não desvalorizou também, que esse já está aprovado; não desvalorizou!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Não, esse teve uma mais-valia de 2 milhões. Foi de 140 para 142.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, mas vale mais.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Para 250 000 m<sup>2</sup>, portanto, é multiplicar por 7000 € para ver qual é o valor de comercialização.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada.

Eu queria precisamente perguntar-lhe como é que surge o fundo Fimes Oriente, em 2004.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Com a compra os terrenos da Matinha.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O fundo faz um conjunto de compras. Compra o edifício Batista Russo a si a que empresa, não se lembra? Que empresa é que comprou?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não me lembro, já, mas podemos trazer tudo isso escrito.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O fundo compra também a antiga fábrica de gás da Matinha a si.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O fundo não compra, eu é que já estava no fundo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não. O fundo é constituído e compra estes terrenos.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, e depois nós vendemos ao banco, é isso?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estamos em 2004.

O fundo, em 2004, faz um conjunto de compras: edifício Batista Russo, antiga fábrica de gás da Matinha, terrenos Olivais Norte e Olivais Sul, prédios detidos pelos armazéns da Matinha e um terreno na Rua do Telhal.

Estas cinco compras são a empresas suas.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Na Rua do Telhal?

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — Isso acontece só em 2007, mas foquemo-nos nas outras. E, portanto, todas as compras do fundo Fimes são a empresas suas.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não, eu tinha 55% e o banco tinha 45%.

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — Já lá vamos.

O fundo, quando é constituído, faz um conjunto de compras de ativos, que começa a gerir, e faz essas compras a empresas que estavam na sua posse. Esses ativos eram seus e foram vendidos ao fundo.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não, eu acho que é diretamente ao fundo. Nós já tínhamos o fundo feito, acho eu.

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — É exatamente aquilo que lhe estou a dizer, é exatamente o mesmo: o fundo compra estes ativos a empresas suas.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Tem a certeza que é assim?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu penso que, quando nasce isto, a primeira coisa que eles fazem é logo o fundo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os relatórios e contas do fundo dizem, claramente, as compras que o fundo vai fazendo, e dizem por quanto é que vai fazendo as compras.

Eu só quero saber se as compras foram feitas a empresas suas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Já sei. Aquilo foi comprado mesmo por uma empresa nossa e depois foi passado para o fundo, pelo mesmo preço, ou com um valor residual.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o fundo fez 143 milhões de compras a empresas suas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não. Estava acordado. A empresa era minha, mas era para passar para o fundo. A empresa era minha, mas o dinheiro não era meu. Foi feita a empresa só para comprar aquilo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Depois, o Sr. Luís Filipe Vieira ficou proprietário de 55% do fundo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ficámos com 55% do fundo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E essas unidades de participação foram financiadas com créditos do BES.

Quem eram os restantes proprietários?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Era o BES.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Através de que empresa, não sabe?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Já não me lembro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Era a Rioforte, que era dona dessas participações?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, de certeza que não era.

Enquanto nós estivemos lá, enquanto aquilo foi nosso, a Rioforte não estava lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E que empresas suas é que detinham estas unidades de participação do fundo. A Inland?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Era a Promovalor, ou a Only, ou a Inland. Era uma destas três.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Only é a Only Properties?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2009, a sua dívida é reestruturada, no valor de 52 milhões, e recebe mais 100 milhões de dívida, nesse momento. Mas, desses novos 100 milhões, só usou 60 para pagar dívidas ao BES. O que é que aconteceu ao restante, que recebeu do novo financiamento, em 2009?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas recebi 100 milhões? Quando comprei esses terrenos?...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não, eu já passei à frente, já esclareci esse ponto.

Em 2009, há uma reestruturação de dívida do seu grupo. Já devia 288 milhões, é feita uma reestruturação e recebe 100 milhões de dívida adicional, mas só usa 60 para pagamentos de dívida.

Gostava de saber o que é que aconteceu ao restante.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Foi para o desenvolvimento do negócio.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Também em 2009, documentos internos dizem que, na central de riscos do Banco de Portugal, a dívida associada ao seu grupo era de 1000 milhões de euros. Isto é possível?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não pode ser. 1000 milhões?! Não pode ser! Ainda há dias vinha no jornal que era 740 milhões...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não é ao BES; é dívida à banca era de 1000 milhões, em 2009.



Isto é possível ou é um engano?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não. 1000 milhões é impossível.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Acabou de nos dizer que a participação no Fimes estava na Inland e na Only Properties ou na Promovalor.

Há um documento que diz que, em 2010, reforçou a sua posição no Fimes, através da compra de uma participação na Only Properties.

Que eu saiba, esta empresa já era sua. A quem é que comprou esta participação, em 2010?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu, pessoalmente?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os documentos do BES dizem que, em 2010, comprou uma participação da Only Properties, mas a empresa sempre foi sua.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Do grupo. Minha, pessoalmente, não era.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas era do grupo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Era do grupo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E não teve outros acionistas, a não ser o próprio grupo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, eramos sempre os dois, o BES e o nosso grupo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não terá comprado uma parte da Only Properties ao BES, em 2010.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não faz sentido nenhum. Para eles, os 45% estava certo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu tenho um documento interno que diz que o Sr. Luís Filipe Vieira comprou uma parcela da Only Properties, em 2010, e eu gostaria de saber...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu, pessoalmente?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O seu grupo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas porque é que ia comprar a parcela?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Essa é a pergunta que lhe estou a fazer.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Para responder como deve ser, tem de ser assim, como estou a dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A pergunta que lhe estou a fazer, no fundo, é se a Only Properties sempre lhe pertenceu, ou se tinha outros donos, além...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, sempre nos pertenceu. É essa que dá origem à compra dos terrenos da Matinha, não é?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Que eu saiba, é a Imosteps que dá origem à...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não faça confusão. Nem me fale da Imosteps, por amor de Deus! Isso até me provoca calafrios. Até fico logo com cócegas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu recordo-lhe que a Imosteps já se chamou Armazéns da Matinha.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Oiça, não me fale da Imosteps, por amor de Deus! Não quero ouvir falar desse nome!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É-me irrelevante a sua posição sobre isso.

Em 2009 reestruturou a sua dívida, em 2010 faz novas aquisições, em 2011 tinha uma dívida de 388 milhões, mais o Fimes 44 milhões, e há uma nova reestruturação.

Todos os *spreads*, que eram de 4,5 e de 5, são reduzidos para 3,5 e emite a tal dívida convertível de 160 milhões, que deixa de ser dívida de

curto prazo ao BES e passa a ser dívida de longo prazo, ou seja uma posição de capital bem mais confortável para si e para o banco.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Quem é que foi esse?

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — Isto é de 2011, as VMOC.

Mais uma vez, recebeu 160 milhões em dívida de VMOC e só pagou dívida ao BES de 142 milhões. O resto deste valor?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — O resto deste valor ficou para desenvolvimento, de certeza. Se eu não coleí 160-160...

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — As VMOC, que já aqui foram faladas e que, no fundo, são dívidas de longo prazo, vendem em 2021. Nunca as pagou, acabou de dizer que também não as vai pagar, porque elas vão ser reestruturadas. Como é que elas vão ser reestruturadas?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — O dinheiro todo do BES, que nós recebemos, garanto que está dentro das contas do grupo. As contas estão auditadas, pode ir lá virar tudo ao contrário que o dinheiro está lá dentro. Não tem problema nenhum.

Agora, qual era a outra pergunta?

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — A pergunta é: não pagou as VMOC que foram emitidas em 2011 e o que é que lhes vai acontecer.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O que eu estou a dizer é que as VMOC — já disse isto duas ou três vezes — neste processo todo que está aqui, têm cabimento para ser pagas.

Mais: se porventura não tiverem, vão receber 25% do Verde Lago, que vai valer uns milhões de euros.

Depois, ainda tem outra situação, Sr.<sup>a</sup> Deputada: existe o *master plan*, que estava aprovado, na Barra da Jangada, de 235 ou 253 000 m<sup>2</sup> de construção.

Sabe o que é que isto, às vezes, tem? É que quando as propriedades estão paradas muito tempo, as pessoas desinteressam-se e, depois, não andam atrás daquilo que têm de andar atrás.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos por partes.

As VMOC vencem este ano: vão ou não ser pagas? Não vão ser pagas!

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — As VMOC já estão na reestruturação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — As VMOC não fazem parte da reestruturação do FIAE e não fazem parte da Imosteps, são uma outra coisa e nós não conhecemos essa reestruturação.

Qual é a reestruturação das VMOC, então?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não fazem parte? Estão na reestruturação, estão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não, o fundo que foi criado e que é gerido pela Capital Criativo exclui as VMOC. As VMOC não estão lá incluídas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — As VMOC vão-se converter em capital.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Da Promovalor?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o Novo Banco vai ficar acionista da Promovalor.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É isso mesmo, e é por essa via que vai receber tudo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas todos os ativos do Grupo Promovalor, que nós sabemos, estão sob propriedade do fundo da Capital Criativo, para pagar o resto da dívida do grupo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Claramente que, após o pagamento do fundo, todo o remanescente irá para a Promovalor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Está escrito que, após o pagamento do fundo, todo o remanescente irá para a Promovalor, mas não está escrito para vai servir para pagar VMOC.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Aliás, está dito outra coisa... Mas é para pagar os 160 milhões de euros.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Onde é que isso está escrito?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Há pagamento, após a Promovalor...

Nós vamos entregar o acordo da reestruturação e vimos cá esclarecer isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Novo Banco vai converter essas VMOC, vai-se tornar acionista da Promovalor.

Quando toda a dívida do grupo for paga, através do fundo Capital Criativo, se sobrar dinheiro, irá para a Promovalor, e é dessa forma que o Novo Banco espera poder ser ressarcido dos 160 milhões que investiu.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — E dá.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sendo que, neste momento, a sequer possibilidade de esse fundo criar fundos para pagar a dívida que já lá está já é bastante baixa; quando mais para chegar.

Portanto, o Novo Banco vai ser acionista da Promovalor.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu não percebo como é que vocês ficam tão pessimistas com isto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Porque já se passaram 10 anos e não pagou 1 cêntimo. É por isso que somos pessimistas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O contrato é bem claro: os ativos estão lá e são bem claros. Todos eles têm um valor e não têm o valor que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Roseta disse que desvalorizou.

Eu compreendo o que está a dizer, mas não é assim. Os ativos valem e, mal começarem a desenvolver, vai ver qual é o valor que eles vão ter.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Os ativos têm tanto valor, mas o Sr. Luís Filipe Vieira teve de dar todos em penhor, porque não conseguiu pagar as suas dívidas, que é a contradição que nós temos de enfrentar e compreender aqui.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, oiça uma coisa: eu nunca fugi de ninguém, estive cá sempre! A senhora tem de entender — se não entender isto, não vai entender nunca — que eu vivo em Portugal, não tenho *offshore*, não fugi, cumpri sempre com tudo, fui vítima de uma situação em que não fui eu o culpado, o banco fechou, fui lá, dei a cara e estou a resolver. E vai-se resolver.

Agora, deixem as pessoas trabalhar! Se amanhã apontarem-me uma pistola e me disserem: «Tu tens 30 dias...» Isto é a mesma coisa que eu comprar uma casa, imagine, que é para pagar em 20 anos, e eles chegam ao fim do 8.º ano e dizem-me: «Olha, tens de pagar, senão vais para a rua».

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas é que o contrato da compra da sua casa era só de 8 anos, não era de 20.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não, era de 20!



A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não, era de 8.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não. Mas porque é que está a dizer isso?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Porque todos os seus contratos foram revogados, porque quando chegou a data de pagamento nunca pagou um contrato de crédito. Nunca! Nem um! Foram todos revogados.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu paguei 161 milhões de juros.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Só se esqueceu foi de pagar o capital que pediu emprestado.

Eu só quero perceber uma coisa: o Novo Banco vai deixar de ser credor para, mais uma vez, se tornar acionista de uma empresa sua. É esse o acordo que está feito com o Novo Banco? É só isto que eu quero perceber.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É a única via que tem para receber.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, um dos erros — vamos ser claros — dos bancos, em Portugal, nesta atividade, foi o capital que punham na mão de todos os construtores.

Qualquer coisa, toda a gente queria... Sei como é que os bancos funcionavam. Então, quando foi aquela procura de criar crédito, crédito, crédito; deu-se crédito a toda a gente. Esta atividade que está aqui é de capital intensivo e de longo prazo.

Imagine que nós começamos com um edifício. Ainda estamos a meio, estamos todos entusiasmados e já está o banco a pressionar: «Constrói outro, constrói outro», e é assim que as coisas funcionam.

Deixe lá que eles não me emprestavam dinheiro se eu não fosse credibilizado, se eu não tivesse crédito, da maneira como tinha, da minha vida empresarial, que tive sempre pela frente. Eles sabiam que, alguma vez, aquilo se ia tudo liquidar, não ficava lá nada. E fizeram bons negócios comigo, já lhe digo: o banco fez bons negócios comigo, de certeza absoluta!

Esta atividade imobiliária tem riscos, é verdade, e o banco também tem de ver o risco, às vezes. Tem risco, mesmo a sério. Agora, tem é capital intensivo muito forte e, salvo erro, vamos falar nos últimos 30 anos, dificilmente alguém fazia urbanizações ou desenvolvia 400 fogos com capital próprio; era tudo capital de banco.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos ver uma coisa: desde 2008 que o seu grupo não gera dinheiro para pagar o serviço da dívida, e isso é muito claro nos documentos internos.

São feitas reestruturações e, mesmo depois da reestruturação de 2011, é feita a reestruturação e ainda lhe é dado mais crédito para entrar no negócio do Brasil.

E eu queria saber se alguma vez contactou com o fundo Doyen para participar consigo nos negócios do Brasil.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso é mais uma falácia!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas conhecia o Sr. Nélio Lucas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Conheci-o no mundo do futebol.

O Benfica fez um negócio e comprou um jogador através dele, Alan John. Único negócio. De resto, nunca tive nenhum negócio com o Nélio Lucas, e não tenho nada contra ele, mas o modelo de negócio que ele tinha é que nós não tínhamos interesse.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E nunca ponderou ter negócios com ele?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Negócios, não. Nunca fiz nenhum negócio com ele.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a hesitar, porque tenho aqui um documento do BES e da Promovalor, em que é analisada a entrada do Grupo Doyen nos seus negócios do Brasil.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nunca tivemos negócios com ele, acredite nisso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas estou-lhe a dizer que tenho um documento, em que essa possibilidade existe.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu sei o que é que é capaz de ter.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Já agora, se me der dois segundos.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não era com ele, era um turco... Veja lá se não está assinado Almerindo Duarte, até.

Veja lá se não é Cabo Frio.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É o seguinte: «Espírito Santo Investment Bank, documento de trabalho, Promovalor. Ponto de situação, 7 de junho de 2003, Grupo Doyen.

Na sequência dos contactos promovidos com a Doyen, está em discussão a minuta do memorando de entendimento para a participação em diversos projetos, nomeadamente na Verde Lago, em Portugal, Barra de Jangada, em Cabo Frio, no Brasil, estando a ser discutidas as formas de participação e o custo de entrada nos projetos. A parceria pode tomar a forma de aquisição de 50% dos direitos de cada projeto, entrega na fase de construção, etc., etc.».

Portanto, não só havia contacto, como havia um memorando de entendimento e uma hipótese bastante sólida de entrada nos projetos.

Cabo Frio, não sei o que é. Sei que isto é um documento da Promovalor, em que analisa as hipóteses de internacionalização e tem um subcapítulo sobre o Grupo Doyen, aquele que me disse que nunca ponderou ter...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ele só teve relação connosco por causa de Cabo Frio. Nem me lembro dessa brincadeira, mas nunca, nunca. A Verde Lago era impossível.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não teve um memorando de entendimento assinado com ele?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Verde Lago era impossível para nós!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ou outro, no Brasil.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu vou-lhe dizer porque é que Verde Lago era impossível.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não lhe estou a perguntar porque é que era impossível.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas espere!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Repare, eu não quero saber porque é que era impossível. Eu quero saber se teve algum contacto ou negócio com este grupo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nunca tive contacto, nesse aspeto. Só se foi o meu sócio Almerindo, mas duvido que tivesse.

Eu vou-lhe dizer porquê... Deixe-me só acabar, que é para perceber porque é que estava aí Verde Lago. A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou em Verde Lago, não falou?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Falei porque li; não porque me interesse.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu recusei uma proposta de 100 milhões de euros por esse terreno, a um cliente do Banco Sabadell, que vinha através do Filipe Pinhal, porque era o projeto que o meu filho adorava — aliás, é aquele que está a ser desenvolvido agora e que foi para a Only.

Por isso, o que estiver aí só se foi o meu sócio, em algum encontro que teve com ele e falou. Agora, onde eles podiam estar e, é verdade, falaram, foi em Cabo Frio — até foram lá com um avião —, que era um desenvolvimento grande de um projeto. Esteve lá com o meu sócio, mas nunca se chegou a fazer nada.

Era difícil fazer também com eles, porque não era com o Nélio Lucas; o Nélio Lucas aparecia, mas quem era o dono da empresa era um turco, não era o Nélio, e acho que não era através da Doyen, era através de outra empresa imobiliária que eles tinham.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, para terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Para terminar, queria saber como é que era feita a sua relação com o BES e que contactos é que tinha.

Há um facto — que já foi publicitado — em 2013, em que o Sr. Luís Filipe Vieira e o Dr. Almerindo Duarte convidam o administrador António Souto, o administrador Morais Pires e Bernardo Espírito Santo para ir ver a final da Champions, em Inglaterra. Voo privado, estadia no Sheraton, almoço, tudo pago, juntamente com uma delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, onde havia negócios, e da Câmara de Vereadores da Prefeitura do Rio de Janeiro, juntamente com a família Vieira — é assim que está descrito no *e-mail*.

E, portanto, gostaria de lhe perguntar: quem é que pagou as despesas desta viagem, se era normal um cliente convidar membros da administração

do banco para uma viagem de luxo destas, e se também era normal convidar responsáveis políticos dos negócios do Brasil para, em jato privado, ir ver a final da Champions, com estadia em hotel de cinco estrelas em Londres.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Com a administração do BES, viajei. Do Brasil, não sei. Com a administração do BES viajei mais que uma vez, até, e a convite deles.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Neste caso, foi a seu convite, por isso é que eu perguntei quem é que pagou.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A meu convite, numa final da Liga Europa? Em que ano é que é?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — 2013.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — 2013. E o convite está assinado por mim?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O convite está assinado, pelo menos nos *e-mails* a que tive acesso, pelo seu sócio, Almerindo Duarte.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, pronto. Então, já estou a perceber. Foi o meu sócio.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, já agora, diga-me só...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É natural que ele fizesse isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que eu quero saber é quem é que pagou e se confirma que esteve numa *box*, no estádio do Wembley, a ver este jogo com uma delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Câmara de Vereadores da Prefeitura do Rio.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — De certeza que quem pagou foi a empresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A Promovalor?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim. E eu não devia estar... Nesse jogo, eu não estava. Se estava com o Benfica, não estava com eles, de certeza.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É porque diz aqui, e isto são *e-mails* que, entretanto, circularam, alguns jornais tiveram acesso a eles...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas qual é a maldade que há nisso?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... que a *box* estava reservada.

Repare: quem tinha negócios no Rio de Janeiro não era eu, era o Sr. Luís Filipe Vieira; quem convidou os responsáveis políticos que estavam a discutir os terrenos que não podiam ser construídos, porque estavam numa reserva natural da Barra da Tijuca e que foram trocados por direitos de construção, não fui eu, foi o Sr. Luís Filipe Vieira e o Dr. Almerindo.



Então, a pergunta que lhe faço é se se lembra de ter estado numa *box*, num estádio em Inglaterra, a ver a final da Champions com políticos brasileiros.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não, na Champions de certeza que não estive.

Mas deixe-me dizer que esse terreno não foi só para a Imosteps. Aquilo foi para mais sete pessoas.

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — Está a desviar-se do ponto.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não, estou a dizer-lhe...

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — O ponto é se estive com os políticos brasileiros, ou não, a ver o jogo de futebol.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Diga?

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — O ponto é se estive com os políticos brasileiros a ver o jogo de futebol.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não, duvido que estivesse com os políticos brasileiros. Se fosse do Benfica, era capaz de estar. Mas no Brasil?

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — Não foi no Brasil, foi em Inglaterra.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Está à vontade, não tem problema.  
Eu também tenho tempo.

O Sr. **Presidente**: — Aqui quem é o Presidente sou eu.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ai é?

Mas também já está na reta final, Sr. Presidente. Isto também...

O Sr. **Presidente**: — O senhor é o Presidente do Benfica.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu posso ficar a repetir, porque na verdade estou sempre a repetir o mesmo.

Há uma final da Champions no estádio do Wembley e há uma delegação que é convidada pela Promovalor para ir, de voo privado, para ver esse jogo de futebol, e nessa delegação estão membros do Governo de Estado do Rio de Janeiro e da Câmara de Vereadores de Prefeitura do Rio.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Qual é a pessoa do Governo que está?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sei lá qual é a pessoa do Governo.  
É uma delegação.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas quem é que são?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isso responda-me, porque não fui eu que estive na *box* com eles.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas eu não sei quem são. Está a dizer que está uma delegação do Governo brasileiro... Se estiverem três brasileiros num avião... São do Governo?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, deixe-me simplificar: foi com brasileiros ver o jogo de futebol? É que isso já nos aproxima da realidade.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É, fui. Mas garanto que não são do Governo, com quem eu fui.

O Sr. **Presidente**: — Está respondido, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Garanto-lhe que não são do Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não são do Estado do Rio de Janeiro, quem foi.

O Sr. **Presidente**: — Está respondido, muito obrigado.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Luís Filipe Vieira, uma das imagens que utilizou...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Vocês dão cabo da minha cabeça.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — ... no início desta audição, e que foi repetindo, era a ideia do elevador, que chegou ali um momento, quando cai o BES, e que é como um elevador que cai e vai tudo por aí abaixo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, pois foi, foi!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A verdade é que o elevador caiu também porque, se calhar, teve muita carga e houve muitos negócios, com pouca sustentação, que foram sendo carregados. Não só o seu, mas os de outros empresários, e que foram carregando esse elevador. Depois, quando caiu, toda a gente diz: «Bem, eu estava no elevador e o elevador caiu», mas o que é facto é que a carga, se calhar, já era muita.

Bom, mas eu queria voltar à da reestruturação de 2017 e do fundo que foi constituído.

Eu acho que há aqui um contraste entre a sua confiança de que o fundo vai remunerar não só a participação do Novo Banco, como os próprios VMOC, com aquilo que disse que a atividade imobiliária é muito incerta, ou nada é certo na atividade imobiliária, como também aqui já disse.

E, se nada é certo, a verdade é que se isto não correr bem, se alguma coisa não correr bem nestes negócios imobiliários, e não é a primeira vez, nem é a primeira vez nestes imóveis em concreto, a verdade é que o Novo Banco ficou na mesma.

Quando o Novo Banco vende o fundo, em termos de risco, fica na mesma: fica com os créditos todos lá e com os ativos e, portanto, não reduziu o seu risco, mas esta é também uma opção do Novo Banco.

A minha pergunta é como é que, nesta operação, em que se faz este fundo, que detém os créditos e os ativos da Promovalor em relação ao Novo Banco, se conseguem condições muito mais favoráveis, nomeadamente: não só o reforço de 23 milhões de euros de financiamento, a redução do *spread* para 0,5% — há pouco, referia que não havia perdão de juros, mas uma redução do *spread* para 0,5% não é para toda a gente —; o pagamento só de juros e só uma vez por ano; o capital ser pago todo no fim; e, por fim, a isenção de todas as comissões de serviço, que também é uma coisa que qualquer outro tipo de empréstimo não tem.

A minha pergunta é: como é que se conseguem este tipo de recursos?

Queria também perguntar se foi feita alguma avaliação dos ativos imobiliários do Grupo Promovalor, no quadro deste processo de reestruturação dos ativos da Promovalor no Brasil, Moçambique e Espanha. O Novo Banco fez alguma avaliação desses ativos?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Sobre a taxa de juro, 96%, como devem imaginar, são do banco. Por isso, o banco, tudo o que fizer abaixo, é para eles... Eles são detentores daquilo a 96%. Não tem problema nenhum.

Sobre a carga do elevador, eu vou dizer-lhe: este fundo tem, na realidade, possibilidade, porquê? Porque tem todos os projetos aprovados, exceto um de Espanha, penso eu, que não vai resultar.

Um dos graves problemas que nós temos, neste País, é que demoram cerca de 10, 11 anos para aprovar um projeto. O problema deste País, é esse!

Por isso é que, por vezes, os empresários pagam uma fortuna, compram o terreno e passado... Olhe, o Verde Lago deve ter demorado mais

de 12 anos a aprovar. Foi bem à vontade mais de 12 anos! É só ver quando é que eu o comprei. Demorou mais de 12 anos!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, os projetos estão todos aprovados, ou não estão todos aprovados?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Quinta do Cochão está aprovado, Parque do Oriente está aprovado, Santa Luzia está aprovado, Quinta dos Fidalgos está aprovado. Estão todos aprovados.

Aqui só há um, da Luz Tavira, que não está aprovado, um do Algarve que também não está aprovado.

Mas estava eu a dizer-lhe: a carga do elevador, às vezes, é essa: sofremos bastante, precisamente com isso, com o atraso na aprovação dos projetos.

A Matinha há quantos anos foi comprada? 2004. Veja bem quantos anos é que demorou para ser aprovado.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Olhe que não é mau; em Lisboa isso não é uma má média.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, não, não...

E há lá um que ainda não está aprovado, atenção.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Luís Filipe Vieira, referiu agora, na sua resposta, que há um projeto em Espanha que não vai resultar.

Pergunto-lhe se nos sabe dizer qual é a perda que vai resultar desse projeto.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Segundo o que o Nuno me disse, é uma perda significativa.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E o que é que é...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Porque aquilo estava ligado a um condomínio, ali existente, turístico, e esse condomínio fechou. Ora, não faz sentido, pois aquilo era uma extensão desse condomínio.

Se fechou... Ele também me contou isso, foi ele que me contou isso. Fechou, vai ter uma perda grande.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Uma perda grande quer dizer quantos milhões que vão ser suportados pelo erário público?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Só no fim é que poderá saber isso.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas o que é que é, para si, uma perda grande?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não sei quanto é que tem a perda dele.

Não sei se ele me quantificou quanto é que era a perda. Só me disse que o terreno de Espanha, que é até engraçado, não vai dar para fazer nada, porque o projeto que estava lá, turístico, faliu, fecharam aquilo tudo e, então, não fazia sentido nenhum estar a desenvolver o outro projeto.

Agora, eles podem é criar uma área de construção ali. Mas, depois de construir, quem é que vai lá comprar?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O que é facto é que pelo menos este projeto já está garantido que dá perdas.

Há um projeto que também referiu há pouco, penso que em Tavira, que também não está aprovado.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas esse vai ser aprovado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Vai ser.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O Luz Tavira vai ser aprovado e vai ter mais de 50 000 m<sup>2</sup> de construção.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O que é facto é que o senhor, há bocado, disse uma coisa que é verdade: é que a atividade imobiliária é uma atividade em que nada é certo.

Portanto, nós não temos nenhuma certeza de que haja uma recuperação destes valores que remunerem a participação do Novo Banco no fundo e, ainda para mais, os VMOC de 160 milhões que também só serão remunerados se tudo correr na melhor das hipóteses.

Eu fiz-lhe também outra pergunta, que era...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Posso só aqui interromper?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, diga.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sabe há quantos anos o fundo foi feito?



O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — 2017?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O que é que o Novo Banco fez, para desenvolver aquilo?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Responda à pergunta. O que é que fez?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nada!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nada?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nada!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, considera que o Novo Banco está a gerir de forma errada.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não está a gerir.

Ele tem um fundo, sabe que tem 94% do fundo, sabe que o fundo precisa de capital, os projetos estão aprovados, têm que andar para a frente. Se não põe lá dinheiro, o projeto está parado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, como é que pode ter tanta certeza de que esse dinheiro vai ser recuperado?

Se o Novo Banco está a gerir dessa maneira, como é que pode ter essa certeza de que, de facto, vai haver uma recuperação?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, eu estou a dizer: face ao que está aprovado aqui, face aos preços que existem hoje no mercado...

Eu disse, ainda há bocado: têm que ser desenvolvidos os projetos. Só desenvolvendo os projetos é que vai ter mais-valias. Os terrenos, em si, se não forem desenvolvidos, não vão valer esse dinheiro.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sabe que nós, no outro dia, tivemos aqui uma pessoa que nos disse que um banco, se quiser mandar uma empresa abaixo, a única coisa que tem de fazer é não atender o telefone — isto foi dito aqui por um dos depoentes.

O senhor diz que o Novo Banco está há três ou quatro anos sem fazer nada relativamente a este fundo.

Eu pergunto-me se, com esta reestruturação, não pode acontecer uma situação em que o banco, chegando a determinado momento, simplesmente decida que é mais vantajoso não desenvolver nada e imputar esses custos aos contribuintes do que desenvolver o projeto. Acha que isso é uma possibilidade?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu já lhe disse, não sei quem é que fez um contrato desses que seja preciso as pessoas estarem lá a carregar dinheiro, todos os dias, numa camioneta de dinheiro quando as coisas não são desenvolvidas...

Quer dizer, eu acho que aqui, neste caso concreto, é tão evidente, dada a localização dos terrenos, os preços que têm no mercado, que eu acho que eles têm de ser desenvolvidos rapidamente.

Tem de ser, não vale a pena! Nós não podemos andar a fugir disto.

Parece que, agora, já houve um financiamento pedido de 10 milhões de euros. Já lá está há um ou dois meses, o pedido de financiamento e parece que vai arrancar.

Agora, se calhar, o banco tem outras prioridades. Não sei quais são as prioridades que o banco tem, não é? Mas acho que vão começar a olhar para ele. Se eles financiarem já este projeto de Alverca, de certeza que estão a olhar já para ele, não é?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Entenda que, aqui, a nossa preocupação é sobretudo ver este valor recuperado, porque sabemos que, se não houver recuperação de valor, quem vai meter dinheiro são os contribuintes.

Portanto, por isso, estamos interessados em perceber exatamente que garantias é que existem de que haja uma recuperação. Ao que parece, a confiança de que se vai recuperar, de facto, esses valores, não é assim tanta, porque há muitas formas de o banco impedir esse desenvolvimento.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas isso cabe ao banco decidir.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim, mas também estamos aqui para apurar essa responsabilidade do banco.

Relativamente à pergunta que lhe fiz: antes da constituição deste fundo, foi feita uma avaliação dos ativos imobiliários do Grupo Promovalor no Brasil, em Moçambique e em Espanha com uma validação por parte do BPI e do Novo Banco? Sabe dizer-nos se foi feita estava avaliação?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A avaliação de todos os ativos foi feita pelo Novo Banco.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Eu já não tenho mais tempo, mas queria fazer uma última pergunta.

Nós fizemos esta audição sem ter acesso à auditoria especial que está a decorrer ao Grupo Promovalor, mas as perguntas que lhe quero fazer são as seguintes: em que ponto é que está esta auditoria? O que é que lhe tem sido pedido de documentação? Que esclarecimentos é que quem está a fazer a auditoria lhe está a colocar? Como é que a Promovalor está a encarar esta auditoria?

Porque, de facto, só quando tivermos esta auditoria é que podemos ter respostas mais concretas às questões que temos levantado aqui ao longo desta audição.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É bom que façam essa auditoria, sim. Estão a fazê-la, já? Eu não sei de nada, nunca ninguém falou comigo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nunca o abordaram?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Até agora, não teve nenhum contacto da BDO, em torno desta auditoria?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Nenhum.

Mas há uma coisa que lhe garanto: podem levantar um erro ou outro de gestão, mas criminalmente de certeza que não tenho lá nada; nem eu, nem os meus sócios. Nem desvios de dinheiro — isso posso eu garantir-lhe.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não, esta auditoria não é desse foro.

No entanto, é importante para esta Comissão, ficarmos aqui com o registo que, até agora, esta auditoria ainda não deu nenhum passo para começar a perceber exatamente o que é que se passou no Grupo Promovalor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, relativamente a essa auditoria, a informação que eu tenho é que ela foi pedida à BDO, ainda não foi entregue, nem ao Novo Banco, nem ao Fundo de Resolução, mas, a breve trecho, ela será entregue, porque está a terminar.

É esta a informação que eu tenho.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, permita-me: está a terminar, mas o que o Sr. Luís Filipe Vieira disse é que nem sequer começou.

O Sr. **Presidente**: — Eu percebi, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada.

Eu creio que a auditoria é ao Novo Banco e ao processo de reestruturação feito pelo fundo, daí não o terem contactado. Deve ser essa a lógica, suponho eu.

Disse-nos que, quando o BES foi resolvido, isso foi como cair de um elevador e que, a partir daí, as coisas começaram a correr mal.

Consegue dizer, com factos, o que é que mudou, a partir do momento em que o banco foi resolvido? O que é que mudou para o seu grupo? Na sua relação com o BES/Novo Banco, o que é que mudou?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ficou parado tudo.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Parado, como assim?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Então, se chegaram lá, apoiaram-me em dois projetos só, o resto não apoiaram, fizeram o fundo... Eu não tenho uma relação com o BES.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos lá ver, o banco não fez o fundo em 2014; o banco fez o fundo em 2017.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Em 2017, acabámos Moçambique, acabámos a Quinta do Adarse, que vendemos, pagámos toda e demos-lhes o dinheiro todo. De resto, não houve mais nenhuma relação com o BES.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas, desde a resolução do banco, até 2017, o banco continuou várias linhas de financiamento e aumentou-lhe várias linhas de financiamento. Certo?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ah, por causa do Brasil.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por causa do Brasil, por causa de Moçambique, por causa da tesouraria, por causa de várias outras coisas.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Por causa de quê? De Moçambique?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos lá ver, em 2014...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, deixe-me só dizer: Moçambique tem a ver com os escritórios, não tem a ver com a habitação, pois a habitação foi quase toda vendida por nós e, praticamente, nós nem recorreremos a crédito nenhum.

A responsabilidade que existe hoje, que está no fundo, sobre Moçambique, se alugarem, vale o dobro. É só qualquer coisa como o melhor edifício de Moçambique.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Aquilo que nos tem estado a dizer — e já aqui foi dita essa teoria — é que: os terrenos, tal como estão, sem nenhum projeto para os desenvolver, de facto, não chegam para pagar a dívida, mas, se houver dinheiro para fazer projetos e para os desenvolver, consegue pagar-se a dívida. É isto que percebi?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O que eu disse foi o seguinte: os projetos estão aprovados, mas é preciso dinheiro para os desenvolver.

Ou é o banco, ou o banco tem alternativa, que, no fundo, existe esta cláusula, de dizer que não financia e permite que deixe hipotecar esse mesmo terreno que está dentro do fundo para terem financiamento.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas aquilo que eu lhe estou a dizer é que, ao longo dos últimos 10 anos, várias vezes o banco foi financiando esses projetos. Até 2017, isso aconteceu sempre, não aconteceu?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, só pontualmente.

Não deve ser muito dinheiro. Foi a Quinta do Aqueduto, que nós acabámos e liquidámos sempre...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A Quinta do Aqueduto foi uma linha de 18 milhões de euros.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Está todo liquidado.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas foi o reforço de 2 milhões de euros, os 16 milhões já existiam.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas foi liquidado tudo da Quinta do Aqueduto.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Brasil, 16 milhões de euros?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O Brasil foi para o acabamento do hotel do Brasil.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Moçambique?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Quanto é que está em Moçambique?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — 26,5 milhões de euros.



O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — São os escritórios, porque para o edifício não foi preciso. Tudo o que havia, ele abasteceu-se a ele próprio.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mais um financiamento de reestruturação, 8 milhões de euros, e mais um empréstimo de tesouraria, 11 milhões de euros.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — 2 milhões de quê? Reestruturação de quê?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — 8 milhões de euros.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas reestruturação de quê?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E, em dezembro, houve um financiamento de 12 milhões de euros para apoio de tesouraria, por 90 dias.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — De que ano é que é isso?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — De 2014, após a resolução do banco. Foi no segundo semestre de 2014.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Então, foi tudo para acabar o hotel que existia para construir.

Vou dizer porquê: eles nem ordenados de pessoal pagavam, era eu que pagava.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A empresa também era sua, não é?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, mas espere, que aquilo era uma coisa caricata: nós tínhamos de apresentar as faturas para eles liquidarem.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu só lhe estou a dizer isto, porque a ideia de que o banco lhe cortou por completo todo o tipo de financiamento, logo mal foi resolvido, não é verdadeira; o banco continuou a financiar e a reestruturar...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Talvez não na mesma dimensão, é verdade, mas quer dizer, também nesta dimensão...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Aquilo foi gradual, o que eles foram cortando, até chegar, precisamente, àquele célebre dia de 2015.

Mas posso dizer-lhe que o apoio que eles davam — lembro-me perfeitamente — nós, praticamente, entregávamos uma listagem de faturas que eram para pagar, tínhamos de dizer de que empreendimento é que era e, só após isso, é que eles liquidavam, e todo o dinheiro que vinha de escrituras ia todo para eles.

Bom, e com toda a razão: o dinheiro era do banco, não podia fazer mais nada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — As pessoas com quem negociava no Novo Banco, depois da resolução, houve alterações ou não?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Houve, muitas. Havia pessoas que eu nem conhecia.

O Novo Banco foi o Dr. Vítor Fernandes, foi só com ele.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas sempre?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, e há uma pessoa que vinha do BES, o João Castro Simões, também, mas não foi com mais ninguém.

Depois, tive uma conversa com o presidente do banco, um dia, casualmente, não foi mais nada do que isso, mais ninguém.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A empresa chamada Only Properties, diz esta informação, que é muito confusa, portanto admito que ela possa não ser completamente precisa, o seguinte: «No decurso do mês de maio de 2010, o grupo adquiriu uma nova posição no capital da Only Properties e isto permitiu-lhe ficar com a maioria do Fundo Imobiliário de Investimento Fechado, Fimes Oriente».

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não podíamos ter.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi isto que, há bocado, disse que não tinha acontecido.

Eu queria a precisão, porque é esta a informação que nós temos.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a única precisão que eu tenho daquilo é o seguinte: eles não queriam consolidar, não podiam consolidar, então nós ficámos com 55% e eles com 45%.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas quando é que isto aconteceu?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sei que termina assim. Agora, se foi por fases ou não... Mas nós tivemos sempre mais do que eles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas porque eles não podiam consolidar. «Eles» é o BES?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, tem a palavra.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Luís Filipe Vieira, vou, nesta segunda ronda, aproveitar para lhe fazer a segunda pergunta que os portugueses mais querem saber, sendo que, obviamente, a primeira é como é que se gastam 100 milhões de euros numa época e se fica em terceiro lugar.

A segunda pergunta mais interessante é: o que é que isto nos vai custar?

Veja lá se estamos a fazer bem as contas. Há 160 milhões de euros de VMOC, que estão fora do fundo e que já ouvi aqui duas versões,

relativamente ao seu futuro: uma, que vão ser reestruturadas na sua duração, ou seja, só serão convertíveis não em 2021, em agosto, quando se vencem, mas talvez dois ou três anos para a frente; outra, como disse há bocado, que iam ser convertidas de certeza e passar o Novo Banco a ser diretamente acionista da Promovalor, SGPS. Qual das duas é a correta?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Os dois ou três anos é por causa do estado de pandemia. É o fundo que existe hoje, não é? Não tem nada que ver com o empréstimo obrigacionista, que é este ano que se vence e é este ano que se vai processar esta operação.

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Por acaso, falou nisso dos dois ou três anos quando estávamos a falar das VMOC.

Mas ficou claro, portanto, que há 160 milhões de euros de dívida que está na mão do Novo Banco, que vai passar a ações da SGPS a partir de agosto.

Segunda tranche grande: 55 milhões de euros, Imosteps. Eu sei que não gosta de ouvir falar da Imosteps,...

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Dá-me um calafrio.

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — ... veio parar-lhe ao colo, não gostava nada, mas aceitou, porque o Dr. Ricardo pediu não sei o quê e o Dr. José Gouveia disse-lhe que tinha a sua assinatura lá no aval... Enfim, aceitou uma coisa de 55 milhões. Eu, se alguém me entalasse com 55 milhões, não estava aqui tão tranquilo.

Mas o que é que vai acontecer a esta dívida? Como é previsível que ela seja repaga?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Como?

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Sim, o banco tem 55 milhões...

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Mas...

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Mas tinha o aval seu.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Mas eles já me deram o aval. Não está perceber. Vamos lá ser claros nisto: o banco...

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — *Okay*, pronto, está a dizer-me que os 55 milhões já voaram todos.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Eles deviam ter feito...

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Quer dizer, não voaram os 4 milhões que foram pagos no Nata 2.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Não foram 4, foram 8 milhões.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Não, o banco só recebeu 4 milhões.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ai, eu com 4 milhões...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Portanto, este, pelo menos, os portugueses já não têm dúvidas que já perderam 51 milhões, se isto estiver nas contas — e está — do capital contingente.

Terceira grande tranche: é todo o conjunto de passivos e outros valores que passaram para o Fundo de Promoção e Turismo, este fundo especial de reestruturação, no total de cerca de 219 milhões de euros que, na versão no Dr. Nuno Gaioso, não tem grande hipótese de ser recuperado, e, mais, tem um grande incentivo para se desfazer destes ativos depressa, segundo as próprias palavras dele.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Ele disse que tinha pressa?...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Ele diz que tem incentivo a resolver as situações depressa, em primeiro lugar, porque o fundo, não tendo uma duração legal, tem uma duração nocional, estes fundos têm de estar resolvidos entre os seis e os oito anos e já passámos metade desse prazo, e, em segundo lugar, a forma de ser remunerado tem mais que ver com a velocidade de resolver as situações do que com o valor com que se resolvem as situações.

Temos de um lado a gestão do fundo, o Capital Criativo, o Dr. Nuno Gaioso, na qualidade de presidente dessa entidade gestora, a dizer que o fundo não é provável que chegue a conseguir recuperar todo o valor

contabilístico do que lá foi metido, e temos a sua versão, que é a de se continuarem a investir e se aguardarem um pouco mais do que os seis ou oito anos, que estão previstos para a duração do fundo, não só vão buscar isto tudo, como ainda vão buscar dinheiro para remunerar as ex-VMOC que, na altura, já hão de estar convertidas.

Qual é a probabilidade de assistirmos a qualquer um destes cenários?

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — O cenário foi aquilo para que foi feito: é para recuperar na totalidade, porque é bem evidente que são ativos que estão limpos, são ativos que facilmente são exequíveis, todos, e bem situados.

Agora, eu não ouvi o Nuno Gaioso dizer isso, ou, então, não compreendi bem o que ele disse. O Nuno Gaioso disse é que havia um ativo que, se calhar, tinha de ser desmobilizado para criar liquidez e que iriam ou já tinham pedido mais prazo, face ao estado da pandemia, para a construção.

Porque nós tínhamos agora, salvo erro, para o ano ou para o outro ano, já uma primeira tranche de 40 milhões de euros para pagar.

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — É em relação à duração prevista do fundo que estamos a falar de reestruturação ou de renegociação de mais dois ou três anos de prazo.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Sim, mas há aí qualquer coisa que está mal, porque ele disse-me que pediu financiamento ao banco para começar com Alverca.

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Não falou nisso aqui, devo dizer-lhe.



Também não lhe foi perguntado diretamente, mas...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Disse que pediu, há um mês, um financiamento para Alverca, para começar as infraestruturas, de 10 milhões de euros.

E se for assim... Ali, a única coisa que o banco pode avaliar é se vale a pena fazer as infraestruturas todas de uma vez só e construir aquilo por fases ou numa única fase, porque existe mercado, mas isso vai depender da capacidade do banco de dizer sim ou não, não é?

Mas sei que o Nuno pediu 10 milhões de euros para começar as infraestruturas de Alverca.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo (IL)**: — No pressuposto da conversão das obrigações VMOC, este fundo tem 380 milhões de euros de valor para gerar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O valor é 380?

Então, temos aqui as contas, fazemos rapidamente.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo (IL)**: — Está bem.

Esta é a parte mais importante desta audição, para mim.

As pessoas, em casa, ou quem ouvir o resumo, podem olhar para a situação da Promovalor como outros devedores — não estamos aqui a isolar o seu caso, embora tenha contornos particularmente interessantes — e dizem: da exposição que este devedor teve ao BES e depois ao Novo Banco, já falámos da Imosteps e 50 e tal milhões já foram, porque sim, e há de se apurar responsabilidades, isso não é para aqui, hoje; do resto há 380 milhões

que estão em risco e depende, sobretudo, da capacidade de esperar, de tempo, coisa que, quer nos incentivos dados ao gestor do fundo, quer naquilo que está previsto para a gestão do próprio Novo Banco, não está sequer a ser previsto.

Tudo isto tem um incentivo grande para ser resolvido rapidamente, e os portugueses têm o direito de saber que a pressa, nestes casos, pode custar muito dinheiro ou, então, proporcionar bons negócios a outros.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Eu vou dizer-lhe uma coisa.

A construção ou é desenvolvida no *timing* certo ou, então, temos problemas. E nós, felizmente, ao longo dos últimos anos, tem sido uma alavancagem fantástica.

Os preços não baixam, pelo contrário, estão todos a subir sempre, em termos de imobiliário, por isso, o que é importante, neste momento, é arrancar com o primeiro e, depois arrancar com o segundo e começar a gerar mais-valias para entrar dinheiro. É o que é preciso!

Estão aqui, praticamente, 2000 e tal fogos para fazer. É fazermos contas, só! Temos no Algarve... Isto fora o hotel, fora o edifício de Maputo, ainda tem mais terrenos em Maputo... Aliás, está lá um que tem 150 000 m<sup>2</sup> aprovados para 150 apartamentos.

**O Sr. João Cotrim de Figueiredo (IL):** — Talvez não seja mais importante ver exatamente quanto é que podemos vir a esperar recuperar de tudo o que aqui está.

Pessoalmente, já certamente fez alguns cenários, pelo que lhe pergunto: a partir de que ponto de realização de dinheiro no fundo é que a Promovalor começa a ganhar com esta operação?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A partir de...?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — A partir de que nível de valorização e de realização dos ativos que estão dentro do fundo é que a Promovalor começa a ganhar?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A Promovalor só começa no fim.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Eu sei. Por isso é que eu pergunto quanto é que tem de estar gerado de valor para a Promovalor começar a ganhar.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O que sobrar, olhe, o que vier a sobrar.

Mas eu vou dizer-lhe, com toda a honestidade: isto, se eles arrancarem... Pronto, agora tenho de falar com o Nuno para saber se sempre arrancaram já com Alverca ou não e arrancando com Alverca, é um bastião fortíssimo para arrancar e depois logo de seguida com o outro, de cerca de 102 000 m<sup>2</sup>... É que aquilo está numa zona que se vende bem.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Eu já percebi.

Era só para ver quanto é que dos 380 milhões de euros que vão estar, a partir de agosto, dentro da esfera da responsabilidade do Novo Banco e, portanto, potencialmente, do contribuinte, é preciso recuperar até que a Promovalor fique...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Quanto é que precisa de recuperar? Tem de recuperar todo, ou não é?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Certo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Tem de recuperar todo.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Muito bem.

Tenho duas questões finais, Sr. Presidente.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Tem de recuperar o dinheiro todo, por amor de Deus!

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Como é que estão as suas relações com o Almerindo Duarte?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Com?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — O Almerindo Duarte. Continua a ter negócios com ele?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não.

Ele agora foi operado à vesícula e tudo, andou ali um bocado mal...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Portanto, não tem negócios com ele.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, negócios com ele, neste momento, não.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Muito bem, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu irei continuar com a nota informativa do Banco de Portugal.

Relativamente aos VMOC, eles foram emitidos em 2011, 70 milhões de euros pela Inland e 90 milhões de euros pela Promovalor.

Se estes valores não forem pagos no primeiro prazo definido, que era 2021 — e já nos transmitiu que houve uma reestruturação e foi prolongado o prazo por mais dois ou três anos —, ou seja, caso a Promovalor não cumpra a sua obrigação, isso significa que o Novo Banco passará a deter 63% do capital social da Inland e 66% do capital da Promovalor.

Portanto, por esta razão é que o Novo Banco decidiu provisionar a 100% os 160 milhões de euros dos chamados VMOC, significando isto que o Novo Banco não espera recuperar 1 cêntimo, ou seja, não acredita que a Promovalor vá pagar.

Parte destes 160 milhões de euros, ou a sua totalidade, já foram declarados contabilisticamente como imparidades, o que significa que, numa das chamadas de capital do Novo Banco ao Fundo de Resolução, provavelmente em 2017 e 2018, foi para compensar estes 160 milhões de

euros, ou parte deles, por isso é que dizemos que parte da dívida da Promovalor ao Novo Banco foi suportada pelos contribuintes.

Quanto à Imosteps, que foi vendida através do Nata 2, a diferença entre a receita que gerou e a dívida da Promovalor respeitante à Imosteps ao Novo Banco, de 54,5 milhões de euros, essa diferença também vai ser «imparizada», ou seja, vai ser coberta pela chamada de capital ao Fundo de Resolução, ou seja, serão os contribuintes a suportar essa diferença de valor.

Depois, sobram os cerca de 218 milhões de euros do fundo de que temos estamos aqui a falar este tempo todo, fundo esse que, como sabemos, não está a cumprir os seus objetivos, ou seja, o próprio Novo Banco, segundo a penúltima auditoria da Deloitte, diz-nos que o Novo Banco já teve de registar perdas desse fundo, pelo que parte da última chamada de capital ao Fundo de Resolução, ou seja, com o apoio do Orçamento de Estado, porque há empréstimos do Orçamento de Estado ao Fundo de Resolução, já foi para suportar perdas deste fundo.

Portanto, a auditoria especial que foi decidida pelo Banco de Portugal e foi encomendada à BDO, é para que seja feita uma análise profunda à reestruturação da dívida da Promovalor.

O que está aqui em causa, para o Banco de Portugal, é este plano de negócios que deu origem a este fundo.

O Banco de Portugal, nesta nota informativa, como eu já tive ocasião de recordar na minha primeira intervenção, lança muitas críticas a este plano de negócios e, não se deixando convencer por ele, porque, recorde, este fundo foi criado um ano antes desta nota informativa do Banco de Portugal, refere que o fundo não está a cumprir os seus objetivos, ou seja, não cumprindo gera perdas e gerando perdas é chamado o Fundo de Resolução, ou seja, o dinheiro dos contribuintes.

E aqui a questão que se coloca é a seguinte: o Novo Banco está a apoiar-se do Fundo de Resolução para cobrir as perdas das dívidas da Promovalor ao banco e vai buscar esse apoio ao Fundo de Resolução, mas se, por acaso, o fundo de investimento, no qual deposita tanto entusiasmo deposita, gerar mais de 218 milhões de euros a liquidez acima desse valor será para os lucros do Novo Banco, ou seja, será com o apoio indireto do Fundo de Resolução, porque o Fundo de Resolução já cobriu as perdas das VMOC, já cobriu as perdas da Imosteps e, portanto, todo o lucro — entre aspas — que for gerado pelo fundo vai para o acionista maioritário do Novo Banco, que é a Lone Star.

Não é uma questão que lhe deva colocar diretamente a si, mas é uma questão que fica aqui no ar, porque o Novo Banco tem de responder a isto, ou seja, porque é que avançou de forma tão determinada neste modelo de negócio.

Em relação ao Sr. Luís Filipe Vieira gostava que comentasse, porque é especialista no setor imobiliário, e esta nota informativa destaca os principais ativos em Portugal, no Brasil, em Moçambique e em Espanha, qual é a expectativa que deposita aqui nestes ativos, nomeadamente no Parque Oriente.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Tem 102 000 m<sup>2</sup> de construção.

**O Sr. João Paulo Correia (PS):** — Aqui diz que é um terreno com 383 000 m<sup>2</sup>, localizado em Loures, prevê a construção de 248 moradias.

Tem ideia de quanto é que valerá, neste momento, um valor de venda imediato?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso só vendo.

Se é para vender os terrenos, não vale a pena falarmos nisto, pois o valor disto está na mais-valia da construção.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, diga-nos o valor comercial; esqueçamos o valor de venda imediata.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não tenho noção exata de quanto é que vale. Sei é que estão aqui 2000 fogos para fazer...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sobras as Portas de Santa Luzia?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Portas de Santa Luzia está para se aprovar e são à volta de 50 000 m<sup>2</sup>.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Aqui diz 98 000 m<sup>2</sup>...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Um terreno com 98 000 m<sup>2</sup>, construção de 17 moradias.

Quinta do Cochão: 191 000 m<sup>2</sup>, localizada em Vila Franca de Xira, 99 moradias.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não são esses os números...



O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Bom, mas são os números que estão aqui, nesta nota informativa do Banco de Portugal.

Quinta dos Fidalgos: 183 000 m<sup>2</sup>, localizada em Vila Franca de Xira, 198 moradias.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Esses dados estão errados.

O Pinheirinho tem 58 893 m<sup>2</sup> aprovados, com 473 fogos; o Parque Oriente tem aprovados 102 920 m<sup>2</sup> com 822 fogos; a Quinta do Cochão tem aprovados 74 781 m<sup>2</sup>, com a segunda fase incluída, com 483 fogos; Quinta dos Fidalgos, em moradias — isso sim — 198 fogos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Isso coincide com a informação que aqui está.

Mas, se o total dos ativos imobiliários que fazem parte do fundo, localizados em Portugal, tiverem um valor comercial de 70 milhões de euros, como é que considera esse valor? É um valor acima ou abaixo, ou de acordo com aquilo que são as suas contas?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Vale muito mais dinheiro que isso.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Como?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Vale muito mais dinheiro.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Vale muito mais?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Isso é o pensamento destrutivo disto, sempre! É que isto tem de ser desenvolvido. Não vale a pena nós entrarmos nós entrarmos num caminho...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Bom, mas isto é que serviu de base ao fundo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Diga?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Estes valores serviram de base à criação do fundo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Está bem, mas o fundo tem uma missão, que é realizar determinadas verbas e, para poder realizar estas determinadas verbas, sabe que tem de desenvolver isto.

Senão, não posso responder... O fundo é que tem de decidir.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O fundo tem de desenvolver estes ativos e, para isso, precisou de uma injeção de liquidez do Novo Banco. Mais uma! Cerca de 18 milhões de euros que foram depositados neste fundo, para que o fundo possa desenvolver estes ativos, que ficam num prazo máximo de 25 anos...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas 18 milhões onde?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — É o que aqui consta, desta nota informativa.

O fundo será desenvolvido no prazo máximo de 25 anos e, durante esses 25 anos, o fundo terá de remunerar mais de 218 milhões de euros para, pelo menos, suportar as dívidas da Promovalor que estão no fundo e, além disso, tentar compensar o Novo Banco dos 160 milhões de euros dos VMOC e dos 55 milhões de euros da Imosteps.

O que esta nota informativa do Banco de Portugal esclarece é que dificilmente o fundo cumprirá os seus objetivos dos 218 milhões de euros que fará compensar 1 € sequer dos 160 milhões de euros das VMOC e 1 € sequer dos 55 milhões de euros da Imosteps.

Portanto, o que acontece é que o Novo Banco já «imparizou» isto para as chamadas de capital ao Fundo de Resolução, que tem apoio dos contribuintes, e se, porventura, o Sr. Luís Filipe Vieira tiver razão e o fundo conseguir atingir os resultados, que tanto tentou vender aqui, nesta audição, significa que os lucros da Lone Star com este fundo serão suportados pelas imparidades que foram às contas do Fundo de Resolução.

Por isso é que nos parece...

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Para terminar.

Parece-nos que esta opção de ter constituído o fundo, para aparcas as dívidas da Promovalor, pode ter sido um mau negócio para o Novo Banco, um mau negócio para o Fundo de Resolução, mas com certeza um bom negócio para si.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Olhe, deixe-me dizer uma coisa que é importante: eu tenho a certeza de que isto é um bom negócio para o banco,

pois se não fosse assim, nem o presidente nem o ex-presidente do banco diziam o contrário; agora, se há outros maus negócios, eu não sei quais são, nem estou nada preocupado com isso.

A única coisa que eu, infelizmente, soube hoje, agora aqui, é que quem fez este contrato é que devia ser chamado à atenção e à responsabilidade do que fez. Esse é que tem de ser chamado à responsabilidade! Não sou eu, nem é ninguém...! E também os outros, que, infelizmente, guardaram o dinheiro, fugiram, outros ainda estão cá, pediram a insolvência e andam a passear aí.

Eu não! Vim cá, dei a cara, ajudei, pus cá dinheiro, fiz tudo. Não fugi! Nunca vou fugir! Telefonam-me, apareço sempre.

Com esses é que vocês têm de estar preocupados, esses é que têm de notificar... Há uns que vocês até nem conseguem notificá-los, garanto-vos eu.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, ficamos por aqui.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não os conseguem notificar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Filipe Vieira, ficamos por aqui.

Há uma terceira ronda, para a qual se inscreveu o Sr. Deputado Hugo Carneiro, a quem dou a palavra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Luís Filipe Vieira, desta audição, por onde nós começámos, quando falámos da Imosteps, foi por esta ligação com a Opway e pelo favor que o senhor fez ao BES.

Pergunto: qual foi o interesse do BES em pedir ao senhor para fazer este favor ao BES? Isto foi uma parceria de negócio ou, no fundo, o senhor serviu como testa-de-ferro ao BES para limpar dívidas de empresas do grupo e para diminuir a exposição creditícia do grupo?

Pergunto, ainda: quanto é que ia ganhar com esta operação? Tinha alguma comissão, ou o benefício adviria, eventualmente, de dividendos dos negócios que a Imosteps poderia realizar?

Disse-nos, aqui, que nunca deixou de pagar, mas o é que reestruturou vários dos seus créditos e, em Portugal ou em qualquer parte do mundo, quando alguém reestrutura um crédito, é porque não consegue cumpri-lo.

Aliás, a determinada altura, inclusivamente numa ata do Novo Banco em julho de 2017, é dito que existem juros abatidos ao ativo. Provavelmente, isto chegou a constar, inclusivamente, da central de riscos da responsabilidade de crédito, em mais de 7 milhões de euros de juros, e isto só acontece quando alguém, não cumpre.

Depois, pode reestruturar, pode meter lá as dívidas todas, o crédito abatido ao ativo, eventualmente vir a pagar, mas num determinado momento não cumpriu. E esta é a conclusão que nós podemos tirar.

Gostaria também de dizer que, daquilo que nos foi dado a entender, o senhor foi um promotor imobiliário que beneficiou das simpatias do BES e de Ricardo Salgado, provavelmente não do único banco, mas também de outros, e que obteve crédito em condições muito favoráveis, quando provavelmente nenhum português conseguira obter, mas tem uma diferença, face a outros devedores: é que, a determinada altura, apresentou garantias, e esse reconhecimento tenho de fazê-lo, quando outros não apresentaram.

Faço-lhe, ainda, uma pergunta sobre Moçambique, sobre o tal edifício que é provavelmente o melhor — como referiu — de Moçambique: algumas

das parcelas desse edifício foram dadas ou não ao Moza Banco em dação em pagamento? Qual é a situação desse edifício?

Outra questão: quando foi constituído o FIAE, a expectativa no *business plan* do Novo Banco é que prevê recuperar — ou previa recuperar, antes da pandemia — 203,9 milhões de euros, face a uma exposição de 387 milhões de euros, e reconheciam que, provavelmente, iriam ter perdas de 183 milhões de euros.

Como já aqui também foi dito antes, o próprio Fundo de Resolução, na análise que faz a esta operação, diz que as VMOC, por exemplo, estão totalmente «imparizadas» e, portanto, o Novo Banco sabia e já não tinha uma expectativa de recuperar tudo aquilo que as suas empresas deviam ao Novo Banco.

Portanto, a grande conclusão que nós podemos tirar é que o senhor foi um naufrago no setor da promoção imobiliária, a partir de determinada altura, e que se agarrou ao Novo Banco e o Novo Banco agarrou-se a si com a constituição do FIAE.

Mas uma das coisas que também resulta daqui é que este FIAE, para ter sucesso, vai carecer de investimento do Novo Banco, vai carecer de crédito, de novo crédito, embora o Dr. Nuno Gaioso tenha dito aqui que não tinha de ser o Novo Banco, necessariamente, a financiar.

Consta de documentos do Fundo de Resolução que, uma vez que o Novo Banco tem as hipotecas sobre os ativos, sobre os imóveis, que passaram para o fundo, com muita dificuldade haverá outro banco a querer financiar o desenvolvimento dos projetos de construção.

Portanto, o Novo Banco agarrou-se a si e você a eles, num negócio que parece que não terá grande futuro, mas o futuro o dirá.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Luís Filipe Vieira, faça favor de responder.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Foram umas em cima umas das outras e eu não tenho andamento para isso.

Sr. Deputado, diga lá a primeira. Qual é a primeira?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem.

Opway — qual era o interesse do BES e se, no fundo, eram para ser negócios do BES ou um testa-de-ferro, nesta operação da Opway, uma vez que diz que a dívida não era sua, que fez um favor, etc.

Portanto, é analisando essas palavras que eu lhe faço essa pergunta.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Deixe-me responder uma a uma.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E quanto é que ia ganhar destas operações.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Deixe-me só responder uma a uma.

Não faço conceito de pessoas, mas senti-me enganado. Percebeu o que eu disse?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Foi usado, é isso?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não; senti-me enganado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas porque é que se sentiu enganado?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Senti-me enganado, porque aquilo que estava acordado não foi cumprido. Também se pode dizer: «Ah, foi o banco que desapareceu». Pronto!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E quanto é que ia ganhar com estas operações?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Só depois do facto consumado, dependia da área, mas posso garantir-lhe que, no mínimo dos mínimos, era 10 a 15 milhões. Ganhávamos de certeza.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E foi isso que lhe foi prometido, quando...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, não foi prometido; era consoante a área que nós conseguíssemos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Agora só faltava a pergunta: transforme essa área toda em campos de futebol. Mas isso era para nós percebermos o que estava em causa.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — O quê do futebol?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Na ata do Novo Banco que lhe referi, existem juros abatidos ao ativo e existem sucessivas reestruturações.



O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Juros? Nunca me perdoaram juros!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — São juros que não foram pagos na altura em que deveriam ter sido e, depois, há reestruturações e reestruturações e reestruturações.

Portanto, significa que: ainda que, em determinada altura, em 2017, possa existir um FIAE e que, neste momento, ainda não esteja em incumprimento, mas provavelmente vá incumprir, porque não vai pagar os 60 milhões ao Novo Banco no prazo a que se comprometeu, em determinada altura, existiu incumprimento e esse incumprimento, inclusivamente, está registado na central de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal, porque são juros abatidos ao ativo.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sr. Deputado, não me perdoaram nenhuns juros e, quando eles debitam juros em cima de juros, é o fim! Nem queira saber quanto é que é a fatura...!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não tenho dúvidas sobre isso.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Pois.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sobre o edifício de Moçambique: existem frações dadas em dação em pagamento, ou não, ao Moza Bank?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não, neste edifício que existe, nada. Está tudo livre.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E em nenhum imóvel em Moçambique?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Nunca aconteceu...

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Foi a parte habitacional que foi.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Como?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — A parte habitacional.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Que não está incluída neste edifício?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não está incluída nisto, não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Por último, pergunto-lhe se pode comentar se considera que, no fundo, era um naufrago no setor imobiliário a partir de determinada altura e que se agarrou ao Novo Banco e o Novo Banco a si.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não.

Como é que pode dizer que eu era naufrago, se eu acabei de dizer que, só de um banco eu tinha um financiamento de 247 milhões de euros? Só de um!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — De que projeto?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Verde Lago, em 2015.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Já lá vão uns anos.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Mas, oiça, eu não tenho a culpa que isto caísse da maneira como caiu. Não fui eu que mandei o banco abaixo! Um dia hão de se fazer contas disto tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem, ainda, a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — É muito rápido, Sr. Presidente.

Era só para fazer uma pergunta que, acho, é importante.

Este fundo onde estão dívidas da Promovalor, de cerca de 218 milhões de euros, tem o aval pessoal do Sr. Luís Filipe Vieira e também de outros sócios da Promovalor.

Não lhe vou perguntar qual é o património associado a esse aval, mas há uma pergunta que julgo que se impõe, que é: qual é a percentagem de cobertura do aval pessoal no total dos 218 milhões de euros de dívida?

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — É que o que foi acordado com o Novo Banco. Eu cumpri em tudo o que eles me pediram.

E, como eu tenho a certeza, se for cumprido — não sou eu que o vou incumprir — aquilo que está pré-estabelecido, sobra dinheiro para toda a gente. Por isso, a mim, não me assusta nada disto.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não percebi.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Estou a dizer-lhe que, no dia em que eu estiver em incumprimento, é que as pessoas me podem fazer determinadas perguntas.

A única coisa que digo é que eu aparecerei logo, cá, no banco. Não fujo!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A questão é que essa sua resposta permite-me deduzir que é zero ou 100.

Estou a fazer-lhe uma pergunta que não o obriga a dizer qual é o património associado ao aval; só lhe estou a perguntar qual é a percentagem de cobertura.

Imagine que o aval tem associado um património de 50 milhões de euros. 50 milhões de euros sobre 218 milhões de euros dá uma determinada percentagem. Só lhe estou a pedir isto; não lhe estou a pedir mais do que isto. Mas, com a resposta que me deu, posso deduzir que é zero.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu vou responder de outra maneira: não fujo, nem vou delapidar património meu.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Continuo sem a resposta.

Dê-nos uma percentagem do montante do aval sobre o montante em dívida. O montante em dívida é de 218 milhões de euros. O aval tem associado património, património esse que tem um valor.

Pergunto: o valor do aval cobre os 218 milhões de euros? Fica aquém? É menos de metade? Dê-nos uma ordem de grandeza, para percebermos exatamente o que é que está associado, porque isso é fundamental.

Não basta dizer: «Dei o meu aval pessoal»; não basta dizer: «Dei garantias reais que não havia», quando, depois, quando se pergunta qual é o peso delas, a resposta é completamente evasiva.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Não é evasiva; é a resposta que temos que dar, porque se nós não acreditarmos naquilo que fazemos, não vale a pena!

O Sr. Deputado, desculpe, mas o senhor pode não ter experiência nenhuma e o senhor está a fazer as perguntas que entende fazer, sempre na base da suspeição; o que eu estou a dizer-lhe é que não vou fugir do País...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não estou a suspeitar de nada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, desculpe estar a interrompê-lo.

Sr. Luís Filipe Vieira, a pergunta que lhe foi feita é perfeitamente legítima e objetiva e agradecia que não repetisse as insinuações que aqui acaba de fazer.

Faz favor de responder à pergunta que lhe foi formulada.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Eu peço desculpa.

Não vou fugir do País, nunca fugi e não delapido património! E, quando for para ser chamado, cá estarei para responder. Não estou fora do país, nem estou insolvente, garanto-lhe.

O Sr. **João Paulo Correia** (PSD): — Pronto, fica o registo que não quis responder.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Roseta, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Roseta** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Para concluir, parece-me que é importante que fique bem claro que o senhor objetivamente começou com 35 milhões, mas o banco ajudou-o a criar aquilo que criou, ou seja, o banco dava-lhe empréstimos para fazer estes investimentos imobiliários.

Garantidamente, o senhor tem visão, isso tenho de reconhecer, porque escolhe bons terrenos, mas sem os empréstimos do banco não conseguia desenvolver os empreendimentos.

Muita gente tem visão, sabe escolher terrenos, mas não tem capacidade para desenvolver os empreendimentos, nem tem capacidade de aprovar um plano de pormenor como o da Matinha na Câmara de Lisboa, não tem capacidade, não é por mais nada, a não ser porque não tem, não tem dinheiro para desenvolver o projeto, não tem dinheiro para desenvolver os loteamentos, não tem dinheiro para desenvolver as infraestruturas, a não ser que um banco empreste.

Portanto, o senhor beneficiou desses empréstimos. Ou seja, o banco deu-lhe esses créditos e o senhor também ajudou o banco, na altura em que vendeu a Matinha, tomou essa decisão porque o banco quis e ajudou o banco,

porque eu também vou acompanhar o desenvolvimento e vou chegar ao fim e vou fazer as contas, nem que seja daqui a cinco, seis anos, mas vamos ver quanto é que isto vai ficar, mas vou fazer as contas quando começarem a vender — aliás, já estão a vender o Braço de Prata, portanto não é muito difícil.

Eu conheço muito bem a parte do plano de pormenor, loteamento, infraestruturas, sei que os saltos se dão de cada vez que estas coisas são feitas, percebo perfeitamente o que está a dizer, se já tem um plano de pormenor aprovado, obviamente vale mais, se já tem um loteamento aprovado, obviamente vale mais, etc.

A minha dúvida relativamente a muitas destas propriedades, que estão agora no FIAE, é por que é que não fazem as infraestruturas e não vendem os lotes. Parece-me que, objetivamente, era a ideia mais simples e é bastante mais barato do que estar a imaginar toda a construção, não ganham tanto, mas não perdem de certeza e, à partida, já ficava garantida alguma coisa, em tempo útil, de nós não estarmos a pagar.

É porque tem que ver que os nossos sócios são os contribuintes, está ver? E chateia, num País como o nosso, estarmos a pagar 145 milhões por desvalorizações de propriedades. Chateia!

Nós também temos de defender os nossos sócios e, portanto, tentar perceber quais é que são as alternativas de conseguirmos valorizar, realmente, estes patrimónios, portanto, aproveitamos aqui a sua experiência para dizer até que ponto, por exemplo, na Quinta do Cochão não fazem as infraestruturas e não vendem os lotes.

**O Sr. Luís Filipe Vieira:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, essa é uma decisão que é do fundo e do banco: não é minha.

Eu, se fosse a tomar a decisão, arriscava — garanto que arriscava — lançar a Quinta do Cochão toda, de uma vez só, ou metade. Eu fazia as infraestruturas, não ia vender lotes, porque, neste momento, vê-se o que falta no mercado. Por exemplo, em Alverca, toda a gente anda à procura de casa.

Agora, se fosse no Algarve, já sou capaz de pensar de outra maneira: fazer as infraestruturas e vender lotes. Mas são as pessoas que estão à frente da empresa que têm de tomar a decisão; não sou eu. Compreende?

Agora, perguntarem-me uma opinião? Eu já dei a minha opinião de qual era o projeto, o primeiro, que devia de arrancar imediatamente, já disse qual era o segundo que devia de arrancar, porque se vendem.

Basta começar a fazer infraestruturas, meter lá o preço de lançamento do T2 e do T3 de lançamento, e depois vão ver quantos é que vão vender em papel.

Agora, aquilo é preciso é... Tem de se trabalhar, tem de se dedicar. Aliás, neste fundo tem de haver uma dedicação muito grande.

Eu compreendo o que vocês estão a dizer. Para recuperar este dinheiro todo, tem de haver uma dedicação. Tem, praticamente, de haver uma estrutura só dedicada àquilo. Eu compreendo isso, perfeitamente.

Agora, eu acho que o Capital Criativo tem condições para o fazer. Assim o banco também apoie, porque, como eu disse, Alverca penso que eles vão apoiar... aliás, o primeiro financiamento pedido é de 10 milhões de euros, precisamente, para as infraestruturas.

Mas acho que devem acreditar e acho que o Cândido Simões, do Novo Banco, acredita perfeitamente naquele projeto.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Sr. Luís Filipe Vieira, muito obrigado por ter cá vindo.



O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Agradeço muito a todos, se alguma pergunta ficou por responder...

O Sr. **Presidente**: — Aguardamos o vosso documento.

O Sr. **Luís Filipe Vieira**: — Sim, está bem.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 54 minutos*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.